



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - CAMPUS DE
CASCAVEL - CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LETRAS – NÍVEL DE
MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUAGEM E SOCIEDADE**

PATRICIA ZANCANARO GODIN

**O IMAGINÁRIO E O REAL NA DISCURSIVIZAÇÃO SOBRE ESTUPRO NO
SERIADO “INACREDITÁVEL”.**

CASCAVEL
2024

PATRICIA ZANCANARO GODIN

**O IMAGINÁRIO E O REAL NA DISCURSIVIZAÇÃO SOBRE ESTUPRO NO
SERIADO “INACREDITÁVEL”.**

Pesquisa apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras – Nível de Mestrado e Doutorado, área de concentração em Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Cascavel.

Linha de Pesquisa: Estudos da linguagem: Descrição dos fenômenos linguísticos, culturais, discursivos e de diversidade.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos Cattelan

CASCADEL –PR

2024

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Zancanaro Godin, Patrícia
O IMAGINÁRIO E O REAL NA DISCURSIVIZAÇÃO SOBRE ESTUPRO NO
SERIADO INACREDITÁVEL. / Patrícia Zancanaro Godin;
orientador João Carlos Cattelan. -- Cascavel, 2024.
106 p.

Tese (Doutorado Campus de Cascavel) -- Universidade
Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Letras, 2024.

1. Análise de discurso. 2. Estupro. 3. Seriado
Inacreditável. 4. Imaginário. I. Cattelan, João Carlos ,
orient. II. Título.

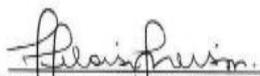
PATRÍCIA ZANCANARO GODIN

**O Imaginário e o Real na Discursivização sobre o Estupro no Seriado
"Inacreditável"**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Doutora em Letras, área de concentração Linguagem e Sociedade, linha de pesquisa Estudos da Linguagem: Descrição dos Fenômenos Linguísticos, Culturais, Discursivos e de Diversidade, APROVADA pela seguinte banca examinadora:



Orientador(a) - João Carlos Cattelan
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)



Professora Heloisa Juncklaus Preis Moraes, Doutora em Letras, Universidade do Sul de Santa Catarina
Heloisa Juncklaus Preis Moraes
Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)



Ana Maria de Fátima Leme Tarini
Instituto Federal do Paraná (IFPR)



Luciane Thomé Schröder
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)



Raquel Ribeiro Moreira
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Cascavel, 22 de março de 2024

A Amanda, minha doce criança, meu
doce amor.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, João Carlos Cattelan, pela leitura crítica, orientação comprometida, pelas conversas esclarecedoras, por todo o suporte direcionado, pela atenção e prontidão em sanar minhas dúvidas ao longo deste processo; com certeza, a orientação que recebi foi crucial para o sucesso desta pesquisa.

À minha grande amiga e ex colega do mestrado, Fernanda, um presente que a UNIOESTE me proporcionou, pelas inúmeras horas de conversas, desabafos, ajuda com leituras, discussão sobre a teoria e por ser uma presença constante em minha vida, mesmo de longe.

Ao meu amigo e colega da UNIOESTE, Alcemar, pelo suporte, conversas, apoio, ajuda e por compartilhar os medos e as alegrias da pós-graduação, tornando o percurso mais leve.

Aos demais colegas da pós-graduação, que dividiram saberes e compartilharam dificuldades, tornando esta caminhada mais prazerosa; alguns hoje mais distantes, mas sempre no coração.

Às professoras Heloísa, Luciane, Raquel e Ana Maria que aceitaram o convite para comporem a banca de defesa desta tese, pela leitura, sugestões, comentários e apontamentos proveitosos.

À minha família, pai, mãe, irmã e irmão, cujas existências são força para minha caminhada e por serem suporte primordial que possibilitou a chegada até aqui.

À Herica e Tamires, cuja amizade e presença tornam minha caminhada mais prazerosa e pela paciência em todos esses anos em que, às vezes, tiveram que entender a minha ausência em prol da pesquisa e pelas inúmeras vezes que apenas sentaram do meu lado para me ver escrever.

À minha doce Amanda, fonte da minha força e inspiração, pelos sorrisos singelos, abraços sinceros e amor desmedido.

Ao Khristian, por ser meu principal incentivador, apoiador e admirador ao longo dos últimos 19 anos e por tornar possível a realização deste empreendimento chamado doutorado.

GODIN, Patricia Zancanaro. **O IMAGINÁRIO E O REAL NA DISCURSIVIZAÇÃO SOBRE ESTUPRO NO SERIADO INACREDITÁVEL**. 2024. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel.

RESUMO

Discursos que desacreditam as mulheres em casos de denúncia de estupro não cessam de aparecer; junto surgem outros que amenizam a culpa do agressor e transferem-na para a vítima; ora nega-se a ocorrência do crime, desacreditando a vítima; ora esses discursos surgem como enunciados que responsabilizam a mulher, atribuindo a violência ao seu comportamento, roupas ou postura. A questão é que se banaliza o estupro, pois há uma memória de que o corpo feminino é subserviente à vontade masculina; em alguns casos, quando a mulher denuncia o agressor, busca-se descredibilizar a vítima. A partir desse contexto, este estudo busca analisar o seriado **Inacreditável**, produzido e exibido pela plataforma de streaming Netflix, para apreender a prática discursiva que circula no seriado sobre estupro. Com base no escopo teórico da análise do discurso francesa, especialmente nos textos de Pêcheux (1971, 1990, 1995, 1999, 2011, 2014, 2015) e Orlandi (1992, 1994, 2007, 2008, 2010, 2013), busca-se explicitar os pressupostos ideológicos, imaginários e/ou científicos sustentados sobre a mulher em casos de denúncia de estupro. O corpus de investigação é composto por sequências discursivas extraídas dos 8 episódios do seriado em questão e evidenciam discursividades dos sujeitos envolvidos nas investigações de estupros retratados pela série. O movimento analítico permite perceber que os sentidos sobre estupro e sobre a vítima de estupro, no seriado **Inacreditável**, apontam para duas posições antagônicas: para os policiais homens responsáveis pela investigação de estupro da protagonista e para os familiares dela, a validação da denúncia passa por análise da vida pregressa da vítima, que precisa atender a requisitos do imaginário presente na memória sobre o que é necessário para ser legitimamente uma vítima e a palavra da mulher não é aceita; por outro lado, para as polícias mulheres, responsáveis por investigações de outros casos de estupro no seriado, a denúncia leva a outra atitude diante dos procedimentos investigativos, cuja atitude de verificação de fatos e aceitação da denúncia não passa pelo crivo de legitimação da vítima que reclama. Os resultados apontam que o exercício de descredibilização da vítima que denuncia um estupro está relacionada a práticas históricas introjetadas na sociedade que não são rompidas, em face dos interesses que estão em jogo; contudo as determinações ideológicas que sobrepassam aos sujeitos não deixam de ser confrontadas com imperativos da ordem da ciência e da realidade que têm o poder de frear o imaginário e trazer à tona o real dos fatos.

GODIN, Patricia Zancanaro. **THE IMAGINARY AND THE REAL IN THE DISCOURSE ON RAPE IN THE SERIES "UNBELIEVABLE"**. 2024. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel.

ABSTRACT

Discourses that discredit women in cases of rape accusations continue to appear; along with them, others emerge that mitigate the perpetrator's guilt and transfer it to the victim; sometimes the occurrence of the crime is denied, discrediting the victim; other times these discourses emerge as statements that blame the woman, attributing the violence to her behavior, clothes, or posture. The issue is that rape is trivialized because there is a memory that the female body is subservient to male will; in some cases, when the woman reports the assault, efforts are made to discredit the victim. From this context, this study aims to analyze the series "Unbelievable," produced and aired by the streaming platform Netflix, to understand the discursive practice circulating in the series about rape. Based on the theoretical scope of French discourse analysis, especially in the texts of Pêcheux (1971, 1990, 1995, 1999, 2011, 2014, 2015) and Orlandi (1992, 1994, 2007, 2008, 2010, 2013), the aim is to elucidate the ideological, imaginary, and/or scientific assumptions supported about women in cases of rape accusations. The research corpus consists of discursive sequences extracted from the 8 episodes of the series in question and highlights the discourses of the subjects involved in the investigations of rapes portrayed by the series. The analytical movement allows us to perceive that the meanings of rape and the rape victim in the series "Unbelievable" point to two opposing positions: for the male police officers responsible for investigating the protagonist's rape and for her family members, the validation of the accusation goes through an analysis of the victim's past life, which needs to meet the requirements of the imagination present in the memory of what is necessary to be legitimately a victim, and the woman's word is not accepted; on the other hand, for the female police officers responsible for investigating other rape cases in the series, the accusation leads to a different attitude towards investigative procedures, whose attitude of fact-checking and acceptance of the accusation does not go through the filter of legitimizing the complaining victim. The results indicate that the exercise of discrediting the victim who reports a rape is related to historical practices internalized in society that are not broken, in light of the interests at stake; however, the ideological determinations that hover over the subjects are not without being confronted with imperatives of the order of science and reality that have the power to curb the imaginary and bring the reality of the facts to light.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
2. AS ESTRUTURAS QUE SUSTENTAM O INACREDITÁVEL.....	14
2.1 As condições de produção do corpus de investigação.....	14
2.1.1 Uma História por Trás da Trama.....	14
2.1.2 O Artigo Uma História Inacreditável De Estupro.....	18
2.1.3 O Seriado <i>Inacreditável</i>	20
2.2 Estupro e violência sexual: discursos e contradiscursos.....	30
2.3 Do Recorte Teórico.....	36
2.4 “E aqueles detalhes bizarros”!: o cadarço não é suficiente, a porta não foi arrombada, as fotos não deveriam ser tiradas e o imaginário sobre o estupro.....	47
3. DO CADARÇO À FITA DE CABELO: O CONTRADISCURSO POSSÍVEL E UMA OUTRA INVESTIGAÇÃO.....	67
4. A CIÊNCIA COMO IMPOSIÇÃO DE LIMITES AO IMAGINÁRIO.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS.....	102

INTRODUÇÃO

“Ciência é a disposição para aceitar fatos, mesmo quando eles se opõem aos desejos” (Skinner, 1953).

Os últimos anos do cenário nacional foram marcados por ataques frontais à ciência em diferentes frentes e, por consequência, foram feitos cortes orçamentários e financeiros destinados às universidades e a agências de fomento como a CAPES, o CNPq e as agências estaduais de amparo à pesquisa. Neste sentido, também posturas anticientíficas foram adotadas em setores institucionais da sociedade, o que contribuiu para a falta de reconhecimento da importância da ciência e para a desconfiança em seus resultados, atreladas a uma profunda falta de compreensão sobre como o conhecimento científico se desenvolve.

Ataques à ciência não são eventos atuais, uma vez que visões anticiência sempre estiveram presentes, especialmente se levado em conta o tempo em que a ciência ainda não existia formalmente ou era praticada de modo incipiente; contudo, os avanços do último século se devem sobretudo ao empreendimento científico. A sociedade está fundada sobre tecnologias devidas aos avanços científicos ligados à saúde, segurança, informação e até ao consumo. O desenvolvimento do capitalismo, está diretamente ligado à evolução da ciência. Porém, paradoxalmente, tomadas de posição anticientíficas por governantes frente a acontecimentos de escala global revelam raízes profundas de crenças sem sustentação fortemente cristalizadas na sociedade; “opiniões” passaram a ter valor de verdade e o negacionismo da ciência pairou livremente pela atmosfera da sociedade, fazendo com que os limites entre o que é real e o que é imaginário fossem abalados.

De maneira geral, o conhecimento resultante do empreendimento científico tem sofrido com a descrença em suas descobertas, sobretudo em questões que rompem com o senso comum, em virtude de que pesquisas científicas apresentam resultados conflitantes com as impressões pessoais de determinados indivíduos ou com um certo conhecimento estabelecido no contexto comum até o presente; e o conhecimento científico é colocado em questionamento.

Discursos com fundo puramente ideológico pairam na atmosfera social, dado que possuem uma forte sedimentação e quase sempre aparecem sob a defesa de sua base como um efeito de verdade; às vezes, aparecem como negação da ciência,

apoiados em dogmatismo religioso e conhecimento geral; e noutras operam como simulacro da ciência, simulando efeitos de cientificidade. Neste prisma, Pêcheux (1995) postula que os discursos ideológicos geram um efeito de cientificidade, ou seja, “os processos ideológicos simulam os processos científicos” (1995, p. 91). O autor buscava defender a necessária descontinuidade entre a ideologia e a ciência, tendo em vista a preocupação em relação à ideologia se mostrar como ciência.

Para resumir, diremos que o essencial da tese materialista consiste em colocar a independência do mundo exterior (e do conhecimento objetivo de suas leis, que chamaremos daqui para frente processo científico-conceptual) em relação ao sujeito, colocando simultaneamente a dependência do sujeito com respeito ao mundo exterior (de onde resulta o caráter necessário dos efeitos que afetam esse sujeito, chamados, doravante, processo nocional-ideológico). Em outros termos, a proposição materialista ‘a matéria é independente do espírito’ não poderia ser convertida em ‘o espírito é independente da matéria’ sem abalar as próprias bases do materialismo (Pêcheux, 1995, p. 76).

O filósofo francês separa o que ele considera como sendo “processo científico-conceptual e “processo nocional-ideológico”; o segundo é da ordem da ideologia, composto por crenças e convicções subjetivas, sustentados por um sujeito; o primeiro se refere a um processo sem sujeito, independentemente de formulações subjetivas. Em linhas gerais, o filósofo francês em “*Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*”, ao postular as teses fundamentais do materialismo, aponta para a existência de um mundo “exterior” material (objeto real, concreto-real), cujo conhecimento é produzido no desenvolvimento histórico das disciplinas científicas (objeto de conhecimento, concreto de pensamento, conceito), sendo objetivo e independente do sujeito. (Pêcheux, 1995, p. 76).

Nesses termos, o “saber” oriundo dos processos nocionais-ideológicos simulam o conhecimento da realidade, tendo em vista que a relação sujeito-mundo-ideologia acontece por uma relação imaginária sobre a realidade, que opera sob os moldes de uma ilusão epistêmica, mascarando a separação entre o conhecimento científico e o ideológico. Portanto, os discursos ancorados nos preceitos puramente ideológicos são produzidos sem suporte objetivo e apenas subsistem sob a assunção de sujeitos que o postulam, via imaginário.

O imaginário, sob a ótica pecheutiana, é responsável por representar a realidade para os sujeitos, fazendo-os se reconhecer e interpretar o mundo sob determinado viés. O imaginário, assim, simula a realidade para os indivíduos

levando-os a assumir determinadas posições em detrimento de outras. Para Orlandi (1994), as relações dos indivíduos com o mundo são constituídas pela ideologia, que é vista como o imaginário que medeia as relações desses sujeitos com suas condições de existência. A partir desta ótica, é pelo viés imaginário que os indivíduos interpretam a sua realidade e constroem a sua “verdade”.

Os diferentes imaginários são compartilhados por uma memória social que se perpetua historicamente, se difundem e se cristalizam por meio de estruturas que não provocam rupturas, dados os discursos e as práticas já introjetadas na sociedade, como é o caso do imaginário sobre a vítima de estupro; por meio do atravessamento ideológico, ancorando-se um imaginário que falha, o sujeito assume determinados pressupostos sobre o estupro, o que não condiz, em geral, com o real.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA¹ estimam que ocorram 822 mil casos de estupro no Brasil por ano. Desse total, apenas 8,5% deles chegam ao conhecimento da polícia; 80% das vítimas são mulheres e a maioria dos agressores são homens, principalmente parceiros e ex-parceiros (45,6%); 63.309 casos, segundo maior registro, foram praticados contra vítimas entre 0 e 10 anos. Apesar destes dados alarmantes o imaginário sobre o estupro que reside na memória social é o de que mulheres mentem sobre terem sido estupradas e/ou são responsáveis pela ocorrência do estupro.

Não é incomum noticiários sobre denúncias de estupro que possuem grande repercussão e caem no esquecimento sem a punição dos culpados, tendo em vista que o ato processual pode se voltar contra a vítima que precisa provar ter “idoneidade moral” para fazer a acusação, como se houvesse uma distinção entre as mulheres que podem ser protegidas e as que não possuem tal direito, em face de memórias de práxis passadas: “há uma única condição nesse caso, para esse direito criminal antigo: a reputação sem mancha da vítima (fama), ‘sua honestidade de vida e de costumes’” (Vigarello, 1998, p. 45). Embora estas práticas pareçam superadas, ainda reverberam na prática; a questão crucial é que se naturalizou o estupro, pois ainda perduram sentidos instituídos de legitimação da dominação masculina, sentidos estes arraigados na memória social por processos discursivos anteriores. É desta forma que “a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça” (Bourdieu, 2012, p. 18).

O processo de naturalização do estupro aparece sob diferentes formas com o

¹ Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1694-pbestuprofinal.pdf>

intuito de amenizar a culpa do agressor e transferi-la para a vítima; nesse sentido, por vezes, ele aparece sob a forma de discursos que negam a ocorrência do crime, desacreditando a vítima; noutras aparece como enunciados que responsabilizam a mulher, como se o seu comportamento, roupas ou postura a levasse a ser agredida.

De modo geral, o imaginário sobre o estupro se assenta sobre a crença na superioridade masculina e na submissão feminina; portanto o estupro, diversas vezes, não gera um clamor tão grande quanto crimes contra o patrimônio; tendo em vista o estupro ser um crime, quase sempre, cometido por homens e julgado por seus pares, ele culmina em discursos de amenização ou de negação. Faz-se, assim, necessário trabalhar com questões que tragam à tona os processos históricos e ideológicos que possibilitam e sustentam o imaginário construído sobre a mulher vítima de estupro.

É a partir destas considerações que o corpus desta pesquisa foi selecionado. O seriado que serve como material de análise para este trabalho, que será apresentado na seção posterior, reflete sobre a problemática de guiar-se pelo imaginário em uma investigação criminal de estupro, por meio do drama de uma jovem vítima, que, ao denunciar, foi desacreditada pela polícia, família e amigos e foi revitimizada pelo sistema policial, que deveria protegê-la. Assentando-se em um imaginário ideológico, a polícia acredita que a jovem mentiu sobre o estupro, tendo em vista a falta de evidências deixada pelo estuprador. Contudo, o seriado traz ainda a investigação de policiais mulheres que, baseadas em outra leitura, conduzem a investigação sob outros moldes, chegando aos fatos e à captura de um estuprador em série, rompendo com a imaginário sobre o estupro e a vítima de estupro.

Logo, o objetivo geral que impulsiona o desenvolvimento deste trabalho é compreender, por meio dos postulados teóricos da Análise de Discurso francesa (doravante, AD), como se formulam e se sustentam discursos que descredibilizam e desacreditam a mulher em casos de estupro, buscando perceber que o imaginário que sustenta tais discursos pode ser contradito em determinadas situações a partir de uma perspectiva engajada com outra mirada de apreciação.

Destaca-se que o seriado foi selecionado como objeto de pesquisa, após ter sido visto, e a justificativa se relaciona com aquilo que o título expressa: a narrativa verossímil que parece “inacreditável” se tomado o ângulo do telespectador. Todavia, o incômodo vem do fato de ser possível assumir que ele não configura um fato isolado e que casos como o narrado no seriado acontecem com mais frequência do que se imagina. Os eventos que ocorrem no seriado não são incomuns; apesar disso, toda vez que um novo drama vem à tona parece causar surpresa e estranhamento,

como se representasse um fato isolado. Traz-se, como exemplo, o caso de Mariana Ferrer em que o acusado foi inocentado, pois, pelo entendimento do magistrado, não houve intenção de estupro, configurando um caso isolado de estupro culposo² (vejam-se, neste sentido, os casos de Robinho, Daniel Alves, dentre outros).

Considerado este panorama geral, o corpus constituído para este estudo diz respeito à relação entre os apontamentos efetuados e os acontecimentos que afetaram a vida da protagonista do seriado, desacreditada pela polícia e pelos familiares após denunciar o estupro de que foi vítima. Sua vida foi tumultuada pelo caminho que as investigações seguiram tangidas pelo imaginário sobre o estupro.

É sob as luzes deste cenário que esta pesquisa se justifica; ela surge com o objetivo de contribuir com a reflexão sobre a problemática de casos de estupro em que a vítima é desacreditada quando os denuncia, em face de um imaginário que perdura e resiste à contradição. Entende-se que o aporte teórico-metodológico da Análise de Discurso deve auxiliar a leitura de como se formulam e se sustentam os sentidos que pautam o descrédito retratado no seriado.

Para este estudo, estabeleceu-se como objetivo geral a análise dos discursos dos sujeitos de ***Inacreditável***, buscando explicitar os pressupostos ideológicos, imaginários e/ou científicos sustentados sobre a mulher em casos de denúncia de estupro. A partir do objetivo geral, tem-se como objetivos específicos: a) analisar o discurso dos policiais homens incumbidos das investigações e verificar como lidam com as vítimas; b) analisar o discurso das mães adotivas da protagonista³, a fim de verificar quais sentidos emergem sobre a violência vivenciada pela filha; c) refletir sobre como uma investigação criminal de estupro pode ser conduzida por meio de uma memória discursiva pautada no imaginário que antecede os sujeitos, em prejuízo da vítima; d) analisar o discurso das policiais mulheres designadas para a investigação e verificar em que a sua perspectiva difere; e) apreender e explicitar a saída que o seriado aponta para a ruptura com um imaginário que persiste e determina formas de percepção e de concepção nem sempre humanas.

O movimento de análise parte da materialidade discursiva levando em conta os efeitos de sentido produzidos pelos processos discursivos, uma vez que “os sentidos precisam dessa base para se significar” (Costa, 2012, p.299). Portanto, trabalhar-se-á, especificamente, com o recorte de falas das personagens ao longo

² A legislação brasileira prevê as modalidades de dolo e culpa em alguns crimes. O dolo é a intenção de fazer alguma coisa; a culpa acontece, quando não há intenção e faz mesmo assim. O termo “estupro culposo” gerou repercussão na mídia, pois não há modalidade culposa no crime de estupro.

³ Marie.

dos episódios que serão apresentadas no trabalho como sequências discursivas (SDs). Ressalta-se que a configuração dinâmica e as regularidades específicas do material de estudo (o seriado televisivo) não serão analisadas, já que não configuram o foco principal do trabalho, dado que o objeto de análise é o discurso representado no desenvolvimento da narrativa constituída em torno do fato dado como verídico. Nem se buscará analisar esse material em sua completude ou exaustividade, porque se entende, a partir de Orlandi (2010, p. 62), que o “objeto empírico é inesgotável”; “por definição, todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro. Não há discurso fechado em si mesmo mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes”.

Para a sua constituição, este trabalho será segmentado da seguinte maneira: O primeiro capítulo, dividido em seções, apresenta o corpus escolhido para análise, a teoria que dá suporte às reflexões e um movimento analítico que reflete sobre as formações imaginárias, ideológicas e memoriais que compõem os discursos dos sujeitos do seriado na investigação do estupro da protagonista, que levaram a desacreditação da denúncia e a criminalização da própria vítima.

O segundo capítulo busca analisar o outro discurso, regulado por um outro parâmetro, por outra interpretação da realidade/real, pautada não no imaginário, mas exclusivamente no que apontam as evidências ou a falta delas, isto é, o discurso pautado na ciência: discurso possível e necessário no caso da investigação em curso no seriado sobre estupro e vítima de violência sexual.

No capítulo seguinte, busca-se discorrer sobre a necessidade que o seriado aponta de haver limites ao imaginário. Na seção, pretende-se defender a tese de que a ciência se apresenta como um caminho seguro para a persecução da verdade e para a desconstrução das pseudoverdades originadas pelos processos nocionais ideológicos, asserção já apresentada por Pêcheux no início do empreendimento que resultou na disciplina da AD, pois, à revelia das posições ocupadas pelos sujeitos, há um mundo que independe de eles conhecerem ou acreditarem na sua existência. Para Pêcheux (1995), o real existe necessária e independentemente do pensamento e fora dele, mas o pensamento, quando se está no terreno da ideologia, depende do imaginário que o formata e pode se tornar prejudicial. Para Althusser (1999, p.213), “isso equivale a dizer que a ideologia não existe fora (dela), mas ao mesmo tempo que não existe senão fora (na ciência e na realidade)”.

Por fim, apresentam-se as considerações finais, momento em que são propostas reflexões sobre as questões levantadas no percurso do trabalho.

2. AS ESTRUTURAS QUE SUSTENTAM O INACREDITÁVEL

Com este capítulo, pretende-se apresentar o corpus selecionado como base de sustentação para desenvolver este estudo, discutir a teoria que fundamenta as análises produzidas e desenvolver um movimento analítico que traga à tona uma ideologia que funciona no sentido de ancorar um imaginário sobre o estupro e a vítima de estupro, que, no caso do seriado **Inacreditável**, culmina na desacreditação e na criminalização da vítima de violência sexual. Ele lida com como, sob as injunções do imaginário que cerca este tipo de crime e à revelia da busca da checagem dos fatos e da reunião de evidências que poderiam mostrar a veracidade do que denuncia, uma vítima de estupro acaba sendo vitimada duplamente, pelo estupro que sofre e pelo aparelho jurídico que a revitimiza, pautado no senso comum de que a mulher contribui para que estes crimes ocorram.

2.1 As condições de produção do corpus de investigação

Pretende-se adiante discorrer sobre o seriado de televisão *Inacreditável*, que tanto retoma as condições de produção e o corpus de investigação desta pesquisa, bem como apresentar os acontecimentos que foram levados em conta para a motivação da produção da série e, com isso, possibilitar ao leitor a contextualização da pesquisa a partir do conhecimento mais detalhado do objeto de estudo.

Serão apresentados, de forma sumária e divididos em subseções: 1) Os fatos (supostamente) reais que deram origem à produção da série; 2) O artigo *Uma história inacreditável de estupro*⁴, fruto de uma reportagem investigativa sobre os eventos ocorridos, escrito alguns anos após os acontecimentos e no qual a Netflix se baseou para a elaboração do seriado; e 3) A série *Inacreditável* que compõe o corpus de investigação deste trabalho.

2.1.1 Uma História Por Trás Da Trama

O seriado selecionado como fonte de investigação para este trabalho se baseia nos acontecimentos ocorridos com a jovem norte-americana Marie⁵, cuja identidade real não é revelada para garantia da integridade física e moral da jovem. Marie era uma adolescente que teve uma infância traumática, passou por diversos lares adotivos e, ao longo dos anos, foi submetida a abusos físicos e psicológicos.

Aos dezoito anos, ela conseguiu sair de lares adotivos e passou a morar

⁴ Neste trabalho, AUSR- abreviação do título original - An Unbelievable Story of Rape.

⁵ Nome do meio da vítima, sua identidade real não é revelada com o intuito de preservá-la.

sozinha em Lynnwood (Washington), ao conseguir entrar em um programa que oferecia moradia subsidiada⁶ com o objetivo de ajudar jovens que cresceram em orfanatos na transição para viverem sozinhos. Para isso, ela teve ajuda da mãe adotiva, Peggy, com quem ela morava há cerca de dois anos, depois de ter passado, na sua infância e adolescência, por cerca de 12 lares adotivos.

Pouco tempo após ter se mudado para a nova residência, em agosto de 2008, ela foi vítima de estupro e denunciou o crime à polícia que, inicialmente, acatou sua denúncia, porém, nos dias posteriores, começou a levantar dúvidas sobre o crime, pois, segundo os detetives Jeffrey Mason e Jerry Rittgarn, responsáveis pela investigação do caso, havia inconsistências no depoimento de Marie. De acordo com a reportagem *Uma história inacreditável de estupro*, a dúvida sobre a ocorrência efetiva do estupro partiu primeiramente de Peggy, mãe adotiva de Marie:

Após correr para o apartamento aquela manhã, Peggy encontrou Marie no chão, chorando. 'Mas foi tão estranho porque eu sentei perto dela, e ela estava me dizendo o que ocorreu, e me ocorreu isso - eu sou uma grande fã [da série] Law and Order, eu simplesmente tive essa sensação estranha', diz Peggy, 'era como se, eu senti como se ela estivesse me contando o script de uma história de Law and Order'. Parte de tudo isso era o que Marie estava dizendo, por que um estuprador iria usar cadarços para amarrá-la? E parte disso era como Marie estava dizendo 'Ela parecia tão imparcial e emocionalmente distante' (AUSR⁷).

No dia posterior à denúncia de estupro de Marie, o detetive Mason, responsável pela investigação, recebeu uma ligação que afirmava que Marie tinha um histórico de querer chamar atenção e o estupro poderia não ser real: 'O relatório de Mason não identificou quem havia ligado - mas quem ligou foi Peggy' (AUSR). Após a mãe adotiva de Marie levantar suspeita sobre a veracidade dos acontecimentos, a investigação policial seguiu o mesmo fluxo e, a partir daí, toda história contada por Marie passou a ser questionada e ela foi interrogada várias vezes até que, conforme os investigadores, o depoimento começou a parecer contraditório:

Pelo que Mason escreveu mais tarde, ele perdeu pouco tempo confrontando Marie, dizendo que havia inconsistências entre suas declarações e os relatos de outras testemunhas. Marie disse que não sabia de nenhuma discrepância. Mas ela repassou a história novamente - só que desta vez, dizendo que acreditava que o estupro havia acontecido em vez de dizer com certeza. Em lágrimas, ela descreveu seu passado - todos os pais adotivos, sendo estuprada quando ela tinha 7 anos, conseguindo seu próprio lugar e se sentindo sozinha. Rittgarn disse a Marie que sua história e as evidências não combinavam. Ele disse que acreditava que ela havia inventado a história - uma coisa de momento, não algo planejado. Ele perguntou se realmente

⁶ Assistência econômica patrocinada pelo governo com o objetivo de aliviar os custos e despesas com moradia para pessoas pobres com rendas baixas.

⁷ "An Unbelievable Story of Rape" título original de "Uma história inacreditável de estupro".

havia um estupro andando pelo bairro que a polícia deveria estar procurando. 'Não', Marie disse a ele, sua voz suave, seus olhos baixos. 'Com base em suas respostas e linguagem corporal, ficou claro que [Marie] estava mentindo sobre o estupro', escreveu Rittgarn mais tarde (AUSR).

Após ser chamada à delegacia novamente para conversar com os investigadores e ser pressionada a negar o estupro, pois Mason e Rittgarn acreditavam ser mentira, e confusa com tudo que acontecera, Marie optou pela via que a tiraria da situação mais rápido e afirmou que havia inventado a história: 'Depois disso, ela conseguiu. Depois, ela sorriu. Ela foi até o banheiro e se limpou. Desligar o interruptor foi um alívio - e isso iria permitir que ela partisse' (AUSR).

A declaração pareceu satisfazer os detetives. Rittgarn escreveria mais tarde: 'Baseado em nossa entrevista com Marie e as inconsistências encontradas pelo sargento Mason em algumas das declarações, nós estamos confiantes de que Marie agora está nos contando a verdade de que ela não foi estuprada' (AUSR).

O que se seguiu foi uma avalanche de consequências sérias para a vida de Marie dada a suposta invenção do estupro: perdeu amigos, perdeu a confiança das pessoas próximas, perdeu benefícios a ela concedidos anteriormente pelo programa de moradia subsidiada do qual era beneficiária e passou a ser alvejada por uma onda de retaliações após seu nome ser associado à garota que inventou um estupro:

Entre os dias em que relatou ter sido estuprada, Marie saiu do emprego na Costco [...] Agora, suas perdas vieram a galope. O Projeto Ladder impôs a ela um toque de recolher às 9 da noite e dobrou o número de vezes em que ela deveria se reunir com a equipe. A mídia escreveu sobre Marie ter sido indiciada, sem identificá-la [...] A melhor amiga de Marie no ensino médio [...] criou uma página na internet chamando Marie de mentirosa, com uma foto tirada do MySpace de Marie, com os relatórios policiais, com o nome inteiro de Marie [...] Marie parou de ir à igreja. 'Eu estava com raiva de Deus', ela diz. Ela perdeu o interesse pela fotografia. Ela tinha medo de sair de casa. 'Em uma noite, eu realmente tentei caminhar até a loja sozinha e eu sentia que estava tendo alucinações de que havia alguém me seguindo', ela diz. 'Isso me enlouqueceu. Eu sequer me afastei meia milha da minha casa. Eu corri de volta para casa'. Em casa, ela evitava o seu quarto, escolhendo dormir no sofá com as luzes ligadas. 'Eu entrei nesse buraco negro', ela diz (AUSR).

Além das retaliações que vinha sofrendo, alguns dias após a 'falsa acusação de estupro', Marie recebeu uma carta, notificando-a de que ela estava sendo requisitada no tribunal. Ela havia sido indiciada por uma falsa denúncia de estupro, punível com mais de um ano de prisão. Marie aceitou um acordo para a retirada da acusação e, dentre outras condições, precisou pagar 500 dólares para cobrir os gastos do tribunal. Alguns anos após o caso de Marie, que aconteceu em Lynnwood

(Washington), as detetives Stacy Galbraith e Edna Hendershot se deparavam com casos de estupro como o de Marie em suas cidades: Golden e Westminster, ambas situadas no Colorado:

Ao final de janeiro de 2011, as detetives haviam conectado quatro estupros ao longo de um período de 15 meses ao redor dos subúrbios de Denver. A trilha se iniciou em Aurora, leste de Denver, em 4 de outubro de 2009, com a mulher de 65 anos. A trilha foi pega 9 meses e 22 milhas depois a oeste, quando o estupro atacou uma artista em Lakewood. Um mês depois, a viúva de 59 anos foi estuprada em Westminster, em torno de 10 milhas para o norte. E, então, finalmente, em janeiro de 2011, ocorreu o ataque da mulher de 26 anos em Golden, em torno de 15 milhas ao sudoeste de Westminster (AUSR).

Todas as pistas e investigações levantadas pelas detetives Stacy e Edna haviam acontecido de forma independente, de modo que as duas apenas passaram a trabalhar juntas após o marido de Stacy, que também era policial, alertá-la sobre o fato de que Edna, a investigadora com a qual ele trabalhava, tinha um caso de estupro parecido com o primeiro caso de Stacy. Como não havia comunicação entre os departamentos de polícia, o estupro agia de forma premeditada, fazendo vítimas em diferentes jurisdições; logo o caso de Marie era desconhecido das detetives Stacy e Edna que, em 13 de fevereiro de 2011, após trabalho conjunto, haviam chegado a um provável suspeito dos estupros em série, realizando a prisão de O'Leary⁸:

A busca na casa validou a investigação dos detetives. Investigadores encontraram um par de tênis Adidas ZX 700 no armário de O'Leary. As marcas correspondiam às pegadas na neve em Golden e do lado de fora da janela em Lakewood. Eles descobriram um par de luvas Under Armour com um padrão de colmeia [no tecido]. No banheiro, havia um lenço de cabeça amarrado [no rosto] para servir como máscara. 'Ele era militar - então ele era muito organizado', Galbraith disse (AUSR).

O caso de Marie só foi conectado ao estupro O'Leary, pois, alguns dias após a prisão dele, um especialista em computação forense invadiu os arquivos que O'Leary havia armazenado no seu computador. Ele encontrou uma pasta intitulada "Garotas" que continha fotos que ele havia tirado de suas vítimas: 'Então Galbraith tropeçou na imagem de uma mulher que ela não reconheceu'.

Era uma jovem mulher - muito mais jovem do que as vítimas de Colorado, talvez uma adolescente. As imagens a mostravam ela com um olhar aterrorizado, presa e amordaçada na cama. Galbraith se sentiu mal. Como ela iria identificar aquela mulher? Como ela iria encontrar justiça para ela? Após passar o olho em todas as imagens, ela encontrou uma resposta. Havia uma foto da licença de autoescola da mulher, colocada no seu peito. E tinha o endereço dela. Lynnwood, Washington (AUSR).

⁸ Marc Patrick O'Leary.

Dois anos e meio após ter sido considerada mentirosa, as provas do estupro de Marie vieram à tona e ela foi procurada pela polícia de Lynnwood para afirmar que seu estuprador havia sido preso e que a história havia sido esclarecida: ‘Deram um envelope a ela com informações sobre aconselhamento para vítimas de estupro. Eles disseram que seus registros foram destruídos. E eles entregaram a ela um reembolso de \$500 por seus custos judiciais’ (AUSR).

O crime contra Marie só foi solucionado graças à investigação paralela de duas mulheres que se propuseram a realizar o trabalho investigativo sem duvidar da versão apresentada pelas vítimas e sem tirar conclusões ou criar suposições antecipadas.

2.1.2 O Artigo *Uma História Inacreditável De Estupro*

O seriado de televisão *Inacreditável*, que compõe as condições de produção/corpus de pesquisa desse trabalho teve como suporte para o enredo a reportagem *Uma História Inacreditável de Estupro*. A reportagem investigativa foi conduzida e escrita pelos jornalistas Ken Armstrong e T. Christian Miller. O trabalho ocorreu com a colaboração entre *The Marshall Project* e *ProPublica*⁹, projetos focados em jornalismo investigativo de interesse da população. A reportagem foi publicada no site de ambos os jornais em 16 de dezembro de 2015, com o título original *An Unbelievable Story of Rape (AUSR)*. A reportagem, publicada no formato de artigo, ganhou, em 2016, o Prêmio Pulitzer, que representa o Oscar do jornalismo e da literatura, e o Prêmio George Polk de 2015 concedido para Relatórios de Justiça.

Uma História Inacreditável de Estupro busca retratar uma série de estupros que ocorreram nos estados americanos de Washington e Colorado entre 2008 e 2011, bem como apresenta as investigações policiais subsequentes que dão desfecho aos crimes. Divide-se em duas narrativas que se conectam apenas no final: a primeira história se passa em Lynnwood, Washington, e é a história do estupro de Marie e de como ela foi desacreditada pela polícia, familiares e amigos; a segunda detalha as investigações policiais sobre um estuprador em série no Colorado, que é conhecido por ter estuproado quatro mulheres e feito uma quinta tentativa. O enredo e desfecho de ambas as narrativas já foi apresentado na primeira parte desta seção.

O artigo intercala narração dos fatos, reprodução direta de falas dos envolvidos retirados de entrevistas e relatórios, trechos explicativos sobre os eventos e trechos

⁹ *The Marshall Project* e *ProPublica* são organizações americanas de notícias online sem fins lucrativos.

dissertativos. O que fica explicitado ao final da leitura é que a abordagem policial dos fatos, de um lado, pelos detetives Jeffrey Mason e Jerry Rittgarn, que lidaram com o caso de Marie, e, de outro, pelas detetives Stacy Galbraith e Edna Hendershot, que cuidaram dos casos ocorridos no Colorado, definiu o curso das investigações e a conclusão sobre os crimes; no caso de Marie, a abordagem fez dela uma vítima pela segunda vez; nos casos do Colorado, culminou com a prisão do estupro em série.

T. Christian Miller, de acordo com a biografia trazida no site do ProPublica¹⁰, é um repórter sênior, jornalista investigativo com experiência em registros públicos, sobre a Lei de Liberdade de Informação e sobre relatórios baseados em dados. Ao longo de 2015, Miller já vinha denunciando o fracasso da lei em encontrar e punir estupro. Em julho de 2015, ele havia publicado um artigo intitulado *O FBI construiu um banco de dados que pode pegar estupro - quase ninguém o usa*. Em agosto do mesmo ano, passou a trabalhar num relatório sobre o caso de Marie e por meio de contato telefônico com o advogado dela soube de Ken Armstrong, do jornal *The Marshall Project*, que trabalhava em um artigo sobre o caso há vários meses. Os dois jornalistas passaram a trabalhar juntos; Armstrong escrevendo sobre Marie em Washington e Miller escrevendo sobre a investigação policial no Colorado; em dezembro de 2015, o artigo foi publicado tanto no site de *The Marshall Project* como no *ProPublica*. Para a elaboração do texto, os jornalistas fizeram levantamento de uma série de elementos que iam desde entrevistas a arrolamento de informações obtidas em departamentos de justiça e polícia. Para a elaboração do artigo *Uma História Inacreditável de Estupro*,

Armstrong e Miller fizeram pedidos de registros públicos aos departamentos de polícia e promotores públicos em Washington e Colorado. Eles receberam milhares de páginas de documentos, incluindo relatórios investigativos, análises de casos, fotografias da cena do crime e imagens de vigilância e O'Leary após sua prisão. Cobertura de notícias, diretrizes de justiça criminal e transcrições de tribunais também foram consultados. Excertos de um relatório externo feito pelo departamento de polícia que investigou o caso de Marie foram divulgados pela primeira vez no artigo [...] Marie concordou em falar com Armstrong. Foi a primeira vez que ela concordou em ser entrevistada por um jornalista. Armstrong e Miller também entrevistaram dois pais adotivos de Marie e seu amigo, seu defensor público e advogado de processo civil. A dupla conversou com vários policiais, incluindo as detetives Stacy Galbraith e Edna Hendershot, que investigaram os casos do Colorado [...] O autor dos estupro em série, Marc O'Leary, também foi entrevistado. Uma breve gravação de áudio de Marie descrevendo seu estupro está incluída no artigo¹¹.

¹⁰ <https://www.propublica.org/people/t-christian-miller>.

¹¹ In: https://artigos.wiki/blog/en/An_Unbelievable_Story_of_Rape.

Dessa forma, o artigo buscou retratar os acontecimentos conforme os informes obtidos nas entrevistas e nos documentos a que os jornalistas tiveram acesso. Nos dias após a publicação de *Uma história inacreditável de estupro*, Miller e Armstrong publicaram dois artigos: *Um crime brutal, muitas vezes terrivelmente investigado*, escrito por Miller, que listava cinco recomendações para as instituições policiais melhorarem o tratamento de casos de estupro; e o segundo, *Estupro é estupro, não é?*, que discorre sobre a mudança da definição de estupro usada pelo FBI.

O artigo *Uma história inacreditável de estupro* se popularizou devido à comoção que o caso gerou e deu notoriedade tanto ao artigo quanto aos autores; desse modo, surgiram eventos que discutiam o texto. Em dezembro de 2015, o ProPublica publicou um episódio de podcast no qual Miller e Armstrong debatiam o artigo. Na conferência *Investigative Reporters and Editors* de 2016, os jornalistas foram convidados a falar sobre sua experiência escrevendo o artigo. Os autores ainda participaram de outros podcasts e entrevistas para discutir a publicação.

Em 2018, os jornalistas Armstrong e Miller adaptaram o artigo e a pesquisa adicional em um livro de 304 páginas, *A False Report: A True Story of Rape in America*. O livro foi publicado em 6 de fevereiro pela editora *Crown Publishing Group*; nele, os jornalistas expandem os detalhes do caso, como a perspectiva de O'Leary sobre os crimes. Em 2019, a história virou minissérie na Netflix, que comprou os direitos autorais sob o título original *Unbelievable*, em português *Inacreditável*; a trama, na televisão, foi dividida em 8 episódios e constitui o objeto geral de investigação deste estudo.

2.1.3 O Seriado *Inacreditável*

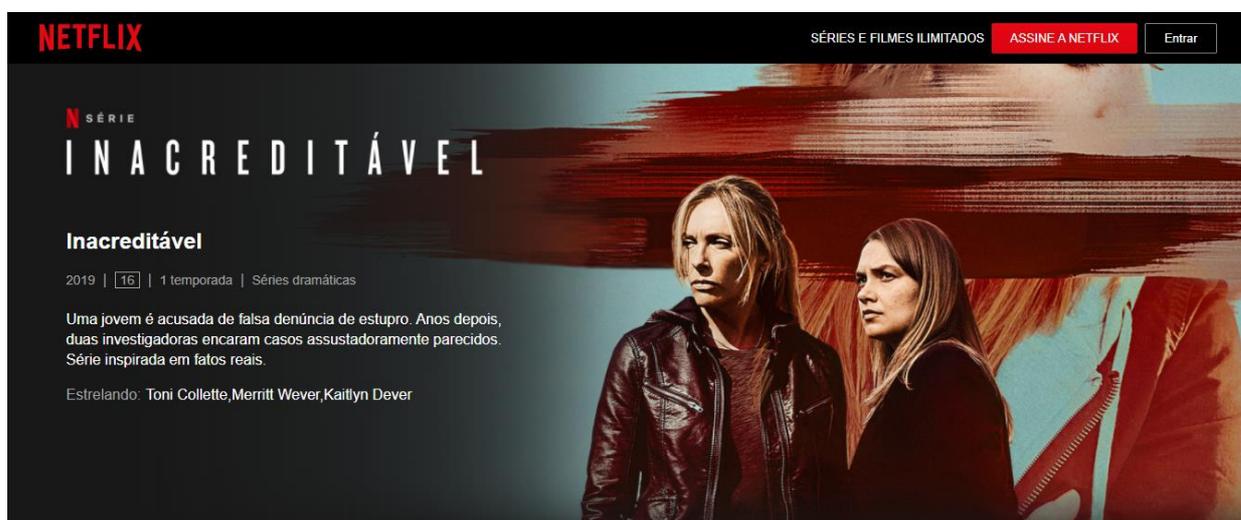


Figura 1- Imagem de apresentação do seriado no Catálogo da Netflix.

Após a repercussão e a popularização do caso de Marie, retratado no artigo *Uma história inacreditável de estupro*, várias produtoras mostraram interesse em transformar os eventos em uma reprodução cinematográfica. De acordo com os autores do artigo, Miller e Armstrong, Marie optou por vender os direitos autorais para a plataforma Netflix¹² e transformar os acontecimentos em minissérie.

A série é dividida em oito episódios, com duração entre 45 e 58 minutos cada, e adota a estrutura de duas narrativas conforme o texto original. O enredo apresenta o drama de Marie, estuprada no seu apartamento, no meio da noite, por um desconhecido que invadiu o local; a polícia não acreditou, porque o estuprador não deixou evidências para trás. A vida de Marie sofre abalos impactantes e é persuadida pelos policiais a dizer que seu estupro foi uma invenção. Depois disso, seus amigos a deixam de lado e outras consequências aparecem fazendo a sua vida desandar.

A história de Marie se mistura à de outras mulheres, mesmo que elas não se conheçam; porém a ligação entre os casos é descoberta no final do seriado por meio do trabalho de duas detetives mulheres, Grace e Karen, que, após um trabalho exaustivo, detectam um estuprador em série que escolhe mulheres solitárias em diferentes cidades do país. Ele agia assim, porque sabia que as delegacias não se comunicavam; porém, por meio da detecção de um *modus operandi*, as detetives conseguiram ligar os casos.

A narrativa televisionada faz algumas adaptações, como a substituição do nome real dos personagens e o nome real de Marie, mantendo sua identidade sob o mesmo pseudônimo da reportagem, Marie Adler. No entanto, o enredo da narrativa seguiu o relato original como apresentado no texto da reportagem. *Inacreditável* teve estreia mundial no catálogo da plataforma Netflix em setembro de 2019 e foi indicada a vários prêmios, incluindo quatro indicações para o Globo de Ouro e outras quatro indicações para o Critics' Choice Television Awards, com uma vitória no último; a produção tem nota 8,4 no IMDB¹³.

A recepção positiva do seriado se deveu, além da qualidade de produção que lhe é atribuída, à comoção que os acontecimentos geraram nos telespectadores, pois a injustiça a que Marie foi submetida estranha e causa sensibilidade. Por outro lado, apesar da surpresa momentânea, a realidade mostra que casos “inacreditáveis” como o de Marie são mais comuns do que deveriam e muitas “Maries” passam a vida toda

¹² Serviço de streaming por assinatura que permite ao usuário assistir a séries e filmes através de aparelho transmissão de conexão à internet.

¹³ Internet Movie Database, em Português: Base de Dados de Filmes na Internet, é uma base de dados online de informação sobre cinema[1] TV, música e jogos.

sem serem retratadas, já que casos de violência sexual costumam passar por um crivo social que analisa o histórico de vida da vítima, como se houvesse mulheres que fossem de fato vítimas por atender à expectativa social de mulher pura e outras que fossem culpadas por não atenderem ao estabelecido.

Pode-se considerar, em linhas gerais, que as discursividades presentes na série se apoiam na oposição santa/virgem x mulher/puta construída, sobretudo, pelo aparelho ideológico religioso (judaísmo - cristianismo – islamismo, etc.) ao longo de milhares de anos (Del Priore, 2009).

As imagens apresentadas a seguir foram extraídas da plataforma Netflix, como já mencionado, e elas buscam atender ao objetivo de apresentar, além da disposição dos episódios, uma breve sinopse de cada um deles, além de uma pequena síntese dos acontecimentos que ocorrem/são narrados em cada episódio.



Figura 2 - Primeiro Episódio

O episódio inicial começa com a chegada dos policiais ao apartamento de Marie logo após o estupro ter ocorrido. O apartamento fica localizado em um complexo que pertence a um programa de serviço social para adolescentes problemáticos em Lynnwood, no estado de Washington. Marie conta a um policial uniformizado que foi estuprada e ele faz várias perguntas e toma nota das respostas. Na sequência, os detetives¹⁴ Parker e Pruitt chegam para investigar e fazem com que ela relate os fatos novamente. Em seguida, ela é levada ao hospital onde passa por um exame físico e precisa novamente relatar os episódios. A polícia não encontra muitas evidências no apartamento de Marie. Colleen, uma das mães adotivas de Marie, que a acolheu antes

¹⁴ Tiveram seus nomes alterados na série.

de Judith¹⁵, ajuda Marie a se mudar para um novo apartamento no mesmo complexo. Judith e Colleen acham o comportamento de Marie incomum, alegando que ela está agindo com muita naturalidade após ter passado por um estupro. Judith liga para o policial Parker e relata que a jovem vem procurando atenção nos últimos meses e relata que talvez a acusação de estupro não seja real e faça parte desse mesmo comportamento. Parker e Pruitt se convencem de que a declaração de Marie é falsa e a pressionam a se retratar, ao que ela sucumbe após sofrer muita pressão; a atitude, porém, custa a ela a desconfiança de seus educadores e amigos.



Figura 3 - Segundo Episódio

No episódio 2, o detetive Parker, um dos encarregados da investigação, encerra o caso de Marie, considerando-o uma denúncia falsa. Alguém revela o nome de Marie à mídia e ela se vê, repentinamente, com o seu apartamento cercado por repórteres. Paralelamente, o episódio apresenta uma outra narrativa, que se passa em 2011, em Golden, no Colorado, em que a detetive Karen Duvall¹⁶ investiga o estupro de Amber Stevenson, uma jovem de vinte e dois anos, e descobre que o homem que a estuprou tinha uma marca de nascença na panturrilha esquerda.

Em 2008, no que se refere à narrativa relativa a Marie, ela tem problemas para se concentrar no trabalho. Seus educadores lhe impõem toque de recolher e outras medidas para regulá-la. Ela tenta visitar Colleen, que não está em casa, e seu marido Al sugere que, dadas as circunstâncias, é melhor não entrar para esperar por Colleen, pois os dois não deveriam ficar sozinhos. Em 2011, Max, marido de Karen, que

¹⁵ Nome de uma das mães adotiva de Marie no seriado.

¹⁶ Stacy Galbraith

trabalha na Polícia de Westminster, informa à esposa que os policiais de Westminster estão investigando um caso com detalhes semelhantes aos dela e sugere que ela ligue para Grace Rasmussen¹⁷, a investigadora responsável pelo caso. Grace realiza vigilância tarde da noite perto de onde ocorreu o ataque sexual de Amber e observa um homem suspeito carregando uma mochila.



Figura 4 – Terceiro Episódio

No episódio 3, o suspeito de Grace, que foi detido por ela, é descartado; Karen contata Grace e relata que está investigando um caso semelhante. Elas visitam a vítima do caso de Grace juntas e decidem unir as investigações. Em 2008, Marie recebe uma carta informando uma citação criminal por fazer declarações falsas/caluniosas e teme ser expulsa do programa; ela é acalmada por um dos gerentes que promete ajudá-la a esclarecer seu caso. Karen chega à constatação de que o suspeito deve saber que as polícias não trabalham trocando informações; por isso, ele ataca apenas uma vez em cada jurisdição. As duas detetives passam a noite vasculhando casos de estupro no Colorado e ligando para outros detetives, coletando informações e detalhes; Grace encontra um caso semelhante em Aurora-Illinois.

¹⁷ Edna Hendershot



Figura 5 - Quarto Episódio

No Colorado, em 2011, as detetives consideram a possibilidade de o agressor ser um policial. Grace pede a seu marido Steve, que trabalha no gabinete do procurador-geral, que compartilhe arquivos confidenciais de policiais responsáveis por violência doméstica, mas ele se recusa. Em Washington, em 2008, Marie consegue a ajuda do defensor público Donald Hughes, que demonstra surpresa com o fato de a polícia estar processando-a por falsa declaração; ele afirma que casos assim são raros. Ele propõe uma negociação com o promotor. Colleen vê no noticiário o caso de uma mulher estuprada em Kirkland, com detalhes semelhantes aos que Marie relatou inicialmente, ela pede que Marie admita que disse a verdade, mas Marie teme ter que lidar com a polícia novamente e se recusa. As investigadoras Karen e Grace descobrem que o estuprador atacou outra vítima no subúrbio de Denver.



Figura 6 - Quinto Episódio

Grace entrevista Lilly, uma vítima de tentativa de agressão, que fugiu pulando da varanda no segundo andar, ferindo-se gravemente. Ela afirma que o detetive designado negligenciou o caso, apesar dos ferimentos. As pistas correspondem aos outros crimes, confirmando que o caso de Lilly está relacionado aos demais. Em 2008, em Washington, a gerente da loja onde Marie trabalha a designa para o depósito, por causa dos boatos que circulavam entre os funcionários sobre a "falsa declaração"; ela se zanga e, após conflitos adicionais no trabalho, demite-se. Colleen quer entrar em contato com a polícia de Kirkland após ter visto no noticiário o caso semelhante ao de Marie; ela conversa com Judith que acredita que futuras interações com a polícia só irão prejudicar Marie. Colleen liga para a polícia, mas, quando um detetive de Kirkland contata Parker, detetive do caso de Marie, ele diz que o caso de Marie foi uma denúncia falsa e informa que a processam. Em 2011, no Colorado, as detetives Karen e Grace, com as equipes, investigam policiais responsáveis por violência doméstica e detectam um suspeito, o policial James Massey.

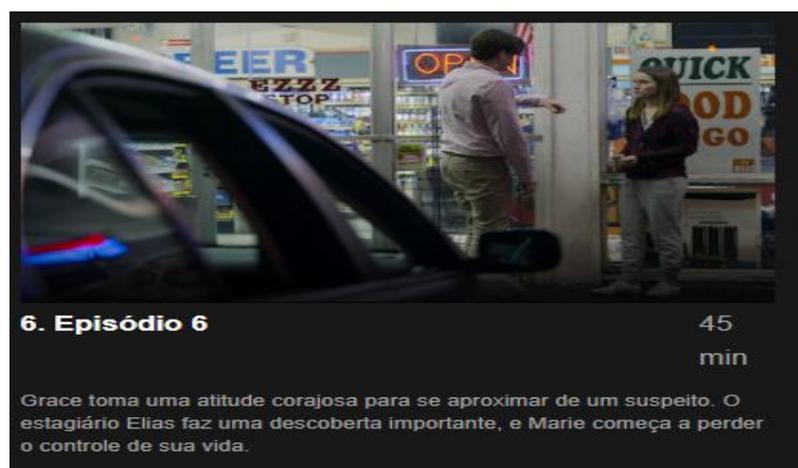


Figura 7 – Sexto Episódio

Após conseguir o arquivo confidencial de Massey, o policial suspeito, Grace tenta secretamente obter seu DNA, mas ele percebe o plano, cospe nela e a ameaça. Em 2008, em Washington, o advogado de Marie obtém um acordo favorável para ela - liberdade condicional, multa e encerramento de seu processo, se ela não reincidisse. Insatisfeita com as restrições impostas a ela pela liberdade condicional, Marie, em um ato de rebeldia, bebe e fuma maconha, voltando para seu apartamento após o toque de recolher, atitude que a exclui totalmente do programa de assistência e moradia. Marie volta a viver com Judith, que lhe empresta dinheiro para pagar a multa do seu processo. Em 2011, no Colorado, um estagiário que trabalha com as detetives no caso identifica um carro que estava próximo a várias cenas de crime e fornece detalhes do

proprietário, Christopher McCarthy. Karen tenta coletar DNA do suspeito, enquanto Grace vai até a casa dele na tentativa de conseguir alguma prova enquanto ele está ausente; porém elas percebem que o suspeito tem um irmão.



Figura 8 - Sétimo Episódio

As detetives tentam descobrir se os dois irmãos, Chris e Curtis McCarthy, estão trabalhando juntos. Contudo as postagens das Mídias sociais demonstram que Curtis provavelmente não estava envolvido. Em 2008, em Washington, Marie participa de terapia por ordem judicial. Inicialmente, ela não se abre para a terapia, mas, aos poucos, começa a cooperar, até que confessa que sua declaração inicial de agressão sexual era verdadeira, mas que a polícia a forçou a se retratar. O terapeuta acredita em Marie e pergunta o que ela faria de diferente se pudesse corrigir a situação. Marie responde que desmentiria a sua acusação para ficar fora do sistema judiciário, porque, para ela, pessoas em posição de autoridade não gostam da verdade, pois isso as incomoda. Em 2011, no Colorado, a polícia prende os irmãos McCarthy. Durante as buscas, a polícia encontra evidências ligando Chris McCarthy a inúmeras agressões sexuais e constata que Curtis não está envolvido. As detetives Karen e Grace examinam as fotos recuperadas da Casa de McCarthy e encontram algumas de Marie.



Figura 9 – Oitavo Episódio

A detetive Grace envia fotos de Marie por e-mail para a delegacia de Lynnwood e Parker percebe seu erro. Parker procura Marie em seu novo endereço e a informa que um esturador em série foi preso e que foi constatado que a história dela era real. Ele lhe devolve um cheque de reembolso de 500 dólares pela multa do processo. McCarthy se declara culpado, mas nega à polícia acesso a um disco rígido que, possivelmente, contém mais evidências de crimes. Várias vítimas comparecem ao tribunal detalhando o impacto das ações de McCarthy em suas vidas. McCarthy é condenado a 327 anos e meio de prisão. Marie processa a cidade de Lynnwood e recebe 150.000 dólares de indenização e pedido formal de desculpas. O episódio e o seriado encerram as narrativas com Marie tirando a carteira de motorista e comprando um carro; ela está se mudando de Lynnwood, mas antes para na delegacia e diz aos detetives do seu caso que ninguém se desculpou com ela pessoalmente. Parker pede desculpas, mas Pruitt fica em silêncio. Mais tarde, Marie liga para a detetive Karen e agradece por pegar McCarthy e restaurar sua fé na humanidade, então continua no caminho para sua nova vida.

Inacreditável é, de fato, uma série desconfortável, tendo em vista que apresenta uma mulher vulnerável e muito jovem, vítima de duas violações simultâneas, uma física, o estupro, e outra moral, a imputação de falsa acusação de estupro, que por pouco não fica sem reparação. O choque vem na medida em que o telespectador tem certeza de que a denúncia de Marie tem sustentação, dado o contexto de criação do seriado; mas, não é incomum casos como o retratado pela série serem noticiados pela mídia e, na maioria das vezes, a palavra da vítima por si só não ser suficiente para lhe dar credibilidade; apesar dos exames legais a que uma

vítima de estupro é submetida; sempre há ditos anteriores que reverberam e que negam o acontecimento, alegando a consensualidade, e há outros discursos que justificam a prática do estupro, alegando que a mulher “mereceu”, pois se comportou de modo a autorizar a violência.

Discursos que culpam as mulheres por estupros não cessam de aparecer; junto surgem outros que punibilizam a vítima e desculpabilizam o agressor com diferentes formas de paráfrase. A questão é que se banaliza o estupro, pois há uma memória de que o corpo feminino serve à vontade masculina e, quando a mulher denuncia o estupro, busca-se descredibilizar a vítima, como aconteceu no caso Mariana Ferrer, já mencionado, ela foi humilhada pelo advogado do acusado em uma tentativa de descredibilização da jovem.

O próximo capítulo se propõe a analisar a prática discursiva que circula no seriado **Inacreditável** para perceber como engrenagens sustentam o discurso da culpabilização e da descredibilização da mulher em casos de estupro no seriado, e, por consequência, na sociedade. Tendo em vista um contexto de violência sexual contra mulheres, com números expressivos de casos denunciados sem punição, faz-se necessário trabalhar com questões que tragam à tona processos históricos e ideológicos que possibilitam e sustentam sentidos construídos sobre a mulher e o estupro e desvendar o(s) imaginário(s) por detrás desses discursos.

2.2. Estupro e violência sexual: discursos e contradiscursos

A interpelação da mulher em uma posição sujeito social acontece a partir do seu atravessamento por um conjunto complexo de formações discursivas, historicamente construídas, que, de acordo com a formação ideológica dominante num certo tempo, definem lugares/posições e os comportamentos que ela deve ter ancorados no resgate de sentidos instaurados e cristalizados sobre como ser mãe e esposa, sendo, ainda, tida como constituída por fragilidades; sobre ela, ainda ressoam memórias religiosas que atravessam o imaginário coletivo sobre o corpo da mulher, inculcando-lhe deveres como a castidade ou a relegação à perversidade.

No que se refere à questão da sexualidade, historicamente, a figura feminina tem sido colocada diante de um paradoxo. De um lado, almeja-se dela santidade, pureza e virtuosidade e a sexualidade não se coaduna com a mulher ideal. Como exemplo, tem-se Maria, mãe de Jesus, que, conforme o discurso religioso, concebeu seu filho por meio do espírito santo, livre do “pecado sexual”. Assim, a imagem que acompanha o ideal de feminilidade é aquele em que a mulher vive para servir: ao

marido, aos filhos, a Deus, mas jamais a si própria. Desse modo, os impulsos sexuais femininos têm sido reprimidos desde cedo pela educação para que a mulher possa desempenhar o papel de esposa e mãe.

Para Kehl (2016, p.38),

a família nuclear (e o lar burguês) é tributária da criação de um padrão de feminilidade que sobrevive ainda hoje, cuja principal função, como veremos, é promover o casamento, *não entre a mulher e o homem, mas entre a mulher e o lar*. A segunda função da feminilidade, nos moldes modernos, foi a adequação entre a mulher e o homem a partir da produção de uma posição feminina que sustentasse a virilidade do homem burguês (grifos da autora).

Por outro lado, a mulher é hipersexualizada pela mídia, como em comerciais de televisão e propagandas direcionadas ao público masculino, em que é comum o uso de mulheres seminuas com corpos esculturais ou retratadas como objetos hipersexualizados e desumanizados que não têm vontade ou autonomia. Sobre o homem, como espectador privilegiado, recai o poder de decisão sobre o corpo dela: ele aplaude ou rechaça, aprova ou desaprova. Nesse sentido, desde sempre o corpo feminino tem sido controlado, cerceado, comercializado, padronizado, idealizado em nome da suposta superioridade masculina, que modela os comportamentos femininos de modo a se encaixar nos moldes patriarcais.

Nesses moldes, nas relações homem x mulher, principalmente nas conjugais, tem prevalecido uma relação de posse e dominação e o estupro é uma consequência perversa das atuações de força e poder masculinas que têm marcado a história das mulheres e meninas desde sempre. Um breve olhar para a literatura mostra que a violência sexual é uma prática que se estende desde os primórdios da humanidade até à formação das instituições baseadas nas relações de dominação.

Começamos por revelar a literatura grega, onde conta-se que nas histórias do panteão grego, divertiam-se sexualmente raptando e estuprando mulheres, como foi o caso de Europa, que o estupro lhe rendeu uma gravidez. Há também outro mito que conta que Zeus - o principal entre todos os deuses da mitologia grega, conhecido como deus do trovão e aquele que governava tudo na terra-, metamorfoseou-se em um touro branco, e quando Europa colhia flores o avistou e encantou-se, foi acariciá-lo e num momento de distração, Zeus a raptou e a levou para a ilha de Creta, onde sem revelar sua identidade, estuprou-a e a engravidou (Silva, 2017, p.29).

A prática da violência sexual tem raízes profundas, desde os mitos gregos, em alguma medida, essa violência era normalizada. Guerras, casamentos forçados,

escravidão, de maneira geral, a prática do estupro vem sendo imposta contra mulheres e meninas ao longo da história, em praticamente qualquer cenário.

Com o passar do tempo, o aparecimento da moral cristã e a instauração e o endurecimento de legislações, os movimentos de resistência contra o estupro buscaram evitá-lo, mas sua prática segue recorrente e naturalizada em diferentes contextos culturais e sociais, fortalecida e muitas vezes realimentada por discursividades que tomam a mulher como propriedade. O ciclo de violência reproduzido pelas instituições traz à tona uma naturalização social frente à violência sexual contra a mulher, principalmente no âmbito doméstico:

Uma ordem social de tradição patriarcal por muito tempo 'consentiu' num certo padrão de violência contra mulheres, designando ao homem o papel 'ativo' na relação social e sexual entre os sexos, ao mesmo tempo em que restringiu a sexualidade feminina à passividade e à reprodução. Com o domínio econômico do homem enquanto provedor, a dependência financeira feminina parecia explicar a aceitação de seus 'deveres conjugais', que incluíram o 'serviço sexual' (Dantas-Berger; Giffin, 2005, p. 418).

Existe uma espécie de normatização no contexto intrafamiliar e/ou conjugal do ato violento, especialmente o sexual, como um "direito" por quem tem controle e domínio e, por quem, como provedor, exige um pagamento do débito das mulheres do seu grupo (Machado, 2000, p. 317).

Para Bourdieu (2012, p. 36-37),

Uma sociologia política do ato sexual faria ver que, como sempre se dá em uma relação de dominação, as práticas e as representações dos dois sexos não são, de maneira alguma, simétricas. Não só porque as moças e os rapazes têm, até mesmo nas sociedades euro-americanas de hoje, pontos de vista muito diferentes sobre a relação amorosa, na maior parte das vezes pensada pelos homens com a lógica da conquista (sobretudo nas conversas entre amigos, que dão bastante espaço a contar vantagens a respeito das conquistas sobre as mulheres), mas também porque o ato sexual em si é concebido pelos homens como uma forma de dominação, de apropriação, de 'posse'. Daí a distância entre as expectativas prováveis dos homens e das mulheres em matéria de sexualidade - e os mal-entendidos que deles resultam, ligados a más interpretações de 'sinais', às vezes deliberadamente ambíguos ou enganadores. À diferença das mulheres, que estão socialmente preparadas para viver a sexualidade como uma experiência íntima e fortemente carregada de afetividade, que não inclui necessariamente a penetração, mas que pode incluir um amplo leque de atividades (falar, tocar, acariciar, abraçar etc.), os rapazes tendem a 'compartimentar' a sexualidade, concebida como um ato agressivo, e sobretudo físico, de conquista orientada para a penetração e o orgasmo.

Assim, basta um olhar sobre as práticas discursivas e sociais de controle do corpo feminino que os homens têm exercido em todos os períodos da/na história para compreender de onde vem a memória de que o corpo da mulher está à disposição do homem. Existem desequilíbrios nas representações de homens e mulheres na sociedade, pois há diferentes expectativas no que tange a cada um. Assim, apesar do fato de que as mulheres obtiveram diversas conquistas em termos de direitos femininos e ocupam várias posições na sociedade e cargos importantes, tanto na política como no trabalho, de algum modo, alguns estereótipos sobre o que seria o seu lugar, construídos há séculos, estão sedimentados e reverberam nos processos discursivos, fazendo-se presente em diferentes momentos e contextos.

Não obstante, o ideal de mulher construído ao longo da história, que se destina a sustentar e contemplar os interesses e necessidades do homem e da sociedade patriarcal, potencializar a virilidade e manter a supremacia, apresenta resistências aos movimentos de deslocamento do corpo feminino para fora de posição estipulada por esses moldes. Quando a resistência não funciona por meio do verbal, a cultura do estupro entra como forma de punição contra a ruptura e a desobediência; assim, o estupro não ocorre apenas por prazer, mas como forma de coação, dominação e poder. A professora Rita Laura Segato, da UNB, uma das maiores pesquisadoras em estudos feministas e de gênero, ao estudar sobre a origem de estupros e violências praticadas contra mulheres, concluiu que a violência contra as mulheres é uma forma de expressar poder. Ela considera que o patriarcado é o fundador das desigualdades e expropriações, “que constroem o edifício de todos os poderes - econômico, político, intelectual, artístico etc.” (Segato, 2016, p.19). A autora realizou entrevistas com homens encarcerados por estupro cruento¹⁸; segundo os dados da pesquisa, os temas que recorrem no discurso dos estupradores se dividem em três frentes:

- a) Como punição ou vingança contra uma mulher genérica que saiu do seu lugar, ou seja, da sua posição subordinada e ostensivamente tutelada num sistema de status. Isto é assim, já seja por exibir os signos de uma socialidade e de uma sexualidade autonomamente geridas ou, simplesmente, por encontrar-se fisicamente longe da proteção ativa de outro homem. O mero deslocamento da mulher para uma posição não destinada a ela na hierarquia do modelo tradicional desafia a posição do homem nesta estrutura, já que o status é sempre um valor num sistema de relações.
- b) Como agressão ou afronta contra outro homem também genérico,

¹⁸ Aquele perpetrado no anonimato das ruas, por pessoas desconhecidas, anônimas, e no qual a persuasão joga o papel menor, sendo a força ou a ameaça de uso de força o meio pelo qual o ato é realizado. Trata-se do tipo de estupro que, com mais facilidade, aos olhos do cidadão comum e pouco advertido sobre as questões de gênero, se enquadra na categoria de crime. (SEGATO, 1999, p. 01).

cujo poder é desafiado e seu patrimônio usurpado através da apropriação de um corpo feminino ou num movimento de restauração de um poder perdido para ele.

c) Como uma demonstração de força e virilidade para uma comunidade de pares, que visa garantir ou preservar um lugar entre eles provando, perante os mesmos, que se tem competência sexual e força física (Segato, 1999, p. 12, 13,14).

Observa-se que o rompimento da posição feminina com o que vem sendo estabelecido pela ordem patriarcal configura um desafio à posição do homem dentro de um sistema em que se estabelecem relações de poder; além disso o estupro, na segunda categoria, se apresenta como busca por “reparação” do status masculino perdido mediante a submissão violenta da mulher; no terceiro ponto, o estupro apresenta-se como uma demonstração de competência sexual e força física. Em todos os casos, as motivações são reguladas pelas injunções do sistema patriarcal. Nesse mesmo sentido, Bourdieu (2012, p.30,31) defende que “o assédio sexual nem sempre tem por fim exclusivamente a posse sexual que ele parece perseguir: o que acontece é que ele visa, com a posse, a nada mais que a simples afirmação da dominação em estado puro”.

Desse modo, a tese de que a mulher alcançou a equidade de gênero é ilusória, uma vez que repousa sobre um discurso superficial que parece tentar manter invisível a desproporcionalidade que há entre homens e mulheres em diversas sociedades do mundo, inclusive, em países do ocidente, como o Brasil.

O que os discursos que propagam a suposta igualdade apagam é um cenário de opressão em relação às mulheres, que pode ser exemplificado pelos altos índices de violência¹⁹ e feminicídio, praticados, em grande parte, por parceiros ancorados em sentidos que restringem e subjagam a mulher à condição de propriedade masculina, quando elas, eventualmente, não atendem à expectativa deles, que as colocam em papel subalterno, forçando-as, às vezes, ao aceite da cultura do estupro, o que, se não ocorrer, leva à agressão e ao assassinato.

Desse modo, os ditames do patriarcado, constituintes da memória discursiva, seguem produzindo os mesmos efeitos de diferentes formas. Essa memória atravessa os diferentes aparelhos ideológicos que compõem o todo social (família, igreja, escola, jurídico, político, sindical etc.) e, por consequência, tem-se a submissão/exploração da mulher que se presentificam/atravessam as diferentes

¹⁹A violência contra a mulher não se restringe ao quesito físico, ela engloba casos de violência psicológica, sexual, simbólica e patrimonial.

regiões discursivas do todo social em cada uma de suas especificidades.

Apesar das garantias trazidas pela legislação atual e da suposta igualdade assegurada pela constituição federal, o que forja um efeito de paridade, as práticas relativas à mulher que sofre abuso são marcadas por imperativos que culpabilizam ou desacreditam a mulher, pois apenas o texto da Lei não é suficiente para mudar as práticas introjetadas há muito na sociedade, incluindo práticas que acontecem, às vezes, dentro do próprio aparelho judiciário.

Pêcheux (1990), em **Delimitações, Inversões, Deslocamentos**, retomando Althusser, disserta sobre a linguagem do Direito, que, por meio da generalização e da universalidade, apaga a divisão de classes. Para Pêcheux, a linguagem do direito burguês sempre tende a absorver as reivindicações das classes dominadas na sua estrutura, para então poder controlá-la sob a ilusão de que a acolhe.

Aplicando a reflexão do autor sobre o estupro e a impunidade gerada a partir do descrédito em relação às mulheres vítimas, é possível compreender a questão sob o mesmo princípio, pois, apesar de o Direito acolher as reivindicações dos movimentos femininos, a ideologia dominante é a patriarcal. Sendo assim, a lei não se concretiza na prática, pois os sujeitos do discurso jurídico estão sob a guarida da ideologia patriarcal e a linguagem do Direito é abstrata o bastante para permitir a criação de brechas, fundando a ilusão de liberdade, igualdade e fraternidade:

os sujeitos do/ao discurso jurídico estão sujeitos não apenas à legislação pela qual todos nós somos regidos e nos pautamos, mas também estão sujeitos à cultura patriarcal de que fazem parte, pois não conseguem se desvencilhar ou se afastar do discurso sempre-já-aí da prática discursiva jurídica; basta ver que ainda tratam a vítima como 'ofendida' (quando deveriam designá-la como 'vítima' ou 'agredida', visto tratar-se de agressão sexual), retomando a memória discursiva do período em que se tratavam os estupros como ofensas à honra; quando essa prática era enquadrada no título "Crimes contra os costumes", porque se acreditava que era um crime contra a organização social-moral da população brasileira, em que a mulher deveria casar virgem e ter relações sexuais apenas com seu marido. Da mesma forma, afirmam que a palavra da vítima tem especial valor (respeitando o texto de lei), mas não a valoram acima da palavra do agressor/réu quando se tem palavra contra palavra (Tarini, 2017, p.177,178).

Neste mesmo sentido, Bourdieu (2012, p. 55-56) afirma:

longe de afirmar que as estruturas de dominação são a-históricas, eu tentarei, pelo contrário, comprovar que elas são produtos de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições,

famílias, Igreja, Escola, Estado.

Essa dominação histórica sobre a mulher se apresenta como trabalho incessante, às vezes visível, noutras invisível, também, como se verifica aqui, nos discursos sobre estupro. Existe uma formação imaginária acerca da mulher vítima de estupro e sobre como ela deveria se comportar para não ser estuprada e também como deveria reagir após o estupro, mas é preciso, antes de discuti-la, entender que existem formações imaginárias do que é “ser mulher” e de como uma mulher deveria se comportar; essas formações estão presentes no discurso que molda a formação imaginária sobre a vítima do estupro; há, pois, que se buscar a origem da memória que fez da mulher não pertencente a si própria. É analisando a materialidade histórica dos discursos de cada sociedade que se pode determinar culturalmente o que é “aceitável” e “desejável” sobre a “mulher”, dando origem a uma memória, que, no caso da vítima de estupro, vai culminar na formação imaginária de qual é a “mulher” que pode ser considerada vítima (e não merecedora) do crime. Há, pois, uma memória que ecoa e que constitui a vítima de estupro. Há uma “seleção daquelas a serem protegidas das formas de violência que seriam consideradas como delitos sexuais” (Andrade e Carvalho, 2020, p.01). A formação imaginária dessa vítima compreende elementos de ordem moral, religiosa, étnica, biológica e econômica.

Ante as reflexões levantadas, entende-se a importância e a necessidade de estudar questões que tragam à tona os processos que consubstanciam as formações ideológicas, discursivas, imaginárias e memórias sobre o crime de estupro e sobre a mulher vítima de estupro, buscando contribuir para a desconstrução de imaginários nocivos e para a criação e difusão de um discurso mais humano e mais conforme sobre as vítimas de abuso sexual, que são desacreditadas e criminalizadas no que se refere às suas trajetórias de violação, descredibilização e invalidação.

2.3 Do Recorte Teórico

Para o desenvolvimento da análise, este trabalho tem como ponto de partida a Análise de Discurso francesa que guiará a construção do dispositivo analítico enquanto teoria e metodologia de análise, tendo em vista que, nela, há uma indissociabilidade de teoria e do método. A AD é um campo de pesquisas que não possui uma metodologia pronta/acabada. Deste modo, ao construir o dispositivo teórico que respalda as análises, constrói-se, simultaneamente, os dispositivos metodológicos e é o corpus, isto é, o objeto de análise, que vai impondo a teoria a

ser considerada, de modo que é impossível dissociar teoria e metodologia. Logo,

O objeto discursivo não é dado, ele supõe um trabalho do analista e para se chegar a ele é preciso, numa primeira etapa de análise, converter a superfície linguística (o corpus bruto), o dado empírico, de um discurso concreto, em um objeto teórico, isto é, um objeto linguisticamente de-produzido por uma primeira abordagem analítica que trata criticamente a impressão de 'realidade' do pensamento, ilusão que sobrepõe palavras, ideias e coisas (Orlandi, 2010, p.66).

As bases da AD consideradas nesta pesquisa levam em conta, sobretudo, os estudos de Michel Pêcheux e as análises, por sua vez, são desenvolvidas a partir do discurso, da materialidade linguística/intradiscurso, buscando acesso ao discurso, que é carregado de historicidade. Neste sentido, é a via da AD, com seu suporte teórico e metodológico, que possibilita uma investigação das condições históricas e ideológicas de produção do discurso e, por isso, das construções do sentido.

A AD não se debruça limitadamente sobre estruturas linguísticas acabadas e isoladas, embora o ponto de partida do movimento de análise seja a materialidade linguística. A análise a partir da perspectiva da AD permite ultrapassar o conteúdo empírico dos textos e se preocupar com o modo como o discurso é afetado por fatores históricos e ideológicos, pois, para ela, o funcionamento da linguagem não se limita a fatores unicamente linguísticos, mas sim discursivos.

Assim, cabe ao analista do discurso atravessar a materialidade linguística para alcançar a análise discursiva que, por sua vez, contempla aspectos que estão além do dito, supera o plano superficial da leitura, expõe o que está implícito e mostra, ainda, como os não-ditos significam. Conforme afirma Orlandi (2010, p.15),

A Análise do Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.

Tendo em vista o seu objetivo, a AD opera na articulação entre o linguístico e o histórico, entendendo que, para acessar o discurso, é preciso relacionar a linguagem à ideologia e ao campo social. Dessa forma, epistemologicamente, a AD se inscreve no entrecruzamento da Linguística, com o Materialismo Histórico e com a Psicanálise, buscando contemplar aspectos relativos à produção dos discursos que a Linguística na sua perspectiva científica alijou para fora do campo dos estudos.

Empreendendo uma teoria que contemplasse uma análise discursiva, sob o

seu ponto de vista, Michel Pêcheux, precursor da AD,

na sua proposta de uma teoria materialista dos processos discursivos, traz para o campo dos estudos da linguagem a concepção althusseriana de Ideologia, definindo-a como uma estrutura-funcionamento que dissimula sua existência no interior mesmo de seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências subjetivas [...] nas quais se constitui o sujeito (Amaral; Zoppi Fontana, 2015, p. 42).

Para a AD, é por meio da interpelação ideológica que indivíduos são inscritos em formações discursivas, que, por sua vez, permite-lhes que, alçados à condição de sujeitos, produzam determinados sentidos, já que a teoria refuta a concepção de sentido homogêneo. Para Pêcheux (1995, p.161), “uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria ‘próprio’ [...]. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras [...] da mesma formação discursiva”.

Assim, analisar o discurso significa observar efeitos de sentido e fazer análise significa entender como o discurso se constitui, que relações o cercam, como os ditos se organizam e como os não-ditos significam, uma vez que um discurso possui um liame que o articula a outros ditos e também a não-ditos para construir um efeito de sentido determinado. Para a AD, importa mostrar como um dito silencia outro e por que alguns ditos vêm à tona enquanto outros são silenciados.

Neste sentido, buscando sustentar a análise que se pretende desenvolver a partir do corpus selecionado, faz-se necessário compreender/desenvolver/selecionar conceitos da AD que serão mobilizados, uma vez que embasam o movimento analítico. Um destes conceitos centrais e primordiais da teoria é o de *discurso*, uma vez que ela se configura como a teoria do discurso; para abordar este conceito, é necessário situá-lo em regiões de conhecimento, já que a AD é uma disciplina que se propõe a estudar a língua para além de seus aspectos linguísticos.

Ao fundar a disciplina da AD, Pêcheux buscava conceber um modo de pensar a linguagem, entrelaçando-a com a história e articulando-a com conhecimentos oriundos de outros campos do saber, objetivando considerar a história das relações e das práticas sociais com os aspectos relativos à língua e à linguagem. Com este objetivo, Pêcheux (2014) buscou articular a teoria do discurso com conhecimentos advindos de três áreas científicas do conhecimento:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos

de enunciação, ao mesmo tempo;
3.a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.
Convém explicitar ainda que essas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica) (Pêcheux; Fuchs, 2014 p.160).

Apoiando-se no Materialismo Histórico para pensar a relação entre a língua e a ideologia, o autor articulou a AD como uma saída para a Linguística sistêmica e lógica, rompendo com as teses da lógica universal e do sociologismo, áreas criticadas por ele por apresentarem uma concepção de sujeito consciente e de linguagem transparente, ignorando os fatores externos que afetam a produção da linguagem: “é justamente para romper com a concepção instrumental tradicional da linguagem que Pêcheux fez intervir o discurso” (Henry, 2014, p.25).

A AD caracteriza-se, como se vê, desde o seu início, por um viés de ruptura a uma conjuntura política e epistemológica e pela necessidade de articulação a outras áreas das ciências humanas, especialmente a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise (...) A AD recorta, portanto, seu objeto teórico (o discurso), distinguindo-se da linguística imanente, que se centra na língua nela e por ela mesmo, e também nas demais ciências humanas, que usam a língua como instrumento de explicação de textos (Ferreira, 2005, p. 15).

O conceito de *discurso*, portanto, aponta para o funcionamento da linguagem e Pêcheux (2014) o define como a produção de efeitos de sentido entre interlocutores. Dessa maneira, o que acontece entre os interlocutores é um processo de produção de efeitos de sentidos, já que “o termo ‘*discurso*’ [...] não trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B, mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B” (Pêcheux, 2014, p.81 - grifo do autor).

Assim, o discurso não possui uma existência empírica equivalente ao texto e não equivale à comunicação entre interlocutores na enunciação, já que não pressupõe um sistema, mas um funcionamento que é ideológico. Os indivíduos falam uma “mesma” língua, mas não produzem os mesmos discursos, pois, a língua, embora relativamente igual para todos, é habitada pela ideologia e a ideologia atua como um processo que leva os sujeitos, via interpelação, a significarem de modo diferente.

O discurso une aspectos linguísticos a aspectos histórico-ideológicos. Ele é um lugar de mediação, no qual são produzidos os sentidos e no qual se pode observar a relação entre a língua e a ideologia. Convém, assim, diferenciar ‘discurso’ e ‘texto’, uma vez que, para a AD, o que interessa é o estudo que atravessa o texto e alcança os seus aspectos histórico-ideológicos. Este princípio implica enquadrá-lo numa FD e

considerar as condições de produção, isto é: quem produziu o discurso, para quem foi produzido, em que momento histórico e quais eram as relações ideológicas que condicionavam a sua produção. Conforme explica Pêcheux (2014, p.78),

é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, sendo necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção.

Portanto, para a AD, o texto é relevante enquanto materialização do discurso, isto é, há que se desvendar o que não está dado na superfície linguística, ou seja, os seus aspectos ideológicos, sociais e históricos que afetam a produção do discurso até a sua materialização enquanto texto. Portanto, o texto, isto é, a unidade linguística serve como a base material da qual o analista parte para observar o funcionamento do discurso e de suas condições históricas de produção/leitura.

Orlandi (2008) postula que o texto é o lugar material em que a relação entre o sujeito e o sentido é posta em unidade. Porém o texto não deve ser o ponto de partida e nem o ponto de chegada: ele "é parte de um processo discursivo mais abrangente" (ORLANDI, 2008, p. 89); logo, "é preciso considerar as posições do sujeito, a regionalização dos sentidos, a projeção histórica, política, sobre a linearidade (textualidade) em que funciona a ideologia (o inconsciente)" (ORLANDI, 2008, p.91).

Entendemos, portanto, discurso como um dos patamares do percurso de geração de sentido de um texto, o lugar onde se manifesta o sujeito da enunciação e onde se pode recuperar as relações entre o texto e o contexto sócio-histórico que o produziu (Gregolin, 1995, p.17).

Sob este prisma, a dimensão do discursivo está além da esfera linguística; logo, conceituar o discurso significa "colocar em relação o campo da língua (suscetível de ser estudada pela Linguística) e o campo da sociedade (apreendida pela história e pela ideologia)" (GREGOLIN,1995, p.17). O discurso é pensado, assim, como materialização da ideologia; é nele que se articulam os processos ideológicos que levam os sujeitos a se reconhecerem como sujeitos e a produzirem sentidos por meio da base linguística. A AD permite, desse modo, realizar, ao mesmo tempo, uma análise interna (o que este texto diz?, como ele diz?) e uma análise externa (por que este texto diz o que ele diz?). Segundo Fiorin (1990, p. 177),

o discurso deve ser visto como objeto linguístico e como objeto histórico. Nem se pode descartar a pesquisa sobre os mecanismos responsáveis pela produção do sentido e pela estruturação do discurso

nem sobre os elementos pulsionais e sociais que o atravessam. Esses dois pontos de vista não são excludentes nem metodologicamente heterogêneos. A pesquisa hoje precisa aprofundar o conhecimento dos mecanismos sintáxicos e semânticos geradores de sentido; de outro, necessita compreender o discurso como objeto cultural, produzido a partir de certas condicionantes históricas, em relação dialógica com outros textos

Nesta perspectiva, a teoria do discurso está calcada no conceito de *ideologia* e, ao colocar em relação os aspectos linguísticos e os fenômenos históricos na construção dos discursos, Pêcheux desenvolveu a AD em torno da 'ideologia', cujo conceito está ligado aos demais conceitos que compõem o arcabouço teórico da AD, pois ela é um dos elementos centrais da relação estabelecida por Pêcheux entre *língua* e *discurso*, que rompe com a concepção instrumental da linguagem e mostra a necessidade de considerar as condições históricas e sociais de produção do discurso.

O conceito de ideologia contemplado pela Análise de Discurso deriva do trabalho de Louis Althusser, em sua obra *Aparelhos Ideológicos de Estado*. O autor parte de uma concepção marxista de ideologia, a qual entende que,

Não são as condições de existências reais, o seu mundo real, que os homens representam na ideologia, mas é a relação dos homens com estas condições de existência que lhes é representada na ideologia. É esta relação que está no centro de toda a representação ideológica, portanto imaginária do mundo real. Toda ideologia representa, na sua deformação necessariamente imaginária, não as relações de produção existentes, mas antes de mais nada a relação imaginária dos indivíduos com as relações de produção e com as relações que delas derivam. Na ideologia, o que é representado não é sistema das relações reais que governam a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária destes indivíduos com as relações reais em que vivem (Althusser, 1980, p.81 e 82),

Para o autor, na medida em que a ideologia interpela os indivíduos, ela os constitui em sujeitos que aceitam seu lugar dentro do sistema das relações de produção. Neste sentido, a relação indivíduo/condições reais de existência é imaginária, uma vez que o homem representa simbolicamente sua relação com a realidade. Assim, a partir da perspectiva Althusseriana, a ideologia não é fundamentalmente "uma questão de 'ideias': é uma estrutura que se impõe a nós, sem necessariamente ter que passar pela consciência." (Teixeira, 2005, p. 75).

Dessa forma a ideologia leva os sujeitos a compartilharem uma crença, sendo determinados por uma ideologia dominante, sendo ela a responsável por constituir uma representação da realidade para os indivíduos; assim, o sujeito diz o que diz porque acredita naquilo que diz, mesmo que não tenha consciência disso, ou seja:

não manipula o discurso, mas apenas o reproduz.

Consoante o autor, na obra *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, a classe dominante gera mecanismos de perpetuação e de reprodução das condições materiais, ideológicas e políticas de exploração, usando aparelhos repressivos e ideológicos, os quais são responsáveis pela manutenção do status quo, logo, a ideologia se apresenta em sua materialidade, sua existência é concreta e se manifesta através de um aparelho:

Qualquer Aparelho de Estado, seja ele repressivo ou ideológico, funciona simultaneamente pela violência e pela ideologia, mas com uma diferença muito importante que impede a confusão [...]. É que em si mesmo o Aparelho (repressivo) de Estado funciona de uma maneira massivamente prevalente pela repressão (inclusive física), embora funcione secundariamente pela ideologia. [...] Da mesma maneira, mas inversamente, devemos dizer que, em si mesmos, os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam de um modo massivamente prevalente pela ideologia, embora funcionando secundariamente pela repressão, mesmo que no limite, mas apenas no limite, esta seja bastante atenuada, dissimulada ou até simbólica (Althusser, 1980, p. 47).

Desse modo, a classe dominante intervém na sociedade, agindo pela repressão ou pela ideologia, a fim de estabelecer para a classe dominada as relações e condições de exploração. As instituições que representam os AIE e ARE podem ser representadas pela família, igreja, política, escola, polícia, poder judiciário, etc.

Partindo das contribuições do Materialismo Histórico no que diz respeito à superestrutura ideológica em sua ligação com o modo de produção, Pêcheux vai construindo a AD embasada na ideologia. Todavia, para ele (1995), as ideologias “não são feitas de ‘ideias’, mas de práticas” (Pêcheux, 1995, p. 144), cuja materialidade é expressa no discurso e é determinada pela instância econômica, visto que se configuram como a condição não-econômica para a reprodução das relações de classes existentes:

Esta reprodução contínua das relações de classe (econômica, mas também, não-econômica) é assegurada materialmente pela existência de realidades complexas designadas por Althusser como ‘aparelhos ideológicos do Estado’ e que se caracterizam pelo fato de colocarem em jogo práticas associadas a lugares ou a relação de lugares que remetem às relações de classes, sem, no entanto, decalcá-las exatamente (Pêcheux; Fuchs, 2014, p.163).

De acordo com Orlandi (2010, p.45), "um dos pontos fortes da Análise de Discurso é re-significar a noção de ideologia a partir da consideração da linguagem.

Trata-se de uma definição discursiva de ideologia". A ideologia recebe aqui um sentido maior do que as ideias da classe dominante ou da classe dominada ou de uma ideologia única que é aceita por todos e vai ser percebida como a relação entre sujeito, língua e mundo que opera na construção do sentido. Neste sentido, Pêcheux e Fuchs (2014, p. 163) defendem que a materialidade concreta da instância ideológica existe sob a forma de formações ideológicas, ou seja:

cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem 'individuais' nem 'universais', mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras.

Para que uma ideologia consiga se impor, constituem-se aparelhos ideológicos (religião, família, escola, mídia) e repressivos (polícia, tribunal, exército), que não são homogêneos, mas constituídos por FDS relacionadas, mais ou menos diretamente, à dominante. Assim, é no interior dos AIE que são constituídas as formações ideológicas que se materializam em FDs distintas.

Ainda segundo o autor, a modalidade particular do funcionamento da instância ideológica consiste no assujeitamento ideológico que conduz cada indivíduo a crer que tem domínio sobre o discurso e que, sendo assim, poderia se colocar na posição do seu antagonista nessa relação de classes. Cria-se um efeito ilusório de escolha, ou seja, o indivíduo tem a impressão de ter o controle do discurso, quando é condicionado pela ideologia e pela condição de produção de um lugar social. Desse modo, a ideologia é responsável por produzir o desconhecimento dos sentidos por meio da imposição de processos discursivos observáveis na materialidade linguística; em outras palavras, é a ideologia que provoca a ilusão de um sentido único.

Outro conceito fundamental da teoria do discurso que toma parte da construção dos sentidos sobre os sujeitos e, portanto, das práticas discursivas, é o conceito de *memória*. A AD entende que sujeitos e sentidos são determinados pela memória, que os define sob e com discursos. Pêcheux (1999, p. 52) define a

questão da memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem reestabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

Sob este viés, *memória discursiva* é a base de um discurso; seu funcionamento

ocorre por meio da repetição de efeitos de sentidos que tecem uma regularidade discursiva que estabelece significados por meio dos pré construídos que sustentam as séries enunciativas; sua função é estabilizar um discurso. A memória, portanto, representa a estabilização do discurso, isto é, a possibilidade de repetição, seja por meio de citação, do discurso transversal, do pré-construído, do implícito, etc. Assim, de acordo com Pêcheux (1999), a memória abarca todo e qualquer processo de retomada anterior e pode ocorrer de diversas formas. Logo, todo processo discursivo se inscreve numa rede de memória, (vem de uma memória).

A memória também não pertence aos sujeitos individualmente, mas a um grupo coletivo e é acessada quando esses indivíduos enunciam. No processo de significar, os sentidos emergem por meio de “lembranças” que carregam a história e a cultura que regulam o que será dito pelos sujeitos. Por outro lado, a memória é

suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória: ela tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjecturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar a ‘regularização’ e produzir uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior (Pêcheux, 1999, p. 52).

Dessa maneira, a memória não é sempre uniforme e estável; ela se fragmenta e se reformula provocando alteração em sua rede de sentidos. A fragmentação pode ocorrer sob o peso do acontecimento discursivo, isto é, as mudanças que ocorrem num discurso dando origem a novas significações, novas séries de enunciados que se formam a partir da desestabilização do que é dito normalmente. Neste caso, o acontecimento modifica uma série de enunciados. O acontecimento, quando consegue atravessar a memória, desloca e desregula os implícitos de uma série de enunciados que funcionavam, até então, em regularidade e ressignifica os sentidos, deslocando-os de uma FD para outra. Portanto, a memória discursiva se constitui como um espaço no qual os sentidos podem se movimentar, significar e ser ressignificados.

Pêcheux (2014) afirma que, antes de virem à tona, os sentidos são determinados no interior de uma matriz de sentido por meio das relações de efeito metafórico e de paráfrase. O efeito metafórico é a relação de substitutibilidade, ou a possibilidade de uma palavra ocupar o lugar da outra, mantendo o efeito de sentido.

Dito de outra forma, as palavras passíveis de serem substituídas possuem uma relação de efeito metafórico entre si: “Chamaremos efeito metafórico o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual” (Pêcheux, 2014, p. 96). Assim, a construção de sentido das palavras “nunca é o sentido de uma palavra, mas de uma família de palavras que estão em relação metafórica” (Possenti, 2011, p.372) no interior de uma FD.

Assim como acontece com as palavras e expressões, também acontece no domínio dos enunciados. O sentido dos enunciados é efeito da relação de substituição por enunciados pertencentes a uma mesma FD. De acordo com Pêcheux e Fuchs (2014), o sentido de um enunciado é

estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia chamar a ‘matriz de sentido’. Isto equivale a dizer que é a partir da relação no interior desta família que se constitui o efeito de sentido, assim como a relação a um referente que implique este efeito (Pêcheux; Fuchs, 2014, p. 167).

Isto tudo significa que, para produzir sentido, o sujeito recorre, mesmo que não o saiba, a uma rede de palavras e enunciados já-ditos, isto é, a uma família parafrástica, que se constitui como uma “matriz de sentido” (Pêcheux, 2014, p. 167) no interior de uma FD. Logo, pensa-se em paráfrase enquanto matriz de sentido, ou seja, como base de reformulação do mesmo dizer: “a paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer” (Orlandi, 2010, p. 36), pois, embora o sujeito tenha a ilusão de ser a origem do discurso, os enunciados se formulam a partir de outros que repousam sob a memória discursiva. Produzem-se, assim, formulações variadas desse discurso: paráfrases.

Outro conceito fundamental para esta discussão é o de *condições de produção* (doravante, CPs), ele funciona juntamente com o conceito de formações imaginárias (FI), que diz respeito às imagens ou representações que os indivíduos fazem de si mesmos, de seus locutores e do objeto do discurso nos processos discursivos, representações estas que estão atreladas a lugares/posições sociais/ideológicas.

A AAD-69²⁰, entre outras coisas, traz as primeiras definições de Pêcheux de “contexto” e a caracterização dos conceitos de condições de produção do discurso e de formações imaginárias. Para Pêcheux (2014, p. 76), “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas”, isto é, as condições de

²⁰ Análise automática do discurso (AAD-69)

produção designam uma série de representações/imagens que os indivíduos sustentam sobre os lugares ocupados pelos participantes de um discurso. Desse modo, quando o sujeito toma a palavra num processo discursivo, mobiliza um funcionamento que remete às formações imaginárias, isto é: os sentidos são produzidos a partir de determinadas projeções, que são sociais e resulta das relações entre condições e sentidos.

os fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento, mas com a condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente linguístico, no sentido atual desse termo, e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos 'condições de produção' do discurso. (Pêcheux, 2014, p.78 grifos do autor).

Para Pêcheux, as condições de produção são o resultado de processos discursivos sedimentados, pois resultam de posições organizadas no interior de FDs, que determinam os sentidos; assim, é impossível encontrar uma origem destas condições de produção, pois elas supõem a recursividade. Por outro lado, o autor afirma que o processo discursivo é também a transformação das condições, pois, quando se formula um discurso, embora ele seja elaborado sobre discursos anteriores, ele se faz sobre outras condições de produção, que podem dar origem a outros, umas vezes mantendo o sentido, outras vezes rompendo com ele.

2.4 “E aqueles detalhes bizarros”!: o cadarço não é suficiente, a porta não foi arrombada, as fotos não deveriam ser tiradas e o imaginário sobre o estupro

Nesta seção, propõe-se refletir sobre as formações imaginárias, ideológicas e memoriais que envolvem os discursos dos sujeitos do seriado **Inacreditável**, no caso da denúncia e da investigação do estupro da protagonista Marie. Busca-se demonstrar como, por meio do atravessamento ideológico, via um imaginário que falha, os sujeitos são levados a “acreditar” numa realidade que os antecede sobre o crime e a vítima de estupro e como uma investigação de denúncia desse crime, pautada nesse imaginário, pode culminar na criminalização da própria vítima.

Para discutir o conceito de *imaginário*, convém destacar que ele é entendido aqui como se referindo ao que os sujeitos imaginam como realidade, tendo como referência processos discursivos anteriores, oriundos de condições de produção sedimentadas na memória. Por outro lado, Formações Imaginárias, de acordo com

Pêcheux (2014), correspondem a uma série de imagens que estão em jogo no interior de um processo discursivo e que funcionam como um conjunto de antecipações sobre os sujeitos num determinado lugar e estrutura social e que esboçam “a maneira pela qual a posição dos protagonistas do discurso intervém a título de condições de produção” (Pêcheux, 2014, p.83).

Esquemáticamente, sobre esse conceito, o autor francês apresenta um quadro com as expressões e as questões colocadas em jogo na produção dos discursos; a saber, projeta-se: 1) a imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A, com a pergunta “Quem sou eu para lhe falar assim?”; 2) a imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A, com a pergunta “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”; 3) a imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B, com a pergunta “Quem sou eu para que ele me fale assim?”; 4) a imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B, com a pergunta “Quem é ele para que me fale assim?”; 5) o “ponto de vista” de A sobre R, com a pergunta “De que lhe falo assim?”; e 6) o “ponto de vista” de B sobre R, com a pergunta “De que ele me fala assim?”. A partir desse jogo de imagens, constroem-se os processos discursivos, pondo em jogo lugares e posições sociais que autorizam que o processo discursivo receba uma ou outra forma de orientação e de relação entre os protagonistas do discurso.

Conforme explica Pêcheux (2014, p.82),

o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações).

Um jogo de imagens não é individual, dado que é pré-estabelecido pela ideologia; além disso, elas não são representações que o sujeito cria, mas provêm das posições que o sujeito ocupa no espaço social. O sujeito não cria, psicológica e conscientemente, essas representações; ele é suporte delas: “em suma, ‘o sujeito’ se produz nesse ‘não sujeito’ constituído por um amontoado de representações ‘desprovidas de sentido’, e essa produção é acompanhada precisamente por uma *imposição de sentidos* às representações” (Pêcheux, 1995, p.262 - grifo do autor).

Desse modo, os sujeitos enunciam a partir de lugares/posições de uma estrutura social, atravessados pela ideologia, que os leva a se expressar de determinada maneira, isto é, a significar conforme a posição requer. Mas essas

posições podem ser ocupadas de forma diferente dependendo do que determina a FD em que cada sujeito se inscreve; dito de outro modo, o sujeito pode ocupar vários lugares sociais no mundo, o de pai/ mãe, padre, síndico do condomínio; o de profissional (médico, professor, policial). É a partir do lugar social que ocupa que o indivíduo é interpelado em sujeito do discurso; assim, é, por exemplo, que o Lugar Social de policial vai definir a imagem que determina o que ele pode e o que ele não pode dizer/fazer naquela posição.

Orlandi (2013, p.74) afirma que

o sujeito, na AD, é posição entre outras, subjetivando-se à medida mesmo que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso. [...] sujeito e sentido se constituem, ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a ideologia.

Assim, as formações imaginárias estão relacionadas ao imaginário social, dados todos os processos discursivos anteriores “que deixaram de funcionar, mas que deram nascimento a ‘tomadas de posição’ implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco” (Pêcheux, 2014, p.85).

Em face destes postulados, é possível compreender o seu funcionamento, quando se reflete sobre o crime de estupro, para compreender que existe uma formação imaginária acerca dele e de quem é a sua vítima, uma vez que existem formações imaginárias anteriores sobre “ser mulher” e como se comportar sexualmente por ser uma mulher, essas formações estarão presentes no discurso que molda a imagem sobre quem é e quem pode ser uma vítima do estupro.

São essas formações imaginárias que constituem a memória coletiva sobre o estupro, sobre como a vítima deve se sentir, como ela deve se portar após sofrer a agressão, sobre como a mulher deve se comportar para não ser estuprada, que roupa deve vestir, quais lugares pode frequentar e, ainda, quais são as mulheres que podem alegar estupro e quais delas não possuem a “moralidade” adequada para tanto.

É neste sentido que se pode afirmar que, no imaginário social, perduram certas memórias sobre o estupro cujos sentidos estão ancorados em formações discursivas que desacreditam ou descredibilizam a vítima de estupro. Para elas, muitas vezes, a violência sexual não tem o mesmo peso de um crime contra o patrimônio, por exemplo. Além disso, sendo a alegação advinda da mulher e a reparação sendo também para com ela, a força da sua palavra tende a ser colocada em questionamento sendo, então, necessárias provas concretas e adicionais do que quando se trata de outros

crimes que não envolvam a sua sexualidade.

Tendo este pano de fundo como premissa, nesta parte do estudo, realizam-se análises sobre o processo discursivo sobre o estupro pautado no imaginário, em que se busca mostrar que a ideologia funciona afetando a memória, as formações imaginárias e as formações discursivas que ancoram o discurso que desacredita o crime estupro no seriado **Inacreditável**, o qual se estrutura na confluência de dois eixos, conforme Orlandi (2010, p.33): “o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos”.

As SDs que compõem esta sessão do trabalho foram extraídas dos 8 (oito) episódios do seriado e foram selecionadas de modo a atender ao objetivo de trazer à tona os pressupostos que sustentam determinados sujeitos do seriado em análise, demonstrando como um imaginário sobre estupro pode afetar a investigação criminal, impedindo que ela avance e levando à criminalização a própria vítima.

Destaca-se que as análises feitas nesta seção, a partir da AD, teoria e método que fundamenta este trabalho, levam em conta que o sentido das palavras “é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas” (Pêcheux, 1995, p.160). Considera-se que cada enunciado que compõe as SDs analisadas foi produzido a partir de uma FD, uma vez que o sentido das palavras, expressões e enunciados se fazem “segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”, assumindo efeitos por referência às formações ideológicas em que o discurso foi produzido e nas quais ele é/deve ser analisado.

Observa-se, por meio da análise das SDs selecionadas, a presença de uma memória sedimentada a partir de formações imaginárias sobre como a vítima de estupro deve se comportar após o abuso e como deve se sentir, isto é, vislumbra-se a imagem que esses sujeitos fazem sobre o padrão de comportamento que Marie deveria apresentar por ter sido estuprada, conforme se identifica nas SDS abaixo:

SD1: Depois do que aconteceu se eu fosse você não ia querer mais ver aquele lençol (Colleen).

SD2: Ela parecia, sei lá, bem, como se nada tivesse acontecido (Judith).

SD3: as ações e reações dela, você a viu, parecia desligada, não acha? (Judith).

Destaca-se que as flexões verbais do verbo “parecer” que constam das SDS 2

e 3 apontam uma mera impressão ou juízo de valor acerca da reação de Marie após a violência, julgando-a como inadequada em face do evento traumático e que, portanto, deveria, ao sabor de um certo imaginário, ser outra. No entanto, as respostas geradas pelo trauma de violência sexual são inúmeras e apenas um profissional especializado na área poderia elencá-las; porém percebe-se que esse foi um dos primeiros e principais motivos que levaram Judith e Colleen a duvidar do estupro de Marie. Esse imaginário sobre comportamentos que a jovem “deveria” apresentar após o estupro, conforme evidencia-se na SD 1, ancora-se numa FD que determina atitudes e, na sua ausência, nega o estupro e produz efeitos que constroem o descrédito da acusação ou, ainda, a descredibilização da vítima, como se observa nas SDs a seguir:

SD4: ela começou a se esforçar muito pra chamar a minha atenção (Judith).

SD5: a assistência social nos mandou sua ficha... queríamos entender direito quem você era, além dessa agressão, como pessoa (Detetive Parker).

SD6: olha, eu não sou psiquiatra, eu não sei o que te fez dizer aquilo sobre ser ter sido atacada e eu não estou julgando (AI).

As SDs de 4 a 6 mostram que, dada a pressuposição da inexistência do estupro, há um imaginário que surge como “justificativa” para Marie ter inventado o abuso. Na SD4, Judith sugere que, para chamar a atenção, Marie apresentava um comportamento reprovável e ele seria, pois, uma evidência a invenção do estupro. Já as SDs 5 e 6 se pautam no histórico de negligência familiar e na passagem por lares adotivos vivenciada por Marie na infância, os quais seriam a razão para que ela inventasse a falsa acusação. O que se evidencia é que a sustentação para a negação do crime está pautada na descredibilização da vida pregressa, na história individual e na “conduta moral” da vítima. Por um ou outro caminho, os enunciados que negam o estupro de Marie partem do princípio de que o estupro não ocorreu e se sustentam na suposta falta de credibilidade da vítima para fazer a reclamação.

Nesse sentido, a formação imaginária de quem pode ser considerada vítima compreende elementos de ordem moral, religiosa, étnica, biológica e econômica. Esse imaginário, ainda, dentre outras coisas, define condições e circunstâncias em que deve acontecer o estupro, que não sendo atendidas, tendem para a descredibilização do crime ou para a culpabilização da vítima:

SD7: Ontem ela me ligou e contou o que aconteceu, eu fiquei

horrorizada, brava, muito preocupada, tudo isso, eu fui direto pra casa dela e eu sei lá, a coisa toda pareceu tão estranha (Judith).

*SD8: A questão é que eu sei como é isso e pela forma como ela agiu e tudo mais, eu sei lá, tudo pareceu tão **e aqueles detalhes bizarros**, ele trouxe uma venda, mas nada para amarrá-la, **um cadarço é suficiente pra isso? E depois aquele lance de ele tirar a foto?** (Judith).*

As SDS 7 e 8 revelam a formação imaginária de que o estupro deve ocorrer em circunstâncias específicas, como se o criminoso devesse cumprir um ritual pré-definido para cometer o estupro: o estuprador deveria deixar marcas visíveis no corpo da vítima e também provas materiais do crime; ele não poderia, deste modo, fazer o possível para encobrir os seus rastros. Os adjetivos “estranha” e “bizarro” referem-se ao ato do estupro e, de acordo com esse imaginário, ele não se encaixa no “padrão” mostrando em outros casos, ou seja, as condições e as circunstâncias em que o delito contra Marie ocorreu não correspondem à memória e às formações imaginárias do crime de estupro e, desse modo, a negação de que o crime tenha ocorrido se sustenta na memória que circula sobre esse tipo de crime e leva à culpabilização da vítima.

O que se pode perceber ao longo da série é que, sob a perspectiva da alegada falsidade de Marie, as SDs, embora oriundas de sujeitos distintos, têm um princípio de regularidade discursiva que nega o estupro em face de determinadas “provas” e que o discurso se repete, reforçando-se e formando redes parafrásticas que apontam uma mesma direção e retornam, mesmo que materializadas de formas distintas:

SD9: Pra gente também e não somos os únicos.... há outras pessoas que não sabem se o que nos contou sobre o estupro era mesmo verdade... (Detetive Parker).

Além de o imaginário ditar como deve se comportar a vítima do estupro e em que circunstâncias ele deve ocorrer para ser crível, há ainda uma visão de que a instituição policial representa o bem, o que, por vezes, pode contribuir para criminalizar a mulher que sofreu abuso, como ocorreu com Marie:

SD10: deixa eu te explicar uma coisa, nosso trabalho, o meu e o do Parker aqui, é proteger as pessoas, é isso, a ideia é essa, esse tempo em que passamos aqui, nós poderíamos estar atuando nas ruas, protegendo as pessoas... fazemos numa boa contanto que o tempo aqui seja aproveitado, se for para discutir algo real, isso aqui tá fazendo a gente jogar tempo no lixo, isso aqui é uma perda de tempo... (Detetive Pruitt).

Percebe-se nesta SD a imagem que o detetive Pruitt possui sobre o que seria

a sua função enquanto policial (detetive Pruitt e detetive Parker), isto é, ele se pauta numa imagem do lugar que ele ocupa na corporação, como um policial deve agir e cuja função primordial deve ser “proteger pessoas”. Ele alega que o tempo que estão “perdendo” com Marie poderia ser usado nas ruas, pois se ancora numa formação imaginária de proteção por parte dos policiais, que seriam pessoas comprometidas com o combate à criminalidade, estando ao lado da verdade e da justiça.

No entanto, dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública²¹, por exemplo, mostram que os crimes de estupro, na maioria dos casos, acontecem dentro de casa. Os números contrariam o senso comum de que vias públicas seriam os espaços em que a violência sexual seria mais cometida. De acordo com esses dados, em 2022, em média, 68,3% dos casos somados de estupro e estupro de vulnerável ocorreram na residência da vítima. Embora as informações sejam referentes a crimes ocorridos no Brasil, a estimativa não se altera em cenário norte-americano; é o que mostra a edição de 2020 do Boletim de Vitimização Criminal (Criminal Victimization, 2020)²² produzido pelo *Bureau of Justice Statistics*, do Departamento de Justiça dos EUA.

Nesse sentido, é possível concluir que os crimes de violência sexual, em termos de condições em que ocorrem, não se encaixam na lista de proteções que detetives costumam fornecer, uma vez que o trabalho deles é feito a posteriori e não como modo de prevenção. É preciso destacar que esse processo não é consciente e que, quando os investigadores afirmam que seu trabalho é “proteger pessoas”, de fato, eles acreditam desenvolver essa função, dada a interpelação ideológica e histórica a que foram submetidos. Todavia, o imaginário que cerca a ocorrência de um crime de abuso sexual, por vezes, impede que ambos desenvolvam a função a ser realizada, isto é, a busca de evidências materiais para chegar ao que ocorreu, não os tomando de pronto como inexistentes, como acontece com Marie.

Sabe-se que esse processo não acontece em termos de controle consciente por parte dos sujeitos, mas ele se faz no domínio do inconsciente, pois todo processo discursivo se inscreve numa rede de memória, uma vez que "os traços inconscientes do significante não são jamais 'apagados' ou 'esquecidos', mas trabalham sem se deslocar, na pulsação do sentido/non-sens do sujeito dividido" (Pêcheux, 1995, p. 300). Assim, aquilo que os sujeitos retomam ao enunciar não são enunciados e frases, mas primados ideológicos cristalizados no imaginário coletivo a respeito da mulher na estrutura social, pois, para que o discurso funcione, é necessário que ele aparente

²¹ <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>

²² <https://bjs.ojp.gov/sites/g/files/xyckuh236/files/media/document/cv20.pdf>

uma unidade, que é uma “ilusão de unidade, é efeito ideológico, é construção necessária do imaginário discursivo” (Orlandi, 2007, p.19).

A SD abaixo refere-se ao momento em que o detetive Parker vai até a delegacia no Colorado e tem acesso ao inquérito da investigação montado por Grace e Karen, após a prisão do estupro. Nele, pode-se perceber o choque do investigador que se confronta com o real do abuso ocorrido ao perceber o seu equívoco:

SD11: Eu sinto que eu preciso me explicar, o problema é que eu não tinha nada, ouvimos falar de policiais ruins, de gente que toma decisões erradas e acaba ferindo quem deveria proteger e eu sempre disse ‘quem deixou entrarem na polícia, vamos nos livrar dele’”, talvez seja melhor se livrarem de mim (Detetive Parker).

A contradição visivelmente vivenciada na cena pelo investigador refere-se a algo que lhe escapa, sobre o que não pode ter controle, pois o discurso é determinado pelos processos ideológicos; todavia essa relação é ignorada pelo sujeito, que tem a ilusão de ser a fonte do sentido. Essa ilusão acontece pelo funcionamento da ideologia, que é a produção do efeito de evidência: “é a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc. (Pêcheux, 1995, p.160). Dessa forma, o sujeito não tem condições de optar por estar dentro ou fora da ideologia, sendo atravessado por ela e assujeitado a uma condição que, por mais que pareça evidente, lhe escapa.

O que se observa por meio das SDs selecionadas é que pressupostos imaginários sustentam, desde o início, a convicção dos sujeitos envolvidos na investigação sobre o “falso estupro” de Marie, culminando, assim, numa dupla vitimização: estupro físico e simbólico, dado que a alegação de Marie é posta em dúvida desde o início, sendo submetida ao opróbrio público em face da “mentira” que teria contado.

SD12::Você não estava vendada? Então como sabe que ele estava tirando fotos? (Policial Curran).

SD 13:Você ligou para sua vizinha depois de ter falado com a Judith? E ligou para ela por quê? E por que também ligou para a Amélia? (Detetive Parker).

SD14: Eu nem ia ligar, mas eu falei com a Collen e ela disse que também estava achando esquisito (Judith).

SD15: Hipoteticamente ela pode ter se envolvido sexualmente com algum garoto que tirou uma foto comprometedor ou que ela acredita que tirou (Judith).

Observa-se nas SDs de 12 a 15 que Marie teve que, em todas as declarações argumentar, explicar e se justificar para validar a alegação que apresentava, dado que os fatos por si sós não bastaram, pois, como se defende nesta seção, estão ancorados no imaginário de que o estupro não ocorreu de fato e que Marie inventou, pois é uma adolescente “problemática” querendo atrair atenção dos familiares e amigos para si. Ademais, esse imaginário se sustenta no ideário de que vítima de estupro deve possuir marcas físicas no corpo e um local contaminado pela passagem de um criminoso. Todas essas previsões consubstanciam uma memória sobre o crime de estupro e é a partir delas que a vítima deve sustentar seu autojulgamento após o crime, antes de decidir torná-lo público na forma de denúncia.

Na formação ideológica patriarcal, como em outra, os sujeitos são chamados à existência tendo definida sua forma de pensar, falar e compreender a realidade e é a partir dela que se instauram os sentidos sobre a mulher e sua sexualidade: “em razão do desejo pelo corpo da mulher, ele é também, no curso da história, um corpo dominado, subjugado, muitas vezes roubado, em sua própria sexualidade” (Perrot, 2007, p.76); é a partir dessas engrenagens que se constroem as práticas discursivas sobre o estupro e que, no limite, podem levar à descredibilização, culpabilização e criminalização de vítimas de crime sexual. No seriado, a investigação policial foi sustentada por pressupostos imperativos que formatam os policiais e o estupro, no caso; ou seja, a “realidade” para os sujeitos envolvidos na investigação se apresenta como um recorte a partir das perspectivas/posições que eles assumem.

SD16: no momento, independentemente da verdade, a única coisa que sabemos com certeza é que você nos contou pelo menos três mentiras... (Detetive Pruitt)

Como se espera estar mostrando é que a “verdade” aceita pelos investigadores é aquela que ratifica o que eles acreditam. De todas as “diferentes versões” dadas por Marie em seus depoimentos, apesar de cada uma poder ter uma explicação razoável, a única versão aceita pelos policiais foi aquela em que ela negava que o estupro tinha ocorrido, tornando-se assim uma “mentirosa”. No limite, a moça acaba aceitando outra versão, sucumbindo a uma FD que determina o sentido à revelia. É, pois, no domínio da FD que os policiais instauram um sentido, constituindo-se a si e a outros sujeitos que, afetados pela ideologia, compõe-se enquanto sujeito discursivo e também (re)produzem, parafrasticamente, determinados sentidos.

SD17: Marie, eu sei que é difícil, eu sinto muito por isso, mas eu tenho que te lembrar do que já aconteceu, você já contou pra gente que mentiu, você já disse que forjou as evidências, você jurou isso, assinou a declaração, então dito isso, como poderíamos acreditar em você? (Detetive Pruitt).

SD18: ela inventou tudo, ela disse que não achou que ia virar uma coisa tão grande, nós vamos encerrar o caso (Detetive Pruitt).

Marie voltou atrás na denúncia após a pressão sofrida e o descrédito recebido. Mesmo após inúmeros depoimentos e ter passado por exame de corpo de delito, a afirmação de que foi estuprada foi colocada em dúvida todas as vezes. Mas, chama atenção que, na primeira ocasião que afirmou mentir, a sua palavra foi aceita, o que parece ocorrer, porque, ao negar o estupro, corroborou os sentidos ditados pela FD em que determinados sujeitos se inscrevem, já que é a partir dela que esses sujeitos se constituem, construindo sua leitura de mundo e suas “verdades”.

A análise até aqui permite afirmar que os efeitos de sentido produzidos pelas materialidades discursivas selecionadas se pautam na negação de que o estupro de Marie tenha ocorrido e que apresentam uma regularidade de sentidos que permeia as SDs apresentadas, descrendo no estupro e entendendo que a vítima, supostamente, mentiu ou contribuiu para que o abuso acontecesse, o que permite concluir que o sujeito recupera os sentidos na memória, inscrevendo-se numa FD, cuja inscrição acontece a partir de um processo de identificação e de cumplicidade; assim, a posição do sujeito, materializada em seu discurso, permite entrever a FD com que ele se identifica.

Entende-se, portanto, que, o posicionamento discursivo, via atravessamento ideológico, dos detetives responsáveis pela investigação do estupro da jovem e dos familiares adotivos dela²³, revela a sua inscrição em uma FD que descrê em estupro, quando a denuncia provém de uma pessoa com determinadas atitudes e um certo histórico de vida, à revelia do que tenha se passado efetivamente. Considerando a inscrição desses sujeitos nessa FD, cada tomada de palavra os leva aos mesmos sentidos sobre o estupro, produzindo o mesmo sob diferentes enunciados, já que, para produzir sentido, o sujeito recorre, sem que o saiba, a uma rede de já-ditos, isto é, a uma família parafrástica, que se constitui como uma “matriz de sentido” (Pêcheux, 2014).

²³ Embora outros sujeitos tenham participado secundariamente da história, os recortes foram selecionados considerando o grau de envolvimento de cada sujeito e influência que tiveram para o desenrolar da história, isto é, o encerramento da investigação concluindo que Marie havia inventado o estupro.

Portanto os efeitos de sentido gerados a partir da FD da negação do estupro que se ancora na observação da vítima se restringem a construções que apontam para a negação ou descredibilização e aparecem sob a forma de diferentes paráfrases: ora como negação, ora como atenuação (nunca como aceitação), por meio da retomada de uma memória de servidão, pecaminosidade, lascívia e sexualização da mulher, que não se apoia apenas em discursos concretos, mas em padrões históricos estabelecidos e que produzem/reproduzem a interpelação ideológica dos indivíduos. De acordo com Pêcheux e Fuchs (2014, p.167),

a produção do sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia chamar a 'matriz de sentido'. Isto equivale a dizer que é a partir da relação no interior desta família que se constitui o efeito de sentido, assim como a relação a um referente que implique este efeito.

Desse modo, analisar o posicionamento discursivo dos sujeitos envolvidos no contexto de investigação de estupro da protagonista Marie do seriado **Inacreditável** é perceber que língua e ideologia mantêm uma estreita relação, que toda manifestação discursiva carrega uma memória social que aponta para as condições sócio históricas que a constituem e que, portanto, nenhum enunciado pode ser considerado autônomo ou original; eles se constroem ideologicamente na relação com os já-ditos incorporados e margeados pelo domínio da FD. Assim,

o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva (Foucault, 2008, p. 54).

Tarini (2017, p.180), em um estudo sobre sentenças de processos judiciais de casos de estupro, concluiu que é corriqueiro o fato de haver uma "análise" das vítimas, mesmo quando são elas que sofreram o dano. Essa prática, conforme a autora, está

presente em discursos atuais, mas também anteriores, ou discursos fundadores, visto que eles advêm de discursos que os antecedem e que remontam a períodos clássicos em que se acreditava que as mulheres ou eram santas ou putas, binarismo que as posiciona no campo do sagrado ou do profano.

Portanto, quando se trata de crimes sexuais contra mulheres, mesmo que elas sejam as vítimas, há um trabalho simbólico, às vezes visível, operando por meio dos

discursos proferidos, noutras operando via silenciamento, que possibilitam e permitem que, ao denunciar, a mulher seja revitimizada.

Essa dominação masculina a-histórica se apresenta como um trabalho incessante, às vezes visível, noutras invisível, tanto nos discursos dos réus quanto nos dos advogados, promotores e juizes, quando empregam termos que mostram a vítima como agente ativo e possível provocador do evento. O mesmo ocorre, se observarmos que sempre se analisa a vítima; mesmo que termos como 'honesta' e/ou 'idônea' não apareçam, a análise está em como é dita; pouco se fala do agressor ou do sujeito que praticou a ação. Inclusive, é a vítima que é questionada e analisada psicologicamente. É a palavra da vítima que aparece descrita e retomada no processo. Normalmente, dela parte a denúncia e dela se espera que comprove o dito (Tarini, 2017, p. 179-180).

Na SD abaixo, o advogado contratado por Marie para entrar com um processo contra o município de Lynnwood pelos equívocos na investigação, alerta a jovem sobre a preferência por um acordo e sobre o receio de ir a julgamento tendo em vista a prática de desmoralização da vítima que acontece nesses casos. Veja-se:

SD19: Na verdade, eles não querem ir a julgamento, o que é bom, também não queremos [...] porque vão tentar fazer a sua caveira da pior maneira, já fizeram uma vez, não vamos dar outra chance a eles (Advogado da Marie).

É comum a tentativa de desconstrução da imagem da vítima nos crimes de estupro e assédio sexual. Fala-se da roupa, do comportamento da vítima, na tentativa de convencer o juiz de que ela consentiu com o ato. A vítima muitas vezes acaba tendo que se defender pois passa a se sentir acusada e não mais uma vítima²⁴ (MIRANDA²⁵).

A prática de vasculhar a vida da vítima na tentativa de desacreditá-la em casos de estupro é comum e conta, inclusive, com uma denominação preocupante: "fishing expedition ou pescaria probatória". Só se pesca o desavisado para que caia em contradição, morda a isca e revele a sua má intenção e falsidade. Eis a definição:

a procura especulativa, no ambiente físico ou digital, sem 'causa provável', alvo definido, finalidade tangível ou para além dos limites autorizados (desvio de finalidade), de elementos capazes de atribuir responsabilidade penal a alguém. [É] a prática relativamente comum de se aproveitar dos espaços de exercício de poder para subverter a lógica das garantias constitucionais, vasculhando-se a intimidade, a vida privada, enfim, violando-se direitos fundamentais, para além dos limites legais. O termo se refere à incerteza própria das expedições de pesca,

²⁴ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54803352>.

²⁵ Sócia da área penal do machado Meyer advogados.

em que não se sabe, antecipadamente, se haverá peixe, nem os espécimes que podem ser fisgados, muito menos a quantidade (Rosa, 2021, p. 389-390).

De uma forma ou de outra, o imaginário atua de modo a responsabilizar a mulher, ora negando que ela tenha sofrido a violência alegada, ora responsabilizando-a pela violência que tenha sofrido. Discursos que “justificam” o estupro/abuso sexual não cessam de (re)aparecer. Essas discursividades se apoiam nas oposições entre santa e virgem e mãe e puta construídas pelo aparelho religioso (judaísmo - cristianismo - islamismo) ao longo de milhares de anos (Del Priore, 2009).

A Formação Ideológica Religiosa, com o complexo de FDs que a compõem, traz a sua contribuição no que se refere à consolidação, sedimentação e propagação dessas discursividades acerca do feminino, dado que as suas representações de mulher a consideram como inferior ao homem, determinada por sua natureza física e condenada a redimir os pecados da humanidade instaurados por Eva.

na maternidade residia o poder feminino de dirimir pecados. E dentre eles, o maior de todos: o original. Causa central da expulsão do paraíso terreal, a mulher podia resgatar o gênero humano do vale de lágrimas que bracejava, chamando a si a permanente tarefa da maternidade (Del Priore, 2009, p. 254).

Nessa perspectiva, a sexualidade/corpo feminino foram cercados por imaginários de magia e nocividade, sendo preciso o controle de sua sexualidade pelo adestramento e pela dominação masculina. Essas formações imaginárias sobre a mulher, construídas socialmente ao longo da história e retomadas nos processos discursivos em que são dadas como mãe, virgem, mulher casada e prostituta compõem o imaginário acionado quando se pensa sobre a mulher vítima de violência, ou seja, observa-se se atende aos lugares atribuídos a ela por determinada formação ideológica numa estrutura social.

As formações imaginárias, ora apresentadas, consubstanciam uma memória do “tipo” de mulher que pode realmente ter vítima do crime de estupro. É esse imaginário que construirá a imagem social estigmatizada da “vítima de estupro” que acaba sempre pesando no momento de denunciar a ocorrência do abuso.

As SDs abaixo se referem ao interrogatório de Marie na delegacia, quando os investigadores Pruit e Parker a questionam sobre o que alegam ser inconsistências no depoimento, já que ela precisou dar o mesmo depoimento inúmeras vezes; além do mais, os detetives afirmam que a cena do crime estava livre de provas, o que, de

acordo com eles, seria um indício de que o crime não aconteceu:

SD20: Encontrei inconsistências no seu depoimento e no das outras testemunhas... que tal me contar de novo como foi violentada... mais uma vez, sim (Detetive Parker).

SD21: Só das ligações há quatro versões (Detetive Parker).

SD22: E aí tem a cena do crime, não encontramos nenhuma evidência física de que outra pessoa entrou no apartamento naquela noite (Detetive Parker).

A suposta falta de provas apontada pelos investigadores vem no sentido da ratificação dos pressupostos dos policiais. Sustentados no pressuposto que nega a ocorrência do estupro, eles concluem que as “inconsistências” no depoimento e a “falta de evidências” da existência de um estuprador são fatores suficientes para desacreditar a acusação, contribuindo para que o mundo de Marie passe pela turbulência a que a jovem se viu submetida posteriormente. Os efeitos de sentido sobre *estupro* que tomam os investigadores têm origem numa matriz de sentido que permite a reprodução de sentidos que, embora se reformulem sob outra roupagem, mantêm uma mesma grade de leitura, isto é, que o estupro não teria acontecido, tendo, para Marie, consequências práticas indesejáveis e desastrosas.

O constrangimento a confusão, o nervosismo e o embaraçamento de Marie, uma adolescente de 18 anos, em uma mesa de interrogatório, de frente com dois policiais homens, é entendida pelos detetives como sinais de que ela mentia sobre ter sido estuprada, mas não mentia quando dizia não ter sido estuprada.

SD23: isso é confuso. (Marie)

Mesmo quando a jovem volta atrás da confissão de que havia inventado o estupro, afirmando outra vez que o abuso havia acontecido, os investigadores não mostram qualquer dúvida sobre a acusação de mentira, mesmo quando ela pede para passar por um detector de mentiras, conforme se evidencia nas SDs abaixo:

SD24: Quem fizer o teste não vai perguntar se você foi hipnotizada para acreditar no estupro ou se sonhou com o estupro, ele só vai te fazer uma pergunta: você foi estuprada? Só isso, se a sua resposta for uma mentira, eu não vou ter escolha a não ser prender você, você vai pra cadeia [...] você perderia tudo se fosse fichada, não é? Mas como eu disse, se quiser fazer o teste é livre pra fazer... (Detetive Pruitt)

Por detrás da ameaça velada que assombra o discurso, que amedronta com

a possibilidade de não passar no detector de mentiras, há a convicção implícita de que Marie está mentindo; os investigadores não pensam que ela pode estar falando a verdade e, ao invés de prestarem apoio ou ouvirem de modo sério o que ela diz, dando-lhe o suporte e a compensação necessários, emparedam-na no sentido de ter que, sozinha, tentar se fazer acreditada. De acordo com Pêcheux, 1995, p.162:

a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina, identificação na qual o sentido é produzido como evidência pelo sujeito e, simultaneamente, o 'sujeito é produzido como causa de si'

Com a ilusão de terem o controle do discurso e da verdade de ser a origem do sentido, ocorre a rejeição de outras possibilidades do dizer existentes no interdiscurso, que são esquecidas pelos sujeitos detetives policiais homens. Essa ilusão de liberdade permite que eles transitem pela matriz de sentidos da FD que domina e que determina suas “escolhas” discursivas lexicais, mas elas são limitadas e determinadas a partir do vetor imaginário composto pelo jogo de imagens feitos pelo sujeito a partir de posições ideológicas estabelecidas sócio historicamente. A pressão dos investigadores para que Marie confesse a “mentira” vai ao encontro da convicção estipulada pela FD da negação do estupro, que permite apenas, sendo Marie quem é, efeitos de sentidos que neguem que o abuso aconteceu, ainda que o papel de ambos devesse ser investigar os fatos.

As SDs destacadas a seguir permitem perceber como os detetives, à luz do discurso que os arregimenta, foram levados ao “caminho mais fácil” para concluir a investigação; considerando a “escassez” de evidências e a “descredibilidade” do passado da vítima, foi mais cômodo concluir que o estupro foi uma invenção, já que o passado e os comportamentos da moça pareciam questionáveis:

*SD25::As evidencias que temos são o **cadarço do tênis dela** e a **facas de cozinha**. (Detetive Parker)*

*SD26: **Nenhum sinal de arrombamento**, não há **digitais identificáveis** ou **fluídos corporais**. (Detetive Pruitt)*

A problemática que se está levantando reside no fato de a investigação criminal se pautar na “subjetividade” dos sujeitos responsáveis pela investigação e não num conjunto probatório material de evidências. A investigação baseada em provas, ainda que poucas, evoluiria ou não criminalizaria a vítima, pois a investigação guiada por pressupostos de ordem ideológica abre espaço para o erro e para a

interpretação cujos fundamentos são imaginários. Para Orlandi (2007, p.30);

A relação do homem com a linguagem é constituída por uma injunção à interpretação: diante de qualquer objeto simbólico "x" somos instados a interpretar o que "x" quer dizer. Nesse movimento da interpretação, aparece-nos como conteúdo já-lá, como evidência, o sentido desse "x". Ao se dizer, interpreta-se - e a interpretação tem sua espessura, sua materialidade - mas nega-se, no entanto, a interpretação e suas condições no momento mesmo em que ela se dá e se tem a impressão do sentido que se "reconhece", já-la. Esse é o efeito da literalidade. A significância, no entanto, é um movimento contínuo determinado pela materialidade da língua e da história.

No caso do seriado em pauta, os efeitos de sentido são guiados pela formação ideológica e pela forma particular de compreender a situação ou contexto no qual aparece o discurso que é formulado.

A história de Marie poderia ser menos traumática, se não fosse desacreditada. Mesmo que a polícia não chegasse ao estuprador, ela receberia apoio, acolhimento e uma compensação financeira pelos transtornos oriundos do ocorrido. Ao invés disso, em nome de um "cadarço" tido como frágil para manietar alguém, ela perdeu amigos, familiares, foi processada por falso testemunho, perdeu a credibilidade e sofreu uma onda de retaliações após seu nome ter sido exposto na imprensa.

É preciso frisar que a investigação não chegou a ocorrer, mesmo tendo havido exame de corpo de delito. Os detetives Parker e Pruitt, para apaziguar a consciência e varrerem o problema para baixo do tapete, empenharam-se apenas em conseguir uma confissão de que Marie estava mentindo e, conseguindo, arquivaram o inquérito e processaram a jovem por falsa imputação de estupro. O momento de produção das SDs abaixo se refere ao diálogo entre eles, após conseguirem a retratação de Marie:

*SD27: Que bom que descobrimos cedo, lembra do caso no Condado de King ano passado? A aluna e o professor de História? O cara passou uma semana na cadeia antes de ela admitir que inventou. (Detetive Parker).
- ele não processou ela?... (Detetive Pruitt).
- não culpo ele (Detetive Parker).*

Nos turnos de fala que compõem a SD acima, os detetives conversam sobre outra investigação de denuncia de estupro, da qual também foram encarregados e cuja jovem (vítima) voltou atrás no depoimento e alegou ter inventado a acusação. Eles comparam os dois casos e creem estar perante a mesma situação, sentindo-se aliviados por terem descoberto a suposta mentira de Marie.

De alguma forma, a atitude deles reforça laços sociais machistas intemporais

de culpabilização da mulher em casos como o da denúncia, ao mesmo tempo em que cristaliza e sedimenta a perspectiva do homem como inocente em casos de violência sexual, satisfazendo a instituição jurídica e o imaginário que isenta o homem, pautando-se na premissa da mulher dissimulada/manipuladora que seduz e engana, levando o homem a cometer crimes dos quais é isentado posteriormente. Está-se frente, pois, à circularidade que se contorce sobre si mesma, pois Marie seria mais uma mulher que mente sobre abuso sexual, apenas querendo chamar a atenção.

Ao afirmar “Que bom que a pegamos cedo”, Parker usa o exemplo do caso anterior, em que um suposto inocente foi preso injustamente por uma semana, para ratificar o posicionamento sobre o estupro ser uma farsa. Dessa forma, o imaginário que o constituiu enquanto sujeito e do qual não é levado a duvidar o leva a acreditar no que “convém” a partir do atravessamento ideológico, já que língua e ideologia têm uma relação estreita, ou seja: para Pêcheux (2014), o discurso é a materialidade da ideologia. Neste sentido, de acordo com Pêcheux e Fuchs (2014, p.163-164),

Deve-(se) conceber o discursivo como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica. Dito de outro modo, a espécie discursiva pertence, assim pensamos, ao gênero ideológico, o que é o mesmo que dizer que as formações ideológicas ‘comportam necessariamente’ como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito [...] numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes.

A suposição de que as duas jovens poderiam estar dizendo a verdade e o fato de que poderiam ter retrocedido nas alegações iniciais por causa dos desdobramentos negativos que enfrentaram ao denunciar o estupro não é sequer levantada; os discursos dos investigadores se sustentam numa matriz de sentido que não permite outros dizeres ou outros sentidos que não apontem para a negação ou para a amenização do crime. Há, pois, um já-dito que permeia os discursos sobre o lugar social da mulher e, nele, ela é a Eva que leva ao pecado ou então que deve submissão sexual ao homem, o que leva à naturalização ou ao menosprezo do estupro.

Ainda na SD 27 surge o enunciado “O cara passou uma semana na cadeia antes de ela admitir que inventou”. Nessa SD, a palavra ‘estupro’ está implícita e é relacionada a um efeito de sentido de negação e manipulação por parte da mulher que alegou ser vítima. Para eles, o crime foi uma invenção, da mesma forma que o estupro de Marie. A SD indica que a matriz de sentido que ancora os enunciados renega efeitos que não sustentem a negação ou a amenização do crime, tendo em

vista que são mobilizados a partir de discursos prévios e mobilizam sentidos institucionalizados que estabelecem o que dizer e o que fazer a partir de uma filiação discursiva. Há que se lembrar que os processos discursivos não têm sua origem no sujeito, mas se realizam nele, o que leva ao assujeitamento via interpelação, e que a relação entre os processos discursivos e a língua se deve ao fato de que, “estando estes processos discursivos na fonte da produção dos efeitos de sentido, a língua constitui o lugar material onde se realizam estes efeitos de sentido” (Pêcheux; Fuchs, 2014, P.171).

Durante a “investigação” do caso de Marie, que ocorreu mais como inquisição, com a culpa já dada de antemão, não houve busca de suspeitos, elaboração de teorias (exceto a da mentira) ou indagações sobre quão organizado foi o crime; todos os direcionamentos foram mobilizados para que ela voltasse atrás na acusação:

SD28: Você quer mesmo fazer o teste do polígrafo ou você quer esclarecer tudo de uma vez com a gente aqui? (Detetive Pruitt).

A sentença “esclarecer tudo de uma vez” não significa trazer o real à tona, mas aquela realidade pressuposta pelos investigadores, ou seja: ela gera o efeito de sentido de admissão de uma mentira sobre a qual estão convencidos. Dessa forma, percebe-se que, para que o sentido seja retomado, não é necessário as mesmas palavras serem repetidas; a repetição ocorre também por meio de paráfrases que dão origem a uma “regularização dos sentidos”, que “se institui pelo viés de diferentes funcionamentos discursivos de retomada: implícitos, remissões, efeitos de paráfrase” (Indursky, 2011, p. 69). Assim, não é necessário que sejam repetidas as mesmas palavras ou expressões para que o sentido seja retomado. Trata-se, portanto, de uma retomada de sentido, que se dá por meio do “processo de repetibilidade”, dentro dos limites estabelecidos pela formação discursiva dada, do que pode e deve ser dito e, neste caso, feito enquanto atividade prática (Indursky, 2011, p.68).

Buscou-se atentar nesta seção para a relação entre língua e ideologia, que, por sua vez, atua constitutivamente sobre imaginário, produzindo sentidos e chamando os sujeitos a significarem de acordo com aquilo que permite a FD em que se inscrevem. A FD, por seu turno, está sujeita às formações ideológicas instauradas no interior de uma estrutura social com condições de produção específicas. Estes ingredientes, no caso em questão, estão inscritos por uma relação estreita com a formação ideológica patriarcal, que sustenta um imaginário misógino e androcêntrico em relação ao estupro e à vítima de abuso, o que significa afirmar: quando o crime

ocorre em circunstâncias fora do acordo social e do “padrão” esperado, ou a vítima possui algum fator que possa ser visto como “desabonatório”, o crime é desacreditado e com ele a vítima que, sendo agredida uma primeira vez, seja violentada novamente, várias vezes, pelo aparelho ideológico jurídico montado para preservar uma ordem institucional de privilégios.

De acordo com Pêcheux (2014, p. 70), “O ideológico, enquanto ‘representação’ imaginária, está, por essa razão, necessariamente subordinado às forças materiais ‘que dirigem os homens’ (as ideologias práticas, segundo Althusser), reinscrevendo-se nelas”; a análise de discurso, enquanto pautada no simbólico constituído por meio do imaginário, permite aceder ao condicionamento do sujeito em sua discursividade e alcançar os seus compromissos e as suas filiações “subjetivas”. É o que leva também Orlandi (2010, p. 42) a postular a *eficácia material do imaginário*:

O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não ‘brota’ do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder. A imagem que temos de um professor, por exemplo, não cai do céu. Ela se constitui nesse confronto simbólico com o político, em processos que ligam discursos e instituições.

A eficácia material do imaginário incide também sobre o fato de que as projeções imaginárias, sedimentadas pela ideologia, atravessam a discursividade e acabam sendo materializadas na linguagem determinando os efeitos de sentido. Além disso, a ideologia faz parecer, pelo viés das projeções imaginárias impostas sobre o sujeito, que ele é livre e, como tal, controla o sentido. Convém, por fim, destacar que o imaginário sobre a mulher vítima de estupro é perpassado por projeções imaginárias sobre a mulher contruídas ao longo da história. Assim, as tomadas de posição no discurso sobre as vítimas de abuso sexual se dão a partir do processo de interpelação, uma vez que é a ideologia que sedimenta determinado imaginário histórico sobre os lugares sociais ocupados pela mulher, assim como por cada grupo de sujeitos.

Ao recuperar aqui o viés imaginário de atribuição de sentido ao abuso sexual, considera-se que as materialidades linguístico-discursivas são afetadas pela história, pois é a inscrição da história na língua que faz com que ela signifique, porque o trabalho da linguagem se relaciona com a história, com a sociedade e com a ideologia para a constituição dos sentidos e dos sujeitos. Com isso, produzem-se as representações imaginárias sobre o estupro e a mulher vítima de estupro, que se constituem por meio do que já foi dito e do que já foi ouvido; essas representações

imaginárias, imaginárias que são, não correspondem ao real, já que o que já foi dito e ouvido dos/pelos sujeitos é constituído pela estrutura da ideologia que as determina (Pêcheux; Fuchs, 2014).

As SDs analisadas até aqui permitem perceber o imaginário produzindo “efeitos de evidência” na relação entre a palavra e a coisa, isto é, “uma ilusão referencial” que dá a impressão de haver uma relação direta entre o mundo e a linguagem: “essa relação não é direta, mas funciona como se fosse, por causa do imaginário” (Orlandi, 2007, p. 32). O movimento de tomada de posição dos sujeitos até esta altura permite perceber a filiação de determinados discursos a uma memória, sendo que os efeitos de sentido históricos sobre a mulher foram se sedimentando como discursos a serem retomados, estratificados e desnivelados pelas relações de força que determinam ideologicamente o discurso (Zoopi Fontana; Ferrari, 2017).

Considerado o movimento de análise desenvolvido, observa-se que o imaginário opera o assujeitamento e a interpelação dos indivíduos, o que mostra que, para ser sujeito, o indivíduo deve ser afetado pelo simbólico e sujeito à ideologia, isto é, deve ser interpelado pela ideologia e levado a significar pelo discurso como se sustentasse uma evidência de que algo não pode não ser de um modo. Esse pressuposto encaminha para o imaginário que se constitui ao sabor da ideologia se submetendo às condições reais de existência (Orlandi, 2015).

Por ora, pode-se concluir que não é possível escapar dos efeitos ideológicos; todavia, não se pode deixar de buscar o questionamento da prática de descredibilização das vítimas de estupro constituídas pelas relações de poder mantidas sobre as mulheres na sociedade capitalista-patriarcal. Segato (2016, p.147), em estudo sobre estupros, mortes e violência de vários matizes praticados contra as mulheres, afirma que a violência contra elas é uma forma de expressar o poder; para ela, “a masculinidade é sinônimo de potência (bélica, política, econômica, intelectual e moral). A violência não é apenas uma relação do agressor com a vítima e, sim, do agressor com seus pares, de onde sai seu mandato de poder”; neste sentido, “A prática do estupro [...] é utilizada como um método de controle e de manutenção da hegemonia desse poder patriarcal em todas as suas esferas” (Campos, 2016, p. 07).

Nesse desvão, submersas na ideologia patriarcal que busca subjugar-las, no imaginário que as reveste, as traveste e as coloca à mercê de um sistema policial que as deslegitima e de uma estrutura social e histórica que as reprime, as “Maries” vivem o drama da descrença e da injustiça após sofrerem abuso sexual, que vão para além do seriado **Inacreditável**, que, deve-se lembrar, mesmo que de modo ficcionalizado,

retrata um evento real, que, submetido a um imaginário preparado para interpretar de um certo modo, não deixa de causar seus infortúnios. No limite, o que **Inacreditável** denuncia é o fato de, comodamente, determinados segmentos sociais se instalarem nos ditames do imaginário e, de modo inacreditável, considerá-los como a límpida verdade, à revelia do que surja como contradição, celeuma e polêmica, refugiando-se no conforto de submeter determinados fatos a leituras apriorísticas e surdas.

3. DO CADARÇO À FITA DE CABELO: O CONTRADISCURSO POSSÍVEL E UMA OUTRA INVESTIGAÇÃO.

Para atender aos propósitos desta parte do trabalho, faz-se necessário trabalhar com outros dois conceitos relativos ao funcionamento do discurso: a *polissemia* e o *interdiscurso*. Orlandi (2010) define *polissemia* como “a simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico” (Orlandi, 2010, p. 38). Para a autora, a *polissemia* representa a ruptura “dos processos de produção”, isto é, o deslocamento das regras de produção da linguagem, fazendo intervir outros sentidos. A polissemia é da ordem da ruptura, do deslocamento, é lugar do diferente; é onde o sentido tem a ver com a história, onde há deslizamento de sentidos. Enquanto a paráfrase configura-se como retomada dos já-ditos, a polissemia representa o deslocamento que acontece por meio da “ruptura do processo de produção da linguagem, pelo deslocamento das regras, fazendo intervir o diferente, produzindo movimentos que afetam os sujeitos e os sentidos na sua relação com a história e com a língua” (Orlandi, 2010, p.37).

Para a autora, as forças da paráfrase e da polissemia trabalham movimentando os dizeres, de modo que representam o mesmo e o diferente, forçando a repetição do mesmo sentido, mas podendo também sustentar a sua equivocidade. Desse modo, o funcionamento da linguagem ocorre em meio a um jogo entre processos parafrásticos e polissêmicos, entre o estabilizado e a ruptura. A AD concebe a linguagem enquanto polissêmica, pois a língua está sujeita a equívocos, com margem para deslizes e lugar de outro possível, em que se manifestam efeitos ideológicos sedimentados ou em deslocamento, que circunscrevem os homens nas suas relações.

É desse modo que os movimentos de sentido, de retomada e ressignificação, entre o mesmo e o diferente, que movem os processos discursivos e possibilitam a significação, ocorrem no interior da memória discursiva, já que é ela que torna possível incorporar formulações anteriores, já enunciadas nas práticas discursivas diárias dos sujeitos, reformulando-as, se for o caso, pois “não existe discurso autofundado, de origem absoluta. Enunciar é se situar sempre em relação a um já-dito que se constitui no Outro do discurso” (Maingueneau *Apud* Brandão, 1986, p. 76).

Essa relação entre um discurso atual e o dizer já-disponível na memória é permeada pelo interdiscurso, que seria a força e a função de retomada dos sentidos e que coloca o discurso atual em relação com a memória. Para Orlandi (1992),

Pelo conceito de interdiscurso, Pêcheux nos indica que sempre já há discurso, ou seja, que o enunciável (o dizível) já está aí e é exterior ao

sujeito enunciador. Ele se apresenta como séries de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória. Esse domínio constitui a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso (ORLANDI, 1992, p. 89-90).

Nesse contexto, para Pêcheux (2014, p.310) o conceito de interdiscurso cumpre a função de “designar o exterior específico de uma FD”. Por consequência, toda FD se constitui e se mantém por meio de sua relação com o discurso outro, cuja retomada é justamente função do interdiscurso que coloca discursos em relação e estabelece diversos tipos de relação entre eles, sendo um tributário do outro:

propomos chamar interdiscurso a esse ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que [...] caracteriza o complexo das formações ideológicas (Pêcheux, 1995, p.162).

O interdiscurso refere-se, portanto, à retomada de palavras, expressões e/ou enunciados de uma FD e ele surge como o já-dito e como o fio pelo qual passam os discursos que se pautam em uma FD e se encontram em relação de dependência para com o “todo complexo com dominante”, ratificando/retificando certos sentidos. Assim, toda FD é definida, construída, determinada e mantida sobre a relação com o ‘interdiscurso’ como princípio de constituição, sendo o sujeito a contraparte dos ditames que uma FD impõe.

O conceito de interdiscurso possibilita afirmar que os discursos sempre estão em relação de troca, isto é, eles não são independentes uns dos outros. O interdiscurso funciona como um passado/presente discursivo de discursos distintos e dispersos. Isso justifica o fato de as sequências linguísticas possíveis de serem enunciadas por um sujeito já estarem dadas, pois são intercambiáveis e circulam entre diferentes FDs, fator que constitui o interdiscurso sob condições de produção dadas.

Tendo esta reflexão como pano de fundo, este capítulo do trabalho tem o objetivo de mostrar como a inscrição dos sujeitos em diferentes FDs impõe diferentes tomadas de posição sobre um acontecimento da realidade, devido à emergência de determinados sentidos à revelia de outros; a compreensão da “realidade” acontece a partir de um jogo conflituoso em que a ideologia e a linguagem se chocam, determinando que cada sujeito mobilize um dispositivo ideológico (ou outro) de leitura e, no imperativo de significar, opere sob condições específicas para que os sentidos sejam uns e não outros.

Em que pese, entretanto, as determinações ideológicas que sobrepõem aos

sujeitos, a ideologia não deixa de ser confrontada com imperativos de outra ordem e que podem afetá-la e mostrar as suas lacunas: são eles a ciência e a realidade. Para Pêcheux (2015, p. 29), contra as injunções ideológicas, há que se considerar que há uma real, ou seja, há “independência do objeto face a qualquer discurso”, ou seja, “há real”, isto é, pontos de impossível, determinando aquilo que não pode não ser ‘assim’. (O real é o impossível... que seja de outro modo). O real existe, portanto, à revelia de qualquer subjetividade e, conforme Orlandi (2007), o efeito de exterioridade, isto é, o sentido-já-lá é o que torna possível a relação real/realidade, mostrando que ela pode ser outra à luz do que o real determina.

o real (é a) função das determinações históricas das condições materiais do discurso e a realidade a relação imaginária dos sujeitos com essas determinações tal como elas se apresentam no discurso, em um processo de significação pelos dois esquecimentos: o que produz no sujeito a impressão de estar na origem do sentido e o que produz a impressão da realidade do pensamento (coincidência entre pensamento/ linguagem/ mundo) (Orlandi, 2007, p.39).

De um ponto de vista que toma a ideologia como referência, aquilo a que os sujeitos têm acesso não é o real, mas uma realidade fornecida pelo simbólico e seus efeitos ocultados pela ideologia, com o sujeito tendo a impressão de originalidade do sentido: “face a qualquer objeto simbólico o sujeito é coagido a interpretar - e no trabalho de interpretação o sentido de ‘x’ aparece como sentido-lá, como "conteúdo", apagando o movimento da interpretação” (Orlandi, 1998, p.75). Contudo, há a ordem do real, ou seja, pontos de impossível que a interpretação tem como barreiras para que não seja qualquer uma;

Pelo menos em certas circunstâncias, há independência do objeto face a qualquer discurso feito a seu respeito, (o que) significa colocar que, no interior do que se apresenta como universo físico-humano (coisas, seres vivos, pessoas, acontecimentos, processos...) ‘há real’ (Pêcheux (2015, p.29).

Embora não seja exequível acessar integral e cabalmente o real, tendo em vista a interpretação como gesto que o recorta numa errância dominada pelo ideológico, é possível se aproximar dele; essa aproximação pode ser alcançada pela ciência.

Os efeitos de sentidos trabalhados neste capítulo, que, como se quer mostrar, estão pautados num outro parâmetro de realidade/real, trazem à tona o outro discurso possível/necessário (no caso da investigação desencadeada) sobre estupro e da vítima de violência sexual, impondo uma leitura que é dada por outra interpretação,

pautada não no imaginário, mas num conjunto de evidências que conformam e desenham o que teria ocorrido e cujas conclusões sobre os acontecimentos se baseiam em dados apontados pela investigação, que será tratado, a partir daqui, como discurso pautado na ciência. O interdiscurso (como contradiscurso) e a polissemia conduzem, no caso em estudo, a outra compreensão de uma mesma “realidade”, neste caso, aproximando-se do real, tendo em vista o embasamento científico incorporado pelas investigadoras durante a investigação.

Conforme Orlandi (1994, p. 56) “há em toda língua mecanismos de projeção que permitem passar da situação sociologicamente descritível para a posição dos sujeitos discursivamente significativa”, com a ressalva que, no caso do seriado **Inacreditável**, essa posição, para a qual se volta a atenção neste capítulo, não é determinada a priori por uma leitura de cunho ideológico, mas por outra de cunho científico.

A esta altura do trabalho (ainda de forma inicial) também se pretende atentar para o fato de que, no limite, o real buscado pela ciência (ainda que o seu método seja aquele de ordem puramente empírica), que atravessa e fura o imaginário, pode funcionar como um delimitador para os percalços do imaginário e prevenir contra a sua eficácia, evitando as falhas causadas pela interpretação apressada, imposta pela ordem da língua e do senso comum. Para impedir que o imaginário, situado no lugar-comum, interfira numa investigação criminal causando danos, como o drama de Marie, no seriado **Inacreditável**, uma abordagem científica pautada em evidências surge como o ponto de partida confiável, como se busca trazer neste capítulo.

As sequências discursivas que serão analisadas a partir daqui foram extraídas dos 8 episódios do seriado e são compostas por discursividades dos sujeitos envolvidos na investigação dos múltiplos estupros ocorridos no estado do Colorado, sobretudo das investigadoras Grace e Karen, responsáveis pelas investigações.

Os efeitos de sentidos para os quais se alerta neste capítulo conduzem o olhar para outro discurso possível sobre o estupro e sobre a vítima de estupro, com a leitura sendo conduzida por outro diapasão, o da ciência, a partir do inter/contradiscurso e da polissemia, tendo em vista a busca pela compreensão real de uma “realidade”.

O movimento analítico permitirá perceber que as investigadoras Karen e Grace se inscrevem em uma FD que adota um discurso embasado na ciência como ponto de partida das investigações, que se caracteriza pela busca da checagem material das alegações e das denúncias recebidas, sem cair da descrença apriorística e nas determinações do imaginário. Os procedimentos e determinações discursivas dessa

FD permitiram a condução de uma investigação baseada em indícios, ainda que mínimos, e na construção de um inquérito instruído lentamente e de forma minuciosa, teimosamente, até a captura do culpado. Faz-se necessário lembrar, conforme já apresentado anteriormente, que o *modus operandi* do estuprador, que mais tarde descobriu-se ser um estuprador em série, era apagar seus rastros: digitais, fluidos corporais e quaisquer indícios; as cenas de crime eram higienizadas e limpas de forma a não deixar pistas.

O contexto de produção da SD transcrita abaixo se refere aos procedimentos iniciais desencadeados pela detetive Karen, após ter recebido o primeiro chamado de estupro atendido por ela, que se referia a Amber, da cidade de Golden.

SD29: Eu quero que levante todas as agressões sexuais estranhas na cidade no último ano, também levante as invasões domiciliares, os voyeuristas e qualquer ligação suspeita de homem, roubos, qualquer roubo num raio de 5 quilômetros do endereço em Black Hill (detetive Karen)

A ação da detetive, já inicialmente, demonstra o esforço mobilizado na busca por informações que suprissem a falta de evidências na cena do crime. A menção à palavra 'estranha', em destaque, revela a percepção por parte da detetive de que a agressão não era de todo inusual no contexto em questão e ela usa a observação para cruzar com outros casos; percebe-se ainda que não há suspeitas a priori sobre a veracidade da denúncia. Paralelamente, mesmo sem ter conhecimento uma da outra, a detetive Grace realizava uma investigação nos mesmos moldes na cidade de Westminster. Digno de nota é que, apesar de 'estranha', a denúncia não é considerada como sendo potencialmente falaciosa, mas que deveria ser levada em consideração, como também é relevante o fato de a detetive Grace não tomar de pronto a denúncia, no caso recebido por ela, como mentirosa, conforme pode ser verificado na sequência a seguir:

SD30: A minha equipe vasculhou todas as lixeiras num raio de 3 quilômetros absolutamente todas, olharam vala, drenaram lago, procurando qualquer coisa, sei lá, arma, lençóis (detetive Grace).

As SDs apontam para o esforço mobilizado pelas detetives para evoluir nas investigações, mesmo com a falta de evidências materiais; sem assumir, à revelia de provas, que os estupros fossem inventados. O trabalho realizado pelas duas detetives é implacável, conforme indicam as SDs 29 e 30, as quais demonstram como as buscas por indícios foram feitas em grande escala; mesmo sem nada de concreto que

pudesse levar a um suspeito, nunca elas levantaram dúvidas sobre a veracidade das acusações; pelo contrário, buscaram explorar todos os meios possíveis para a investigação, na qual se percebe a ancoragem por parte delas em outro modo de conceber o mundo, cuja premissa pode ser a de que estupros acontecem e, em teoria, ninguém denuncia que foi vítima se isto não tiver ocorrido, contudo a veracidade dos fatos só pode ser obtida a partir da análise minuciosa e isenta, isto é, da cientificação da investigação. Na SD abaixo, percebe-se o esforço de investigação na busca de verificação objetiva do caso denunciado, em ruptura franca e objetiva como o imaginário de culpa/falsidade da mulher, como na atitude dos investigadores homens.

SD31: Eu mandei algumas coisas da cena do crime para o laboratório, mas nada, nenhum cabelo ou fluido corporal, tudo estava limpo, ele é esperto (detetive Karen).

A credibilidade dada às vítimas e o desdobramento realizado na busca por vestígios possibilitam a percepção do efeito de que as investigadoras se inscrevem numa FD que não se dirige para a negação do estupro e desacreditação da vítima, mas demarca a obrigação de trabalho investigativo imparcial, sem espaço para brechas e livre (ou o mais próximo disso) de falhas, como se mostra a seguir:

SD32: Olhe em sua volta, Morris, o que você vê? Não, deixa que eu respondo, um monte de seres humanos, todos bem intencionados, mas bastante sujeitos a errarem, e tudo bem, eu entendo as falhas humanas, mas não quando assunto é um estuprador violento, um cara que a qualquer minuto pode invadir outra casa e traumatizar outra mulher para sempre, porque isso não é algo que as pessoas superem, é algo que elas carregam com elas pra sempre, como uma bala na coluna, enfim, nesse caso, é, eu espero sim que todo mundo na minha equipe dedique 100% de esforço em 100% do tempo, isso significa conferir se o trabalho está bem feito, se o relatório está pronto, se o laboratório entregou os resultados, se isso vai além da suas capacidades ou do seu campo de interesses, então talvez possa trabalhar em outra equipe. (detetive Karen).

A SD 32 traz efeitos de sentido que caminham no sentido da credibilização, da empatia e da sensibilidade para com as mulheres que sofrem agressão, com a devida preocupação e acolhimento das vítimas, que difere explicitamente do que foi dado a Marie no caso a investigação relativa ao seu estupro, isso porque a investigadora parte de uma premissa de que as denúncias são efetivas e as vítimas são sinceras até que a investigação prove o contrário e, portanto, o trabalho policial investigativo deve ser realizado de forma criteriosa.

O primeiro caso com que a detetive Karen se deparou foi muito parecido com

o estupro da Marie: vítima jovem que vivia sozinha, nenhum arrombamento, cena de crime limpa de evidências e o estuprador usou uma fita de cabelo da vítima para amarrá-la durante o caso de violência. Contudo, em que pese em outra situação a fita poder ser considerada frágil para o domínio da violentada (como foi o caso do cadarço), após o primeiro contato com a vítima e as informações prestadas por ela, a reação da detetive Karen não foi de hesitação ou desconfiança, mas de revolta e de resposta à busca de encontrar o culpado, conforme se verifica nas SDs abaixo:

SD 33: Amber, as pesquisas mostram que quanto mais cedo a vítima do crime fala a respeito, mais se lembra de tudo, então se não for um problema, eu queria que falasse disso (detetive Karen).

SD 34: Amber não precisa se explicar para mim (detetive Karen).

SD35: É um fundo de compensação as vítimas referente a dias de trabalho perdido, e despesas médicas, enfim, liga para eles, mesmo se não tiver perdido trabalho, se precisar de terapia, o trauma tem custo. (detetive Karen).

Em conjunto, as SDs apontam para uma FD para a qual os sentidos sobre o estupro e a vítima de estupro são de busca de verificação, de preocupação com o estado emocional da vítima e de comprometimento com a busca do agressor, ou seja: aqui, a formação imaginária sobre o estupro é o de que essa violência deixa marcas e traumas profundos na mulher e que, portanto, ela deve receber total acolhimento e engajamento no trabalho de responsabilização do agressor; as vítimas que foram atendidas pelas detetives Karen e Grace receberam um tratamento diverso do direcionado a Marie, dada a credibilização que receberam após a denúncia. Eis a polissemia e o interdiscurso contrapondo entre si comportamentos diferentes em virtude de diferentes constituições subjetivas.

A sequência abaixo pertence a um diálogo no qual a detetive Karen conta a um policial, responsável por procurar indícios na cena do crime, sobre a possibilidade de o estuprador já ter estado no local antes, pois havia roubado uma fita de cabelo da vítima e usou para amarrá-la durante o estupro.

SD36: Ele usou a fita pra amarrá-la, a fita dela, ele trouxe com esse propósito (detetive Karen).

De acordo com o que foi desenvolvido no capítulo anterior, o relato de Marie de que o estuprador usou o cadarço de seu tênis para prendê-la durante a violência foi visto como fantasioso, pois não seria suficiente para tal finalidade; paradoxalmente,

a menção à fita de cabelo usada no caso investigado pela detetive Karen é recebido como um detalhe importante sobre o estupro e mantido com relevância na investigação, dada sua peculiaridade, o que de fato teve importância nas investigações, pois, associado a todos os demais detalhes, revelou um perfil de recorrência nos crimes que possibilitou identificar tratar-se de um esturador em série.

Destaca-se que o cadarço foi um dos fatores que levaram Judith a achar o relato de Marie falso e dar início à desconfiança que culminou na sua posterior criminalização. Já, no estupro de Amber, investigado pela detetive Karen, o relato sobre a fita de cabelo, dada a peculiaridade, juntamente com outros detalhes atípicos que fogem do imaginário comum sobre esse tipo de crime, possibilitou à investigadora cruzar o caso com outro semelhante e, posteriormente, em trabalho conjunto com a investigadora Grace, chegar à conclusão de que se tratava de esturador em série, que agia de forma padronizada e deixava as cenas de crime limpas. Porém, dado o grau de conhecimento que o esturador tinha sobre o trabalho e protocolos da polícia, as investigações só avançaram e chegaram ao suspeito graças ao esforço realizado pelas investigadoras e a persistência das mesmas, conforme se observa abaixo:

SD37: Um cara que entende de DNA provavelmente entende de outros aspectos dos procedimentos policiais, talvez ele saiba que quando um caso entra no sistema a polícia só colocam os dados mais básicos, não os detalhes (detetive Karen).

SD38: E se o nosso cara sabe disso, saber que as chances de um policial em Westminster e um policial em Golden compartilhar informações específicas das investigações são bem pequenas contanto que ele continue em movimento e nunca ataque duas vezes na mesma cidade... (detetive Karen).

SD39: teremos investigadores de oito delegacias analisando 8 casos que são idênticos sem imaginar que estão atrás do mesmo cara (detetive Grace).

As investigações não se limitaram à inconclusividade dos indícios obtidos nas cenas de crime, conforme se percebe nas SDs acima. A investigação tornou necessário ir além da materialidade deixada nas cenas de crime e formular linhas de pensamento que acompanhassem a engenhosidade do agressor, o que só foi possível devido ao crédito dada às vítimas e aos detalhes, sem descartar, duvidar ou minimizar os relatos de cada uma das denunciadas: outra perspectiva; outro mundo.

SD40: Ele também não vendeu a câmera rosa em nenhum lugar do condado, eu conferi (detetive Grace).

A SD 40 se refere à procura que a detetive Grace fez em lojas de compra e venda de objetos usados, após uma das vítimas relatar que o estuprador roubou da sua casa uma câmera fotográfica rosa, o que demonstra que todas as linhas de investigação possíveis foram traçadas na busca pelo agressor. Desse modo, observa-se que os sentidos vão se construindo na contramão dos da FD que nega o estupro e descredibiliza a vítima, bem como revelando um funcionamento discursivo que não se assenta no lugar-comum sobre esse tipo de crime, mas assinala a obrigação de encontrar um culpado, dar uma resposta às vítimas e também impedir que ele cometa novos crimes. Não há desqualificação da vida e conduta das vítimas ou menção a circunstâncias consideradas “anormais” que pudessem culpabilizar a vítima no tocante à prática desse tipo de crime; os relatos são considerados na sua alegação concreta e a dimensão da provocação dos danos psicológicos das vítimas é levada em conta, como se pode verificar a seguir:

SD41: É terrível não ter nada pra dizer pra ela, ‘não nós não o pegamos’, ‘não desculpa’, ‘não temos suspeitos’, ‘Pistas? não, também não temos’ (detetive Karen).

SD42: Faremos o seguinte, a gente vai juntar nossas investigações, hoje, agora, você vai trazer tudo pra cá, eu não quero ofender, mas aqui a gente tem mais recurso, a gente vai acionar o FBI e o departamento estadual, a gente vai usar todos os recursos que a gente tiver disponível pra conseguir pegar esse filho da puta doente, a gente vai encontrar ele e prender ele e vamos fazer isso antes que ele tenha a chance de machucar mais alguém, o que a gente sabe mesmo, que é o que ele tá planejando fazer (detetive Grace).

Nas SD43 e 44, pode-se observar o efeito de sentido de oposição em relação à FD de negação apressada do estupro. O que se pode postular é que, em comparação com as análises do capítulo anterior, há um embate entre FDs que ditam diferentes sentidos sobre um mesmo fato, permitindo afirmar que interpretar, portanto, não é um mero decodificar ou simples apreensão do sentido unívoco, uma vez que o sentido é sempre um *sentido para* e não um sentido em si; por isso, ele não pode vir a ser qualquer um; os sentidos não se alojam nas palavras, eles são “relação a”. Contudo, sob a determinação de um imaginário preconceituoso e apressado, os sentidos sobre o estupro e a vítima de estupro, no seriado, levaram à criminalização da vítima numa investigação, enquanto, na outra, a investigação foi realizada à luz da comprovação e da captura do assassino em série. Sendo assim, faz-se imprescindível perceber que a ideologia atua como injunção do sentido numa direção específica, direção marcada pela relação da linguagem com a história e seus mecanismos

imaginários e atesta que a língua é “um corpo de interditos, um sistema de regras atravessado por falhas (Gadet, Haroche, Henry e Pêcheux, 2012, p. 65), cuja característica real é o equívoco, a falha, a incompletude, a possibilidade do sentido ser sempre outro, e que funciona independente da subjetividade, mas se realiza necessariamente nela, o que, porém, não é verdade final, uma vez que, contra a ideologia, há a realidade, o real e a ciência.

As condições de produção das sequências discursivas abaixo referem-se a uma reunião para checar a evolução das investigações com os integrantes da força tarefa que trabalhava no caso:

SD43: Analisamos a faca de Lakewood, nenhuma digital ou DNA, fizemos novas buscas nas 4 cenas, também não achamos nada. Analisamos os casos de estupro do Kansas, nada pra descartar a possibilidade de ser o mesmo cara, mas nada confirma que seja também (Detetive Karen).

SD44: Levantaram os casos de roubo e invasão nas jurisdições vizinhas para ver se algum deles pode ser reclassificado como estupro? (policial secundário que participava da força tarefa).

SD45: Nos 10 distritos dos condados de Jefferson e Adams, diversas vezes (Detetive Grace).

A SD 43 demonstra que o empenho das investigadoras na busca pelo suspeito foi implacável, como se ratifica na SD45, que, na condição de produção, é a resposta à pergunta feita na SD44 e ratifica o que vem sendo apontado até aqui. Destaca-se que os levantamentos obtidos pelas investigadoras Karen e Grace eram os mesmos dos policiais Pruitt e Parker, já que o estuprador possuía o mesmo *modus operandi*; porém os efeitos de sentido produzidos sobre as denúncias e as materialidades encontradas nas cenas dos crimes não se limitaram à inconclusividade dos provas materiais, por não se assentarem sobre o imaginário de que as vítimas costumam inventar terem sido estupradas, mas buscaram averiguar os fatos, apesar de serem quase nulas as evidências, durante 15 meses. Nesse tempo, todos os detalhes eram considerados e uma força tarefa em conjunto com o FBI foi criada, o que mostra que a leitura foi na contramão da dos investigadores do caso Marie, considerando a compreensão da realidade possível para aqueles sujeitos, já que “é no discurso que o homem produz a realidade com a qual ele está em relação” (Orlandi, 2007, p. 39).

O movimento de análise até aqui tem permitido observar o deslocamento de sentidos sobre o crime de estupro e a vítima desse delito e a relação direta deste para com o interdiscurso, tendo em vista que, ao discursivizar, o interdiscurso é recortado

em unidades significantes, constituindo-se em memória discursiva, constituída por sentidos possíveis de se tornarem presentes na linguagem (Agustini, 2005, p. 2-3).

A noção que trabalha com a exterioridade discursiva (ou exterioridade constitutiva) é o interdiscurso. E o que define o interdiscurso é a sua objetividade material contraditória, objetividade material essa que, como diz M. Pêcheux (1988), reside no fato de que algo fala sempre antes, em outro lugar e independentemente, isto é, sob a dominação do complexo de formações ideológicas. É isto que fornece a cada sujeito 'a sua realidade' enquanto sistema de evidências e de significações percebidas-aceita e experimentadas'. Aí se explicita o processo de constituição do discurso: a memória, o domínio do saber, os outros dizeres já ditos ou possíveis que garantem a formulação (presentificação) do dizer, sua sustentação. (Orlandi, 2007, p. 39).

A todo o momento, o acontecimento se inscreve no espaço de memória e, por isso, é capaz de suscitar diferentes efeitos de sentido face à tensão criada entre o "mesmo" e o "outro". Nesse movimento, frente aos já-ditos sedimentados, conforme Orlandi (2007, p. 30), "no espaço que vai da constituição dos sentidos (o interdiscurso) à sua formulação (o intradiscurso), intervêm a ideologia e os efeitos imaginários", mas também, como se procura mostrar, algo que escapa/rompe com o efeito ideológico e é determinado por outro parâmetro de interpretação, o da cientificidade.

Nesta perspectiva, o interdiscurso, longe de ser efeito integrador da discursividade torna-se desde então seu princípio de funcionamento: é porque os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (meta-forizados) de uma sequência pertencente a uma outra formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente (Pêcheux, 2011, p.58).

Assim, conforme se tem buscado demonstrar, a tomada de posição dos sujeitos é determinada pela sua identificação com determinada formação discursiva e a FD na qual as investigadoras Karen e Grace se inscrevem ditam procedimentos e atitudes que impõe o dever de encontrar e frear o estuprador, em face da possibilidade de a denúncia ser verdadeira e considerando o trauma que um crime de violência sexual pode causar às vidas das vítimas. Neste sentido, no caso das detetives,

a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, descrita mais acima, enquanto "pré-construído" e "discurso de sustentação") que

constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são reinscritos no discurso do próprio sujeito (Pêcheux, 1995, p. 163)

No interior de cada formação discursiva, há uma matriz de sentido que, por meio de relações de paráfrases e deslizamentos, produz efeitos de sentido, constituído pela relação que uma palavra ou expressão mantém com outras palavras, expressões, proposições, dentro de uma mesma FD, que mudam de sentido ao passar de uma FD para a outra. Contudo as fronteiras de uma FD não são estáveis; sua instabilidade tem origem nas posições ideológicas que a FD abriga. Ainda que ela apresente delimitação em relação àquilo que pode e deve/que não pode e não deve ser dito numa FI, ela está submetida à permanente possibilidade de incorporar elementos pré-construídos que reconfiguram seu conjunto de saberes, podendo por meio do interdiscurso reconfigurar-se incessantemente. É esse movimento que permite que diferentes discursos sejam produzidos sobre a mulher, a mulher vítima de estupro e o estupro e se apresentem diversos e em diversas posições, às vezes, “contraditórias”; isto é: a heterogeneidade de uma FD configura-se pelo atravessamento por outras FDs (a ideologia religiosa, a ideologia machista, os movimentos feministas, o discurso jurídico, os interesses políticos e econômicos) que, ao longo da história, constituem-na, tendo em vista que

Todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo o discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo, um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) (Pêcheux, 2015, p.56).

É porque existe a possibilidade de os elementos de uma FD migrarem para outra que ocorre a construção e o deslocamento histórico das referências discursivas; é este movimento que permite o deslizamento de sentidos entre a descreditação das vítimas de estupro, que não se encaixam em determinado “perfil”, e a transmutação para outra posição, que valida todas as denúncias sem levantar suspeição, ou pelo menos de dever procurar constatar a falsidade da acusação, se for o caso. O Interdiscurso remete, pois, ao discurso prévio, conforme se observa na SD abaixo:

SD46: Olha se você está aqui dizendo que policiais às vezes erram, que eles ignoram evidências e não dão crédito à vítima por preguiça, cansaço ou porque não gostam muito de mulher, concordo plenamente com você, mas não é isso que está acontecendo aqui, aqui agora você está falando com as policiais que decidiram reabrir

seu caso, a gente está se esforçando (detetive Grace).

A linha de investigação instaurada pelas detetives Karen e Grace levou à reanálise de diversos casos de denúncia de agressão sexual na região, dentre eles da vítima Lilly²⁶, que fugiu do estuprador e, na fuga, teve diversos ferimentos. Após a denúncia para o investigador local, o policial Harkness, foi também desacreditada. A SD 46 mostra a detetive Grace argumentando com Lilly sobre a perspectiva que ela e Karen têm sobre estupro e a investigação. Ao afirmar que tem consciência de que algumas investigações são falhas, ela resgata do interdiscurso diferentes posições sustentadas em casos de denúncia de agressão sexual e se situa em outro patamar discursivo, distanciando-se dos policiais que “ignoram evidências e não dão crédito à vítima por preguiça, cansaço ou porque não gostam muito de mulher”; ela se afasta dessa posição e, ao “concordar plenamente” com a afirmação de que falhas ocorrem, ela se aproxima da vítima e se dá legitimidade para propor uma nova investigação.

Deve-se destacar que não se pretende apontar aqui que as falhas ocorridas nas investigações, retratadas pelo seriado, ocorreram voluntariamente, nem tampouco fazer da figura policial masculina uma instância maquiavélica que odeia e oprime mulheres vítimas de abuso de forma consciente. O gesto de análise que vem sendo desenvolvido busca mostrar que a tomada de posição é um efeito da forma que o sujeito toma no discurso e, portanto, nada tem de consciente ou original; o sujeito não possui controle sobre o que ele é levado a interpretar e a significar. Com isso, alguns sentidos irrompem e outros deixam de vir à tona por forças coercitivas que advêm do atravessamento ideológico por meio do qual cada indivíduo é interpelado em sujeito no discurso, pois a FD se impõe sobre o sujeito. É a partir dela que se dá o assujeitamento, processo que faz com que todo o sujeito assuma no discurso o lugar demarcado pela FI e se cumpra assim o movimento de interpelação; portanto, os enunciados são estruturas de aparente estabilidade lógica (Pêcheux, 2015) que, colocadas em circulação, ficam expostos à interpretação a partir de diferentes formações ideológicas ou posições-sujeito até de uma mesma formação discursiva.

A partir do confronto de contradição entre as diferentes FDs, o sujeito participa da luta pela reprodução/transformação, constituindo-se em determinadas posições. Eis uma SD que aponta para a eficácia do imaginário de uma FD que levou os policiais a deixarem de encontrar uma pista significativa de um dos casos de estupro:

²⁶ Vítima de tentativa de estupro.

SD 47: Essa faca estava no meu jardim esse tempo todo, é a mesma faca que o agressor usou pra me ameaçar, como é que ninguém encontrou isso? Foi um golpe de sorte eu por acaso ter ido até o jardim hoje, eu falei pra eles que ele tinha uma faca, o Harkness nunca acreditou no que eu disse...

Lilly, assim como Marie, ao denunciar a ocorrência, teve a palavra colocada em dúvida, pois o investigador responsável pela investigação considerou que a história era “estranha” e, ao analisar o perfil da vítima, ele não deu credibilidade à denúncia

SD48: O caso mais estranho que eu já vi, sem dúvida. Nenhum sinal de arrombamento, portas e janelas trancadas, nenhum DNA, nenhum vizinho viu ou ouviu nada e essa era a vítima [...] Pra falar a verdade eu teria descartado o caso se não fosse pelos ferimentos, aquilo sim era bem real (investigador Harkness)

SD49: Ela perdeu a confiança em você (Karen).

SD50: É, também tive culpa nisso, tudo começou quando eu a questioneei sobre a Kava Kava (Harkness).

SD51: É um relaxante muscular natural? (Karen).

SD52: É, é uma raiz que cresce nas ilhas do pacífico e que se usa pra fazer chá, o efeito é semelhante ao do Vallum ou de um Martini, mas em doses altas pode causar alucinações, então perguntei se havia alguma chance dela ter exagerado no chá e tudo aquilo não ter passado de um sonho vívido. (investigador Harkness)

Conforme é possível perceber nas SD acima, que compõem o diálogo entre a investigadora Karen e o policial Harkness, a investigação conduzida por ele, que não teve conclusão devido à falta de indícios para prosseguimento, foi conduzida pautada no mesmo imaginário que permeou os investigadores do caso Marie, ou seja, a vida pregressa da vítima, também neste caso, a opção religiosa que a levava a ingerir o chá de Kava Kava e a cena do crime livre de provas serviram como desculpas para a defesa da inexistência de um estuprador.

Nas SD 48, o detetive afirma “essa era a vítima”; na condição de produção dessa sequência, ele apresenta à detetive o vídeo do depoimento da jovem na tentativa de desqualificá-la, tendo em vista seu estado de nervosismo e exaltação no tom de voz, que deveriam, de fato, ser justificados pelo descrédito que ela recebeu após a denúncia juntamente e pelo evento traumático que vivenciou fugindo do estuprador, já que na fuga ela pulou da janela do segundo andar da sua casa, fraturou a bacia e quebrou uma perna. Na SD, o investigador deixa claro que “teria descartado o caso se não fosse pelos ferimentos”; de forma geral, a palavra da vítima foi

desacreditada, contudo os ferimentos visíveis eram inquestionáveis. Percebe-se que o policial Harkness também se inscreve na FD que nega o estupro e desacredita a vítima. Mas, a negação neste caso aparece com nova roupagem: ou ela teria sonhado ou estava em alucinação conforme a SD 52: “então perguntei se havia alguma chance dela ter exagerado no chá e tudo aquilo não ter passado de um sonho vívido”.

Nesta toada, a análise permite perceber, como já apontado acima, que os efeitos de sentido gerados a partir da FD da negação do estupro que se funda na avaliação da vítima, permitem construções que apontem para uma única direção, embora apareçam sob a forma de diferentes paráfrases: ora a vítima inventou, ora ela sonhou, mas sempre assentadas na pressuposição de que o estupro não ocorreu.

Em contraste, a apuração realizada pelas investigadoras, cuja atitude se pauta na coleta de evidências e de provas materiais, acata a denúncia da vítima e acontece na direção contrária, seguindo os relatos das violentadas, criando linhas alternativas de busca e usando os recursos disponíveis para chegar ao criminoso.

SD53: Também olhei todas as marcas de nascença, várias delas nas pernas, mas só uma delas batia com a descrição da outra vítima e o dono está hospedado pelo estado (preso) nas datas dos estupros, então pra concluir logo a história, quem quer que seja esse cara ele nunca foi preso ou fixado no estado do Colorado (policial Rosemarie - trabalha com Grace).

SD54: Eu estou investigando concessionárias de Mazda e se tem registro de alguma unidade com retrovisor quebrado e tudo mais (detetive Karen).

SD55: Elias, puxe todas as denúncias de veículos suspeitos avistados até 1 km das cenas dos crimes, sei lá, vai que alguém viu ele (detetive Grace).

SD 56: Eu usei um software de mapeamento para juntar denúncias de veículos suspeitos próximos das cenas de crimes [...] eu encontrei uma coisa hoje cedo, três semanas atrás antes do ataque aqui em Lakewood, meio quarteirão a leste, uma vizinha avisou sobre um veículo suspeito circulando pela rua, um Mazda branco [...] eu já busquei o registro, o nome do dono e a habilitação do motorista, está em nome de Christopher McCarthy (estagiário Elias - trabalha com Grace).

Após 15 meses de um trabalho que partiu da insuspeição das denúncias e uma percepção de que o trabalho policial precisava frear o agressor para impedir traumas que seriam vivenciados por novas vítimas, o estupro foi localizado e preso. Mais tarde, em confissão à polícia, ele elevou que conhecia os protocolos policiais e

sabia que, se não deixasse pistas e não atacasse duas vezes no mesmo local, dificilmente seria encontrado. De modo geral, seu *modus operandi* era se tornar invisível e, de fato, durante muito tempo, assim ele operou, sendo cuidadoso e também contando com a contribuição de policiais que, para acatar as denúncias, necessitavam “validar” as vítimas e, por isso, não avançavam nas investigações. A atitude criteriosa adotada na investigação parte de um movimento produzido pelo interdiscurso o qual permitiu às investigadoras se depararem com a checagem e se defrontarem com o real, aquele que não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra (Pêcheux, 2015, p. 29), havendo, porém, que querer buscá-lo.

Espera-se ter alertado até aqui que os sentidos sobre estupro e vítima de estupro, no seriado em estudo, aponta para duas posições antagônicas e contraditórias. Para os policiais homens responsáveis pela investigação do caso Marie e seus familiares e para o investigador Harkness, a validação da denúncia de estupro passa por requisitos de observação da vítima, de forma que a denúncia não é aceita apenas pela palavra da mulher; ela precisa atender a requisitos ditados pelo imaginário, presente na memória sobre o que é necessário para ser legitimamente uma vítima. As investigadoras mulheres Karen e Grace, por outro lado, comungam de outra percepção sobre estupro e sobre as vítimas. Para elas, a aceitação da denúncia não passa pelo crivo de legitimação da mulher que reclama; a denúncia e os detalhes fornecidos são o início da investigação e permitem a busca dos fatos, o que possibilitou a realização do trabalho policial e, conseqüentemente, a captura do estuprador.

Frisa-se uma vez mais que, embora o corpus de investigação seja uma produção cinematográfica e que, como tal, possui suas características de adaptação de roteiro e dramatização, como apresentado inicialmente, o seriado foi produzido a partir do artigo que retrata a história real. Portanto, embora as SDs analisadas apenas simulem os enunciados originais, a dinâmica das investigações foram exatamente as apresentadas pelo seriado. Além do mais, embora os enunciados originais tenham sido formulados por SDs ficcionalizadas, há uma mesma crença que lhes dá sustentação e os leva a estar conectados entre si, pois, conforme apresentado aqui, “o sentido não é função de um significante/palavra, mas de uma dupla ou de uma (n)upla de significantes/palavras em relação de mútua substituibilidade” (Possenti, 2011, p.372). De toda forma, o que resta é que o seriado está em questão e não os eventos ocorridos. Neste sentido, aqui, o real com que o estudo tem a ver é o seriado.

Diante de todo o exposto, pode-se agora precisar que a interpelação ideológica leva os diferentes sujeitos a assumirem diferentes posições sobre um mesmo fato no discurso e, dessa forma, as palavras/fatos/acontecimentos migram de sentido segundo as posições discursivas, isto é: as palavras ‘mudam de sentido’ ao passar de uma formação discursiva a outra, o que permite perceber que o sentido não tem uma relação direta com o mundo e com as coisas, embora, como se pretende discutir à frente, em determinados casos, essa proximidade seja mais estreita e especular. A mudança de posição dos sujeitos de **Inacreditável** sobre o estupro e sobre a vítima de estupro se deve à contradição com relação a formação imaginária contruída ao longo da história e que é afetada por uma memória da instituição policial sobre o estupro. O antagonismo presente no seriado somente é possível porque, por meio do interdiscurso, que recorta unidades significantes e constitui várias possibilidades de sentidos, miradas distintas se confrontam e criam tensão entre o “mesmo” e o “outro”.

De um lado, tem-se, portanto, uma fonte de interpretação: a dos que descreem no estupro, atribuindo à vítima a culpabilidade por o crime ter ocorrido; se é que se chega a cogitar que ele ocorreu. No limite, se ele ocorreu, a vítima contribuiu de forma decisiva para o acontecimento. Eis aí a tese da eficácia material do imaginário, que, à revelia de marcas, pistas, sintomas e controvérsias, dita a leitura de antemão e resiste à contradição. De outro, outra conduta interpretativa, que não parte de uma leitura apriorística, mas se conduz pela denúncia, pela necessidade de comprovação e pela audição respeitosa ao discurso da vítima. De um lado, o imaginário imperativo e injuntivo; de outro, a necessidade de suporte no real, que é o impossível ser de outro modo. O próximo capítulo é dedicado à cisão que provoca lacunas e pode criar festas e frinchas no imaginário sedimentado e cristalizado.

4. A CIÊNCIA COMO IMPOSIÇÃO DE LIMITES AO IMAGINÁRIO

Sob a ótica dos estudos discursivos de linha pecheutianas, a "eficácia material do imaginário" leva o sujeito a "se reconhecer" e interpretar o mundo nos termos do que estabelece uma formação ideológica, isto é: a leitura se dá sob o funcionamento da identificação ideológica que orienta a produção de sentidos, numa relação que é imaginária sobre o que é dito e interpretado, enfim, sabido, de maneira "evidente". Essa chave de explicação ajuda a compreender como se constituem as posições ocupadas e sustentadas na trajetória discursiva dos sujeitos e que a consideram como a "única possível de ser ocupada", face à projeção de um campo restrito de opções em relação a posicionamentos que podem ser ocupados.

A eficácia material do imaginário, portanto, provém da possibilidade de tornar real aquilo que só é vivido de forma imaginária. A instituição imaginária da realidade é o resultado de um exercício simbólico necessário para a constituição do sujeito, na medida em que este precisa imaginar para interpretar e o que diz respeito a imaginar o antecede, transformando a "ficção" não em algo falso, mas vivido em plenitude, enquanto prática. Submetido à ordem ideológica, o imaginário fornece ao sujeito a realidade seu sentido, em modo especular, transparente e literal.

Determinado pela ideologia, o imaginário conduz a compreensão do mundo e a construção de sentidos numa direção específica, cujo processo constitui e perpassa o simbólico materializado na linguagem, definindo as relações sociais.

os homens, unidos em sociedade numa estrutura econômica e política, necessariamente se representam sua posição dentro da sociedade, racionalizando-a e justificando-a, servindo-se para isso das representações filosóficas, morais, culturais e religiosas. Estas representações, embora possam conter elementos de verdade neste contexto, têm como única finalidade dar coesão ao edifício social, fazendo com que cada indivíduo assuma suas funções dentro da sociedade na qual está inserido. Em vista disso, todas estas representações se fundam numa unidade tomando a forma de uma concepção do mundo, na qual as representações isoladas assumem um novo sentido. A concepção do mundo, que reflete a posição dos homens dentro da sociedade, e o novo sentido que dentro desta concepção vêm a ter as diversas representações filosóficas, culturais, morais e religiosas, formam a ideologia (Cavazzuti, 1974, p. 44)

O imaginário constitui-se, portanto, como fenômeno associado a sistemas de crenças e pressupostos, elidindo o real, pois permite que o sujeito projete a si e ao outro se ancorando discursivamente em formações imaginárias, pautado no efeito de evidência de que suas projeções são a representação exata do outro e de si, como se buscou mostrar em parte da análise do seriado que compõem o *corpus* de

investigação. Ele funciona como um processo que independe da consciência do sujeito, impõe-se à revelia e condiciona o funcionamento da subjetividade.

Com a análise do seriado, pretendeu-se perceber materialmente o imaginário operando e ditando atitudes tomadas pela instituição policial, de modo inacreditável, e à revelia da contradição. Nesse sentido, neste capítulo, busca-se defender a tese de que o imaginário, em sua eficácia, torna-se obstáculo epistemológico, pois resiste à contradição e se mostra como barreira à construção do conhecimento. A análise também revelou que, contra os percalços do imaginário, tem-se os fatos e, querendo alcançá-los, a ciência surge como um antídoto que atravessa e fura as suas fronteiras por meio da investigação metódica e sistemática de busca do real, pois, à revelia das subjetividades, a ciência tem a ver com a busca do real, isto é, com o fato/objeto concreto que possui independência face a qualquer discurso feito a seu respeito.

Sabe-se que é a objetividade que garante à ciência o conhecimento preciso e possível de determinado objeto. Entende-se que a linguagem é regulada por fatores que fabricam a realidade para cada sujeito, contudo entende-se que há um limite para o ideológico; nele, perecem as crenças e a fidelidade dogmática, sendo este limite a ciência, por seu caráter crítico e método objetivo-racional.

Viu-se no segundo capítulo que o imaginário sobre *estupro* conduziu sujeitos do seriado **Inacreditável**, apagadas as condições de produção que determinaram a interpretação, tomados pela eficácia do imaginário e atravessados pelo já-ouvido e já-dito constituintes do discurso, abortassem uma investigação policial em andamento e criminalizassem a vítima à revelia. O imaginário, desse modo, conduziu a investigação sobre o estupro de Marie e forjou a “realidade” e a “verdade” dos investigadores, que não correspondia, contudo, ao real que não pode ser de outro modo.

Pretende-se, portanto, sustentar que a ciência, como não poderia deixar de ser, pode/deve servir, quando se quer ouvi-la, como o delimitador para o imaginário e suas consequências e discorrer sobre como o amparo no discurso científico, baseado em dados/provas/indícios concretos, análises criteriosas e verificação de fatos pode levar ao real, saindo do terreno do imaginário e adentrando na demonstração.

O surgimento da análise de discurso de linha francesa está intimamente ligado com o discurso científico. No início de seu trabalho acadêmico com o discurso, Pêcheux deu relevância a questões relativas à epistemologia e à ciência, tendo como fundamento e motivação o desenvolvimento da teoria marxista proposta por Althusser. Desse modo, ele atacou e deu corpo ao projeto de formulação de uma teoria geral das ideologias. Em seus textos assinados como Thomas Herbert, ele mostra a sua

preocupação com os assuntos relacionados à ideologia e à ciência, o que também era discutido por Althusser. Neste momento, ele já mostrava algum tipo de preocupação com questões linguísticas ou discursivas, mas seu interesse era, sobretudo, epistemológico. Para o autor, o corte seria "o ponto sem regresso" a partir do qual a "ciência começa" (Pêcheux; Fichant, 1971, p.11) e ele "tem como resultado determinar uma autonomia relativa da nova ciência que lhe corresponde: a partir do corte a nova ciência depende de sua própria continuação, em relação à qual ela está como que em suspenso" (p.15). Assim, o "corte epistemológico" seria o momento em que um campo teórico torna-se independente dos pressupostos ideológicos que lhe serviram de base. Para Pêcheux, a ciência provém de uma agitação no seu estágio ideológico pré-científico. Mas, para adquirir autonomia, ela precisa romper com a ideologia que a assombra: "Toda ciência é, antes de tudo, a ciência da ideologia com a qual rompe" (Henry, 2014, p.15). Assim, o autor defendia que a ciência deveria esforçar-se para superar a ideologia:

não existe ciência 'pura' a não ser na condição de ser incessantemente purificada [...] Essa purificação, essa libertação, não são adquiridas a não ser ao preço de uma incessante luta contra a ideologia (Althusser, 1967, p.147-148).

Ao teorizar a ideologia, Pêcheux conceitua a prática social, que seria composta por prática empírica, prática ideológica e prática teórica. A prática empírica é constituída pela prática técnica (instrumentos de produção) e pela prática política (relações sociais). Já a prática Ideológica, compreende uma "transformação de relações sociais produzidas por meio de instrumentos políticos em uma nova 'consciência' produzida por meio de uma reflexão da consciência sobre si própria" (Pêcheux, 2012, p. 24). Por sua vez, a prática teórica seria uma "transformação de um produto ideológico em conhecimento teórico, por meio de um trabalho conceitual determinado". O desligamento da teoria em relação à ideologia constitui o "corte epistemológico" (Pêcheux, 2012, p.24). Seria a partir desse desligamento/distanciamento frente à ideologia que os conhecimentos científicos são produzidos. Conforme se observa abaixo, para Pêcheux (2012, p.28),

Os conteúdos ideológicos existem, dissemos, em continuidade com as práticas técnica e política: o segredo que cerca a ideologia e que nos propomos a examinar tem, então, alguma coisa a ver com as próprias práticas, em seu desenvolvimento próprio e em suas relações recíprocas. Efetivamente, as descobertas que faremos, interrogando as práticas técnica e política, nos servirão de resultados intermediários para tratar o problema do estatuto das ciências sociais, que está no

centro das nossas preocupações.

A partir disso, é possível afirmar que, ao efetuar o empreendimento inicial que constituiu a AD, Pêcheux possuía amplo interesse em ciência e epistemologia e esteve engajado no projeto de desenvolvimento de uma teoria das ideologias. Influenciado pelas ideias althusserianas, ele postulava a criação de um campo teórico e científico para lidar com o sentido/discurso e buscou desenvolver uma disciplina/teoria que desse conta de separar o ideológico e o científico, sendo a AD o resultado desse projeto de caráter epistemológico. Para ele (2012, p.45)

Toda prática científica desenvolve-se então sobre uma linha teórica própria, à distância do real ao qual a ideologia "trabalhada" acreditava ter com que se haver: a prática científica goza assim de propriedades singulares, que marcam sua diferença (Pêcheux, 2012, p. 45).

Dessa maneira, a constituição de uma disciplina científica seria o antídoto para a ideologia e o discurso científico seria mesmo um discurso neutro e objetivo, que teria o real como existência independente do sujeito e separado de questões ideológicas. Esta premissa se manteve presente nas teorizações de Pêcheux, mesmo que tenha havido deslocamentos e reflexões feitas ao longo do tempo, mantendo sempre a discrepância a partir do confronto entre a ciência e a ideologia.

Com as reformulações e revisões sobre a teoria discursiva, o conceito de corte epistemológico sofreu mudanças e levou o filósofo ao conceito de "corte continuado". Enquanto o corte epistemológico passava a ideia de ruptura imediata e abrupta, para constituir uma teoria, dada a concepção forte do novo objeto de investigação, a noção de corte continuado implica um constante processo de movências e deslocamentos epistemológicos, em torno deste novo objeto epistemológico, o que significa que uma teoria nascente não pode ser tida como já concluída.

Popper (1972), neste sentido, postula que o conhecimento científico é regido por meio do método científico, cuja principal característica é ser tido como passível de falseamento e cuja falseabilidade consiste em colocar a prova os pressupostos de uma teoria, o que, para o autor, consiste na essência da natureza científica. Assim, o método científico é constituído, para Popper, pela tese da falseabilidade, princípio fundamental da ciência moderna, que garante que as teorias científicas sejam testáveis e passíveis de refutação; logo, uma teoria científica deve ser testada incansavelmente até ser aceita ou refutada; se a observação mostrar que o efeito previsto foi refutado (ou falseado), a teoria deve ser rejeitada, porque é incompatível

com os resultados observados; a ciência, de acordo com o falsificacionismo, é um trabalho sempre em desenvolvimento. Não existe uma teoria acabada, que tenha sido definitivamente confirmada. Mesmo a mais duradoura das teorias poderá se mostrar falsa algum dia. Contudo uma teoria só pode ser revogada em face de uma outra que melhor explique a realidade estudada, também devendo ser testada e comprovada várias vezes. Assim, o crescimento do conhecimento implica a substituição de teorias científicas por outras melhores ou mais satisfatórias e “a objetividade dos enunciados científicos reside na circunstância de eles poderem ser intersubjetivamente submetidos a teste” (Popper, 1972, p.46). Este preceito determina que a ciência esteja em constante reformulação e revisão até que logre alcançar a reprodução metódica do objeto, normatizando-o e sendo normatizada por ele, premissa que orienta Pêcheux na constituição da AD.

No tocante à relação entre ciência e ideologia, as reformulações propostas por Pêcheux, na esteira de Althusser, levaram a um novo entendimento sobre essa imbricação; ele afirma que se deve reconhecer que "não há 'discurso da ciência' (nem mesmo, a rigor, 'discurso de uma ciência') porque todo discurso é discurso de um sujeito" (Pêcheux, 1995, p.198), uma vez que ele deve ser suportado por um sujeito, ou seja, ele não funciona em abstrato. Contudo,

os processos conceptuais-científicos independem de um sujeito que os garanta; são imunes à defesa e à acusação, impávidos na indiferença. Pêcheux (1995, p. 166) os concebe como o ‘impossível ‘sujeito da ciência’’, postulado às vezes lido como ‘a ciência é impossível’, o que é infundado. O pleito que o filósofo sustenta não é mais do que o fato de que o conhecimento científico independe do sujeito como garantia: ele não precisa da validação de alguém, por ser autossuficiente e autônomo. Em outros termos, a ciência remete ao ‘processo sem sujeito’ (p. 75), pleito que Pêcheux retoma de Frege, o filósofo da lógica. Se, desse modo, é possível assumir que um conhecimento é científico, isso acontece porque ele independe de que o seu valor seja atestado por alguém (Cattelan, 2023, p.4).

O sujeito é necessário para a ciência, porque ela não tem como existir sem o discurso; ela precisa ser vertida em discurso, isto é, todo discurso, incluindo o discurso científico, só pode ter existência enquanto produto material de um sujeito, conforme já defendia Althusser, 1999, p. 210:

Que o autor, enquanto escreve as linhas de um discurso que pretende ser científico, esteja completamente ausente, como ‘sujeito’, de ‘seu’ discurso científico (com efeito, todo discurso científico é, por definição, um discurso sem sujeito, não há ‘Sujeito da ciência’ a não ser em uma ideologia da ciência).

Para Althusser (2015), apesar de não haver um Sujeito dentro das ciências, as práticas científicas devem ser necessariamente conduzidas por seus *agentes produtivos*, isto é, os cientistas. Althusser define as ciências como resultado de práticas teóricas em que os produtos são discursos que enunciam conhecimentos verdadeiros sobre objetos definidos.

Chamaremos Teoria (maiúscula) à teoria geral, quer dizer, a teoria da prática em geral, elaborada a partir da Teoria das práticas teóricas existentes (das ciências), que transforma em 'conhecimentos' (verdades científicas) o produto ideológico das práticas 'empíricas' (atividade concreta dos homens) existentes. (Althusser, 1967, p. 137-138)

De acordo com o autor, o discurso teórico, resultado de toda prática teórica, é construído por meio de abstrações, generalizações e demonstrações. Para ele, a matéria-prima de toda prática científica é uma "Generalidade I", que é formada por representações, fatos, conceitos e fenômenos, que são fornecidos pelas outras práticas, sobretudo ideológicas; elas são a matéria-prima do cientista.

Neste mesmo sentido, Popper (1978) defende que o conhecimento nasce de problemas apresentados e estes nascem do conhecimento prévio adquirido, impregnado de influências de fatores sociais, filosóficos, políticos e ideológicos. Por consequência, o autor reconhece a inexorabilidade da presença de elementos ideológicos na pesquisa científica, porém ele atribui ao criticismo do método científico a tarefa de afastar os valores ideológicos dos valores científicos.

Em outras palavras, existem valores e desvalores puramente científicos e valores e desvalores extra científicos. E, embora seja impossível separar o trabalho científico de aplicações e avaliações, uma das tarefas do criticismo científico e do debate científico é lutar contra a confusão das escalas de valores e, em particular, separar avaliações extra científicas das questões de verdade. Isto não pode, é óbvio, ser conseguido de uma vez só e para sempre, por intermédio de um decreto; contudo, permanece como uma das missões permanentes do mútuo criticismo científico. A pureza da ciência pura é um ideal presumidamente inalcançável; mas é um ideal para o qual estamos lutando constantemente - e devemos lutar - por intermédio da crítica (Popper, 1978, p.24)

Popper defende que o método científico é que deve ser objetivo, não o cientista: "é um erro admitir que a objetividade de uma ciência depende da objetividade do cientista"; a objetividade reside na crítica recíproca entre os cientistas normatizados pelo método e não pela impessoalidade individual dos cientistas. Dessa forma,

A ciência nasce de uma ruptura e de uma crítica da ideologia; esta última é a matéria-prima sobre a qual a ciência deve trabalhar servindo-se de instrumentos teóricos adequados (Cavazzuti, 1974, p.45).

Nessa esteira, é possível argumentar que o trabalho investigativo que levou as investigadoras Karen e Grace à resolução dos casos de estupro foi a fidelidade aos dados obtidos em cada etapa da investigação, o que não significa que ambas não possuíssem um juízo de valor sobre as vítimas e sobre a investigação, mas que elas não deixaram pressupostos imaginários imperarem sobre os resultados.

Nesse sentido,

importa frisar que o reposicionamento da ideologia como elemento indefectível - logo, nem sempre ou não completamente negativa do processo de conhecimento - não extingue a possibilidade da realização de ciência, pois quando o intérprete é consciente da existência da pré-compreensão e do papel limitado que seus componentes devem desempenhar no processo interpretativo, abre seu horizonte significativo para apreender mais do horizonte significativo da coisa a ser interpretada (Peixoto; Mendes; Tassigny, 2020, p. 11)

Logo, apesar de haver valores extracientíficos e representarem obstáculos aos avanços da ciência, eles podem ser identificados e mitigados pela abertura à crítica, cujo criticismo induz o pesquisador a alcançar uma verdade que pode ser temporária e estar sujeita a refutações, mas também pode alcançar o real e apreendê-lo da melhor forma possível e, com isso, são possíveis os avanços na ciência.

Em outras palavras, existem valores e desvalores puramente científicos e desvalores extra científicos. E, embora seja impossível separar o trabalho científico de aplicações e avaliações, é uma das tarefas do criticismo científico, lutar contra a confusão das escalas de valores e, em particular, separar avaliações extra científicas das questões de verdade (Popper, 1978, p. 24).

Dessa forma, a atividade científica se distingue das outras formas de pensamento e explicação da realidade por meio do debate e do criticismo racional. Para Haack (2007, p. 266, tradução minha),

no empreendimento científico, o respeito pelas evidências e a honestidade intelectual são virtudes epistemológicas (e éticas) primordiais. A qualquer momento, surgem novas especulações ainda não experimentadas, muitas questões contestadas e teorias ou fragmentos de teorias concorrentes; o conjunto de reivindicações aceitas e teorias está longe de ser completa e é falível, embora muito disso já esteja firmemente estabelecido, nada está, em princípio, fora

da possibilidade de revisão à luz de novas evidências.

Em suma, a ciência está aberta a reformulações de modo a corrigir seus equívocos e colocar à prova suas constatações, tendo em vista que uma ciência é um discurso regulado pela sua retificação crítica. Nas investigações que envolveram a captura do estuprador de **Inacreditável**, diversas vezes as investigadoras acreditaram estar diante do culpado, contudo as evidências demonstravam uma negativa, o que as obrigava, mesmo a contragosto, a abandonar uma linha de investigação, realinhar e seguir por outro rumo. Essa é a característica da ciência que torna possível a sua separação dos processos nocionais-ideológicos, pois está aberta à revisão e à verificação; ela não se sustenta em preceitos subjetivos do cientista, isto é, a busca da verdade ou da aproximação da verdade está vinculada à crítica e à refutação objetiva como forma do desenvolvimento da ciência. Sobre isso, Popper (1972, p. 48) defende que

uma experiência subjetiva, ou um sentimento de convicção, jamais pode justificar um enunciado científico e de que, dentro dos quadros da ciência, ele não desempenha papel algum, exceto o de objeto de uma investigação empírica (psicológica). Por mais intenso que seja um sentimento de convicção, ele jamais pode justificar um enunciado.

A ciência, portanto, não se sustenta em crenças e convicções do cientista; pelo contrário, quando os cientistas aceitam a verdade de uma teoria, isso está atrelado à correspondência da explicação a determinado fenômeno em observação. Dessa forma, uma interpretação será considerada verdadeira após ser submetida a testes e a sobreviver a eles; contudo, essa verdade pode não ser definitiva e nem ser absoluta.

Segundo Popper, a busca pela verdade na ciência rejeita as hipóteses que não estão em concordância com as evidências disponíveis sobre o fenômeno em questão e ela aceita apenas temporariamente as hipóteses que se mostraram verdadeiras nos testes pelos quais a teoria passou. A verdade é, dessa forma, um ideal ou meta a ser alcançada que norteia o processo de investigação científica; o cientista sempre deve buscar teorias verdadeiras que melhor correspondam aos fatos.

a ciência busca teorias verdadeiras, embora nunca possamos estar seguros de que uma teoria em particular é verdadeira; por outro lado, a ciência pode progredir (sabendo que progride) formulando teorias que, comparadas com as anteriormente aceitas são descritas como uma melhor aproximação da verdade (Popper, 1987, p. 58).

O avanço da ciência acontece com o aumento da verossimilhança, isto é, as

teorias aumentam o conteúdo a respeito do mundo, com hipóteses gradualmente mais próximas à verdade: “O progresso contínuo é uma parte essencial do caráter racional e empírico do conhecimento científico; se deixa de progredir, a ciência perde seu caráter” (Popper, 2008, p. 241). Assim, “a ideia de verdade pode projetar muita luz sobre a ideia do progresso científico” (p.257), contudo “(...) a verdade não está, pois, na origem. É o limite assintótico de um processo sem fim, de uma aproximação cada vez maior ao real” (Baraquin; Laffitte, 2004, p. 321)

Considerando a discussão até aqui, espera-se estar demonstrando que há uma independência do mundo exterior em relação ao sujeito e que a ciência possui um papel fundamental na construção do conhecimento acerca da realidade, contribuindo para a derrocada de um imaginário sustentado em crenças e opiniões, como permitiu perceber os capítulos de análise deste trabalho em que uma investigação de cunho científicista serviu como remédio para um imaginário apriorístico, tendo em vista a busca da ciência pela construção de univocidade e de verificação de certezas, de modo a se rever e se reformular sempre que seja necessária a revisão de seus resultados, uma vez que

os processos nocionais-ideológicos seriam constituídos por crenças, opiniões, convicções e representações que se ancoram numa cosmovisão que, sem suporte objetivo, impõem-se sobre o sujeito, fazendo-o crer que o mundo não pode ser de outro modo” (Cattelan, 2023, p. 4).

Dessa forma, os processos nocionais-ideológicos, tomados aqui como o imaginário encarado como verdade, fenecem diante da verificação por meio da análise objetiva de suas defesas, conforme se pretende defender. Isto é, o imaginário sobre o estupro, que se apresentou como certo para os investigadores, ruiu diante de uma conduta interpretativa objetiva, que não partiu de uma leitura apriorística, mas buscou a elucidação dos fatos que iniciou com a audição atenciosa das vítimas e seguiu descartando as linhas de investigação que não se comprovavam materialmente.

Creio que o chamado método da ciência consiste neste tipo de crítica. As teorias científicas se distinguem dos mitos simplesmente porque podem ser criticadas e porque estão abertas à modificação à luz das críticas. Não podem nem ser verificadas e nem probabilizadas (Popper, 1985, P.47 Apud Köche, 2011, p. 89).

Popper (2008) compreende e defende que é por meio do tratamento dos juízos como conjecturas (proposição de soluções para um problema), da refutação (tentar

encontrar falhas com as soluções propostas) e do falseamento que ocorrem os avanços na ciência; portanto, o indivíduo que faz ciência deve refutar a si mesmo, ainda que não vislumbre nenhum equívoco no seu pensamento.

Sendo assim, o criticismo metodológico é a chave da superação da ideologia enquanto obstáculo epistemológico ao desvelamento do real sobre o objeto da pesquisa. O progresso científico, neste diapasão, não ocorre pela simples acumulação de conhecimentos, mas pela crítica, pela revisão de seus erros e, até mesmo, por revoluções científicas. A ciência contemporânea não tem a pretensão de ser infalível e fornecer um conhecimento absoluto da realidade; a estruturação do conhecimento não é definitiva, nem absoluta, mas contínua, por meio da construção e da reconstrução de teorias, métodos e critérios, cada vez mais ajustados ao objeto que traçaram para si: “Portanto, as teorias não são certezas adquiridas definitivamente num processo cumulativo, mas enunciados conjecturais, sempre passíveis de revisão e que constituem a ciência provisória, a verdade temporária” (Baraquin; Laffitte, 2004, p. 320), sem que isso signifique que a ciência possa ser reduzida apenas a um imaginário mais sofisticado e mais convincente retoricamente.

Neste sentido, pode-se concluir que a ciência, diferentemente dos processos nocionais-ideológicos, não toma um postulado como sendo definitivo, nem tampouco sustenta suas hipóteses em fatores apriorísticos, mas, por outro lado, “no campo das ciências empíricas, [o cientista] formula hipóteses ou sistemas de teorias, e submete-os a teste, confrontando-os com a experiência, através de recursos de observação e experimentação” (Popper, 1972, p. 27).

Nos capítulos anteriores, procurou-se mostrar que o imaginário, via interpelação ideológica, assentado em pressupostos baseados em formações imaginárias sobre a mulher, e conseqüentemente sobre a mulher vítima de estupro, guiaram a investigação criminal e levaram à criminalização da vítima, tendo em vista que a investigação de cunho objetivo e empírico, no caso de Marie, não ocorreu, pois os investigadores guiaram suas conclusões em crenças e não em suporte objetivo, à revelia do real. Observa-se, portanto, a eficácia material do imaginário que dita, de antemão, leituras que são imaginárias e resistem à contradição, impedindo todo o campo de outras possibilidades.

Sobre este tipo de comportamento, Bachelard (1996 p.18) afirma que

A Ciência, tanto por sua necessidade de coroamento como por princípio, opõe-se absolutamente à opinião. Se, em determinada questão, ela legitimar a opinião, é por motivos diversos daqueles que

dão origem à opinião; de modo que a opinião está, de direito, sempre errada. A opinião pensa mal; não pensa: traduz necessidades em conhecimentos. Ao designar os objetos pela utilidade, ela se impede de conhecê-los. Não se pode basear nada na opinião: antes de tudo, é preciso destruí-la. Ela é o primeiro obstáculo a ser superado. Não basta, por exemplo, corrigi-la em determinados pontos, mantendo, como uma espécie de moral provisória, um conhecimento vulgar provisório.

Portanto, é preciso admitir que a ciência se apresenta como um caminho seguro em direção à construção do conhecimento sobre a realidade e à superação dos fatores ideológicos que cercam determinado fato, como se mostrou no capítulo anterior, em que a investigação, baseada em critérios objetivos, subverteu os pressupostos imaginários e culminou na resolução de vários casos de estupro; a condução das investigadoras Karen e Grace ocorreu mitigando as convicções pessoais e se amparando no escopo investigativo policial, que prevê procedimentos de cunho científico para o avanço das investigações, isto é, coleta de vestígios para testes de DNA, buscas em larga escala, observação de filmagens de câmeras de segurança, análise e reanálise de denúncias anteriores e, principalmente, análise criteriosa dos resultados obtidos em cada etapa da averiguação, descartando o que não se provava e construindo um estudo amparado em provas materiais que sustentassem as hipóteses levantadas, inclusive, considerando a voz da vítima como verdadeira. Como se percebe, a investigação foi movida pela atitude crítica das investigadoras e a atitude crítica é o que move a ciência.

De modo geral, o que se espera mostrar é que o que separa os processos conceituais-científicos e os processos nocionais-ideológicos é a racionalidade da ciência, isto é, o debate livre e crítico, a avaliação atenta e cuidadosa das teses alheias, os critérios de avaliação, a busca de aperfeiçoamento das explicações e a possibilidade de escolha racional entre hipóteses. Entende-se, neste sentido, que crenças ancoradas no imaginário à revelia de verificação podem trazer consequências nefastas quando perturbam a necessidade de cientificidade para tomada de decisões.

De maneira geral, o que se tenta demonstrar neste estudo é que processos nocionais-ideológicos orientando tomadas de decisão que exigem ações de cunho científico podem se tornar problemáticos e afetar setores sociais, como a instituição policial, e fazer vítimas como Marie e tantas outras que são afetadas em outras instâncias. O drama representado por **Inacreditável**, que denuncia como se deu todo o percurso da investigação por se assentar em pressupostos imaginários, seguindo o caminho mais “óbvio”, permite que se reflita sobre os percalços do imaginário e os

seus efeitos e o que poderia frear as suas consequências, ou seja: a ciência é o limite para o imaginário e a pesquisa metódica pode subverter a ordem dos pressupostos imaginários e colocar a sociedade no caminho da busca e aproximação (quando não encontro) do real, aquele que não pode ser de outro modo.

Como se demonstrou, o caso de Marie não foi o único que os investigadores Parker e Pruitt conduziram e que a vítima voltou atrás na acusação²⁷, fato que os levou a acreditar estar diante da mesma situação; não se sabe, contudo, se a vítima voltou atrás porque havia mentido sobre a acusação de estupro, ou se, como Marie, teve a vida afetada pela denúncia e voltou atrás por ser a via mais fácil. Há que se refletir sobre as vítimas que, ao contrário de Marie, não tiveram as acusações confirmadas posteriormente e caíram no esquecimento, ratificando o imaginário de que mulheres mentem sobre ter sido estupradas para chamar a atenção.

Nessa perspectiva, Bachelard (1996) alerta sobre o conhecimento pautado na busca de leis gerais como sendo um obstáculo epistemológico. Segundo ele, “nada prejudicou tanto o progresso do conhecimento científico quanto a falsa doutrina do geral, que dominou de Aristóteles a Bacon, inclusive, e que continua sendo, para muitos, uma doutrina fundamental do saber (p. 69), até porque “a generalidade imobiliza o pensamento” (p.72); e ainda: “o espírito científico pode enganar-se ao seguir duas tendências contrárias: a atração pelo particular e a atração pelo universal” (1996, p.75), devendo-se ter clareza, para a AD, sobre os processos de clivagem.

A tentativa de alcançar o geral, ou universal, opera com o método do raciocínio indutivo, pelo qual, por meio de uma série de fatos particulares, chega-se a generalizações precipitadas (incomprovadas, indefinidas), a definições prévias, a conclusões utilitárias do conhecimento imediato. Trata-se do processo mais usado pelo senso comum ou espírito pré-científico, que dos fatos observados tira leis gerais aplicáveis a outros fatos semelhantes, como em um círculo - é a ‘atividade do pensamento empírico inventivo’ (Bachelard 1996, p. 76, apud Costa, 2012, p. 6).

Nesses termos, parece ser, no mínimo, desejável que se considere o objetivo da ciência em construir conhecimento objetivo a respeito dos acontecimentos da realidade. Porém, como se vê no caso em estudo, o dogmatismo, não apenas religioso, penetrou nas entranhas da atividade científica. Nestes tempos, a negação da ciência tem se mostrando um fenômeno que não mais apenas contesta os resultados científicos, mas, em alguns casos, a ideologia/imaginário se infiltrou na

²⁷ Ver página 57.

comunidade científica e, por meio da simulação de cientificidade, passou a ser usada como arma de determinados “cientistas” contra os demais do mesmo campo científico, com a intenção de determinar os critérios a serem seguidos ou não. Assim, a luta contra essas atitudes rígidas e absolutas passou de um inimigo externo, com o qual os cientistas devem travar suas maiores batalhas, para um inimigo que aparece infiltrado dentro dos seus próprios domínios, e, por meio de comportamentos dogmáticos e autoritários, rejeita tudo aquilo que não coaduna com as suas crenças, o que é considerado uma atitude pseudocientífica, de acordo com o critério de demarcação popperiano, o falsificacionismo.

Um sistema de teorias, portanto, é genuinamente científico se, e somente se, for empiricamente falsificável por meio da experiência, vindo a se mostrar equivocado, se mostrado como falso por meio da experiência. Assim, para que um determinado conhecimento possa ser classificado como científico é preciso que possa ser refutado, ou seja, ele deve conter a possibilidade de ser falsificado, o que não impõe que ele o seja: eis a ciência. O sistema de enunciados pseudocientíficos não apresenta este comportamento. Sua configuração não concebe estados de coisas que os tornem falsos. Ao contrário, qualquer acontecimento ou observação confirmadora e tomada como prova, e o que o contradiz é considerado especulação ideológica, como se ele não fosse. Dessa maneira, na pseudociência o que se tem é a ideologia simulando efeitos de cientificidade, que, mesmo parecendo lógicos, são ideológicos e só podem ser identificados e combatidos ou mitigados pela cientificidade:

que parece passar-se, assim, fora da ideologia (precisamente, na rua) passa-se, na realidade, na ideologia. O que se passa, na realidade, na ideologia parece, portanto, passar-se fora dela. É a razão pela qual aqueles que estão na ideologia, eu e você, acreditam por definição estar fora dela: a negação prática do carácter ideológico da ideologia pela ideologia é um dos efeitos da ideologia: esta nunca diz ‘sou ideológica’, é necessário estar fora da ideologia, isto é, no conhecimento científico, para poder dizer: estou na ideologia (caso excepcional) ou (caso geral): estava na ideologia. Sabe-se muito bem que a acusação de estar na ideologia só é válida para os outros e nunca para si mesmo (a não ser que se trate de um verdadeiro spinozista ou marxista, o que sobre este ponto, corresponde exatamente à mesma posição). Isso equivale a dizer que a ideologia não existe fora (dela), mas ao mesmo tempo que não existe senão fora (na ciência e na realidade) (Althusser, 1999, p. 213).

Nesses termos, o que se pretender mostrar, por meio da análise das práticas discursivas dos sujeitos que conduziram as investigações sobre crime de estupro no seriado **Inacreditável**, é que, interpelando o sujeito, a ideologia, como representação

imaginária, cria a realidade e a verdade de um contexto social/histórico. Apesar de ser um processo que independe da vontade e da consciência do sujeito, tendo em vista que é um processo necessário para a subjetivação, não condiz, contudo, ao real, mas apenas a uma leitura possível diante de uma gama de outras leituras. Contudo, não se pode deixar de considerar que, independentemente das subjetividades, existe uma verdade, como se mostrou em **Inacreditável**; e que ela existe e pode ser alcançada, querendo alcançá-la; e o caminho para atingir essa verdade é a ciência por meio da criticidade ou, como defendido por Popper, de refutações e demonstrações.

Em suma, **Inacreditável** denuncia práticas anticientíficas internas a entidades que deveriam basear sua conduta em atitudes científicas e alerta para os traumas de tal atitude, que podem ser catastróficas para indivíduos ou grupo de indivíduos, os quais deveriam, na verdade, receber proteção das instituições. Em contrapartida, o seriado aborda como outra condução, realizada aos moldes de uma atitude científica, pode chegar a fatos demonstrativos e não-falseáveis e servir como remédio, evitando os equívocos de um trabalho guiado por práticas puramente ideológicas.

Tendo em vista as análises e reflexões realizadas nesta pesquisa, espera-se ter alcançado o objetivo de sustentar que a ciência se apresenta como um horizonte a ser perseguido na busca pela superação de práticas que se apoiam em imaginários apriorísticos e desprovidos de verificação, a fim de evitar danos às diversas Maires da sociedade, que vão para além do seriado **Inacreditável**.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das garantias na legislação, a vítima de estupro esbarra nas práticas sociais introjetadas na sociedade por meio do imaginário sobre esse tipo de crime, que atinge, inclusive, instituições policiais, que, apoiadas em pressupostos subjetivos, conduzem investigações que levam à vitimização da mulher. O caso de Marie, retratado pelo seriado que serviu como corpus para esta pesquisa, não está aquém de diversas histórias vivenciadas diariamente por mulheres no mundo, sendo que o estupro é uma prática perversa e cruel, que os danos gerados por ele se perpetuam sobre a vida da vítima e que sentimentos de vergonha, vulnerabilidade e medo pesam sobre a decisão da denúncia; porém, muitas mulheres, ao enfrentarem essas variáveis e, mesmo assim, denunciarem, são desacreditadas e sofrem uma segunda violência, simbólica, herança do patriarcado e de posições masculinas hegemônicas, que se perpetuam e reverberam historicamente assentadas num imaginário sobre o papel e o lugar da mulher e, conseqüentemente, sobre a mulher vítima de estupro.

Conforme o movimento analítico demonstrou, as formações imaginárias sobre como a mulher que sofre estupro deve se comportar para se encaixar no padrão de vítima e as circunstâncias em que o crime deve ocorrer estão presentes na memória discursiva, a qual, nas palavras de Pêcheux (1999, p. 52), “face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem reestabelecer os ‘implícitos’”. Pressupostos como o de que a vítima está mentindo, pois não há indícios do crime, que quer chamar atenção, que está carente, que teve um passado difícil ou que não tem credibilidade para fazer a denúncia formam o imaginário que leva a questionar a palavra da vítima; porém, os discursos ancorados neste tipo de imaginário não condizem com a fatorialidade, como o movimento analítico pretendeu demonstrar.

O objetivo inicial desta tese foi analisar os discursos dos sujeitos do seriado ***Inacreditável***, buscando trazer à tona os pressupostos ideológicos, imaginários e/ou científicos sustentados por eles sobre a mulher em casos de estupro. A partir do objetivo geral, delimitaram-se como objetivos específicos a) analisar o discurso dos policiais homens incumbidos das investigações no seriado e verificar como lidam com as vítimas; b) analisar o discurso das mães adotivas da protagonista, a fim de verificar quais sentidos emergem sobre a violência vivenciada pela filha; c) refletir sobre como uma investigação criminal de estupro pode ser conduzida por meio de uma memória discursiva pautada no imaginário que antecede os sujeitos, criminalizando a própria

vítima; d) analisar o discurso das policiais mulheres designadas para a investigação e verificar em que perspectiva difere da dos demais; e) apreender e explicitar a saída que o seriado aponta para a ruptura com um imaginário que persiste e determina formas de percepção e de concepção nem sempre humanas.

Feita essa retomada, considera-se que, face ao objetivo “a”, o tratamento dado às vítimas e os procedimentos de investigação ancoram-se em pressupostos de que a vítima mente/inventa/sonha com o crime, mostrando descrédito para com a palavra da denunciante, como demonstrado no capítulo três, em que o policial Harkness afirma que teria descartado o caso da vítima Lili não fosse os ferimentos. Marie não possuía machucados visíveis, por isso sua palavra foi colocada em dúvida, não só pelos policiais, mas também pela família; ficou claro que a palavra da vítima por si só não é suficiente para sustentar uma denúncia de estupro, sendo necessárias provas materiais para que a investigação siga seu curso. Nos crimes praticados no seriado, o estuprador se apoiou nessa falha para continuar atuando, já que deixava as cenas de crime sem evidências. A justificativa dos investigadores foi a de que Marie mudou a versão diversas vezes; contudo após ter dito que inventou o estupro, essa foi a única versão aceita por eles; a assunção pelos policiais homens é de que mulheres mentem sobre ter sido estupradas, mas não mentem após ter sido estupradas.

No que concerne ao discurso das mães adotivas de Marie, pode-se dizer que elas compartilham o mesmo imaginário sobre a filha, isto é, a jovem mentiu sobre o estupro para chamar atenção, uma vez que a sua reação após o crime fugiu da regra, ou seja, a vítima apresentou um comportamento fora do padrão após o estupro. Isto é: as condições e as circunstâncias em que o delito ocorreu não correspondem à memória e às formações imaginárias sobre o crime de estupro. Portanto, os discursos das mães e dos policiais homens têm um princípio de regularidade discursiva que nega o estupro em face de determinadas evidências ou falta delas e o discurso se repete, reforçando-se por meio de redes parafrásticas.

Quanto ao objetivo “c”, o movimento analítico permitiu perceber o imaginário produzindo “efeitos de evidência” na relação entre o pensamento e a realidade. Neste sentido, as tomadas de posição dos sujeitos filiam-se a uma memória que dita efeitos de sentido sobre a mulher, sedimentados historicamente e retomados pelas relações de força que determinam ideologicamente os discursos. A prática discursiva dos policiais homens sobre o abuso sexual que envolve a investigação do caso Marie, no seriado **Inacreditável**, é sustentada por um imaginário que produz representações sobre o estupro e sobre a mulher vítima de estupro, constituídas por meio do que já

foi dito e do que já foi ouvido e essas representações imaginárias não correspondem, contudo, ao real. O problema que se levanta por meio do seriado e é demonstrado por meio do movimento analítico desenvolvido é o fato de uma investigação criminal não se basear em procedimentos objetivos, mas na subjetividade dos sujeitos envolvidos, e considerá-la como a verdade, dispensando uma investigação de cunho cientificista, que pretenderia chegar aos fatos reais.

O objetivo “d” aponta para uma outra possibilidade de discurso, pautada não no imaginário, mas apenas no que apontam as evidências, discurso originado por uma atitude científica. A atitude das investigadoras, inscritas em uma FD que assume uma postura científica diante de investigações de estupro, guiou os rumos de investigação para um caminho diferente do que aconteceu com Marie. A apuração realizada por elas se pautou na coleta de evidências e de provas materiais, na validação da palavra da vítima, seguindo criteriosamente os relatos das violentadas, na criação de linhas alternativas de busca e utilização de todos os recursos disponíveis para chegar ao criminoso. A adoção destes procedimentos permitiu que as investigadoras chegassem aos fatos concretos, empíricos e objetivos. De maneira geral, o trabalho investigativo que levou as investigadoras Karen e Grace à resolução dos casos de estupro foi a fidelidade aos dados obtidos, sem deixar que juízos de valor sobre as vítimas e sobre a investigação prevalecessem sobre os resultados.

Sumariamente, os sentidos sobre estupro e sobre a vítima de estupro, no seriado **Inacreditável**, apontaram para duas posições antagônicas: para os policiais homens responsáveis pela investigação do caso Marie, para os seus familiares e para o investigador Harkness, a validação da denúncia de estupro passa por análise da vida pregressa da mulher, isto é, ela precisa atender a requisitos do imaginário presente na memória sobre o que é necessário para ser legitimamente uma vítima; a palavra da vítima apenas não é aceita. As investigadoras mulheres Karen e Grace, por outro lado, partilham de outro entendimento sobre estupro e sobre as vítimas, o que leva a outra atitude diante dos procedimentos investigativos, com uma atitude de verificação de fatos, aceitando a denúncia sem passar pelo crivo de legitimação da vítima que reclama; mas a investigação se inicia com e partir do relato dos fatos.

É sobre essas posições antagônicas que o seriado denuncia que certos segmentos sociais se acomodam aos imperativos do imaginário à revelia dos fatos e da contradição. Nesses termos, o intuito deste trabalho foi defender que, contra as injunções colocadas pelo imaginário, existe o caminho da investigação/ciência, que realiza um trabalho de persecução contínua da verdade, através de certezas que são

alcançadas por meio de procedimentos críticos e objetivos, enquanto os pressupostos do imaginário são formados por opiniões, crenças e convicções subjetivas e não se sustentam perante uma conduta interpretativa objetiva

A análise também permitiu mostrar que a prática de descredibilização da vítima que denuncia abuso sexual está relacionada a práticas históricas introjetadas na sociedade por meio de relações de poder estabelecidas pela defesa da supremacia masculina, que é ratificada pela ideologia patriarcal, por meio de estruturas e práticas que não são rompidas, em face dos interesses que estão em jogo.

Como se procurou demonstrar, não é possível escapar dos efeitos ideológicos, contudo as determinações ideológicas que sobrepõem aos sujeitos não deixam de ser confrontadas com imperativos de ordem da ciência e da realidade que têm o poder de combater ou pelo menos mitigar o trabalho da ideologia, pois, independentemente do imaginário, o real dos fatos existe, conforme o movimento de análise demonstrou, e ele pode ser alcançado por meio do empreendimento científico.

A partir das considerações feitas ao longo deste percurso, considera-se, que desmitificar o imaginário que cerca as práticas discursivas sobre estupro e sobre a vítima de estupro deve ser um passo para a elaboração e a difusão de um discurso que rompa com os discursos que desacreditam, descredibilizam e culpabilizam a vítima de violência sexual e também para a construção de um mais atento para com as mulheres diariamente vitimadas por abuso sexual. Mas, além disso, foi possível concluir que a ciência demanda a postura necessária diante de tomadas de posição que requerem conhecimento de causa, sendo o conhecimento científico uma barreira segura, talvez a maior, para a contenção de imaginários surdos e apriorísticos.

REFERÊNCIAS

AGUSTINI, Carmem Lúcia Hernandes. **(N)as dobraduras do dizer e (N)ão não-um do sentido e do sujeito**. Comunicação oral apresentada durante o II Seminário de Estudos em Análise do Discurso, Porto Alegre, 2005.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 3.ed. Tradução Joaquim José de Maura Ramos. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1980.

_____. **Sobre a reprodução**. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ. Vozes, 1999.

_____. **Análise crítica da teoria marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 147-148.

_____. **La Revolución Teórica de Marx (Pour Marx)**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1967.

_____. **Por Marx**. Tradução Maria Leonor. F. R. Loureiro; revisão técnica : Márcio Bilharinho Naves, Celso Kashiura Jr. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

AMARAL, Maria Virgínia Borges; FONTANA, Mónica Graciela Zoppi. Análise de discurso e o materialismo histórico. In: **Análise do Discurso: dos fundamentos aos desdobramentos (30 anos de Michel Pêcheux)**. Freda Indursky, Maria Cristina Leandro Ferreira, Solange Mittmann(Orgs.) Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015.

ANDRADE, A. P.; CARVALHO. E. M. "A revitimização nos crimes sexuais cometidos contra mulheres: por um sistema penal menos machista". IN: SANTOS, M.K. (Org). **Criminologia feminista no Brasil: diálogos com Soraia Mendes**. São Paulo: Blimunda Estúdio Editorial, 2020, p. 156 a 170.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Tradução Esteia dos Santos Abreu. - Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARAQUIN, Noëlla; LAFFITTE, Jacqueline. **Dicionário de Filósofos** (Dictionnaire des Philosophes). Tradução de Pedro Elói Duarte. Coleção Lexis. Lisboa: Edições 70. 2004.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso** (5a. ed.). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1986.

BECK, Maurício e ESTEVES, Phellipe Marcel da S. **O sujeito e seus modos – identificação, contraidentificação, desidentificação e superidentificação**. (p.135 a 162). Revista Leitura, vol.2 n.50, Maceió, Jul-Dez. 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 11º ed. - Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998/2012.

CAMPOS, Andrea Almeida. **A cultura do estupro como método perverso de controle nas sociedades patriarcais**. Revista Espaço Acadêmico, v. 16, n. 183, ago. 2016.

CATTELAN, J. C (2023). **SOBRE A SIMULAÇÃO DA CIENTIFICIDADE:** “Amor Esquecido”... mas, o que foi esquecido?. Em *Pré-impressões SciELO*. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7344>

CAVAZZUTI, Tomás. **O MARXISMO CIENTÍFICO DE LOUIS ALTHUSSER.** In *Síntese*, v. 1 n. 2, 1974.

COSTA, Celma Laurinda Freitas. **O pensamento científico em Bachelard.** (2012) <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10170/8/7.pdf>

COSTA, G, C da. Movimentos de câmera e de sentidos em Falcão: meninos do tráfego, um corpo significante na imagem. In: **Imagens na comunicação e discurso.** SILVA, T.D da; SOUZA, T.C de; AGUSTINI, C. (Orgs). São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2012.

_____. **Sentidos de milícia:** entre a lei e o crime. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2014.

DANTAS-BERGER, Sônia Maria; GIFFIN, Karen. A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 417-425, mar/abr, 2005.

DEL PRIORE, Mary. **Ao Sul do Corpo:** condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. A língua da análise de discurso: esse estranho objeto de desejo. In: INDURSKY, Freda & FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso:** uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005.

FIORIN, J. L. **Tendências da análise do discurso.** Estudos Lingüísticos, v.19, 1990.

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito.** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes. 2006.

_____. **Estética, ética e hermenêutica.** Obras Essenciales, Vol. III. Buenos Aires: Paidós.1999.

_____. **História da Sexualidade II:** O Uso dos Prazeres. 8 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **História da Sexualidade III:** *O Cuidado de Si.* 8 ed. São Paulo, Edições Graal, 1985.

FOUCAULT, Michael. **A Arqueologia do Saber.** Trad. de Luiz Felipe Beata Neves, 7.ed. 3ª reimpressão - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GADET, Françoise; HAROCHE, Claude; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. Notas

sobre a questão da linguagem e do simbólico em Psicologia. (p.55 a 71). In: ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. (Trad. Pedro de Souza). 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades**. Comunicação, mídia e consumo. São Paulo. 2007.

HAACK, Susan. **Defending Science—Within Reason: Between Scientism and Cynicism**. Prometheus books, New York, 2007.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). Tradução de Bethania Mariani. In: GADET, Françoise. HAK, Tony (Orgs). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradutores Bethânia S. Mariani [et al.] Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

INDURSKY, F. In: INDURSKY, F; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L. (Organizadoras). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; DADOS SOBRE ESTUPRO NO BRASIL. **Evidências para políticas públicas**. Março, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1694-pbestuprofinal.pdf>.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa** / José Carlos Köche. Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.

MACHADO, Lia Zanotta. Sexo, estupro e purificação. In: SUÁREZ M, BANDEIRA L, organizadores. **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Paralelo 15/Editora UnB; 2000. p. 297-352.

MILLER, T. Christian; ARMSTRONG, Ken. **A false report: a true story of rape in america**. Hardcover, 2018.

_____. An Unbelievable Story of Rape. ProPublica; The Marshall Project, dezembro, 2015. Disponível em: <https://www.propublica.org/article/false-rape-accusations-an-unbelievable-story>

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 3 ed. São Paulo. Campinas: Pontes, 2010.

_____. **Língua e Conhecimento Linguístico: para uma história das ideias no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. **Discurso, imaginário social e conhecimento**. Em Aberto, Brasília, ano 14, n.61, jan. /mar. 1994.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Unicamp,

1992.

———. **Discurso e Texto:** formulações e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2008.

———. **Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** 5 ed. São Paulo. Campinas. Pontes editores, 2007.

———. **Discurso e argumentação:** um observatório do político. Fórum Linguístico, Florianópolis, n. 1 (73-81), jul.-dez. 1998.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise. HAK, Tony (Orgs). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradutores Bethânia S. Mariani [et al.] Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

———. Análise do discurso: três épocas (1983). In : GADET & HAK (org). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradutores Bethânia S. Mariani [et al.] Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

———. **Delimitações, Inversões, Deslocamentos.** Trad. José Horta Nunes. Cad. Est. Linguísticos. Campinas, (19): 7-24, jul./dez. 1990.

———. **Estrutura ou acontecimento.** Tradução: Eni P. Orlandi. 7 ed. Campinas, SP. Pontes Editores, 2015.

———. Leitura e memória: projeto de pesquisa. Traduzido por Tânia C. Clemente de Souza. In: ORLANDI, E. (org.). **Análise de discurso:** Michel Pêcheux. Campinas, SP: Pontes, 2011. p. 141-150.

———. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre. et al. **Papel da memória.** Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes 1999.

———. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995/2014.

———. Sob o pseudônimo de Thomas Herbert. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da Psicologia Social. Tradução de Mariza Vieira da Silva, Laura A. Perrella Parisi. In: ORLANDI, Eni (org). **Análise de Discurso:** Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas: Pontes; 2012.

PÊCHEUX, Michel; FICHANT, Michel. **Sobre a história da ciência.** Tradução de F. Bairrão. Lisboa: Estampa, 1971.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). (p.159 a 249). In: **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradutores Bethânia S. Mariani [et al.] Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PEIXOTO, Francisco José Guimarães et al. **A Lógica Das Ciências Sociais e Objetividade Científica:** O Criticismo De Popper Como Ferramenta Para

Superação Da Ideologia. v. 19, nº. 40, 2020.

POPPER, Karl Raimund. **A lógica da pesquisa científica**. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Editora Cultrix, 1972.

———. **Conjecturas e Refutações**. Tradução de Sérgio Bath.- 5. ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2008.

———. **Lógica das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro - RJ: Tempo Brasileiro, 1978.

———. **O realismo e o objetivo da ciência**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo. Contexto, (2007).

POSSENTI, Sírio. Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina. **Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos**. v 3 . 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROSA, Alexandre Morais da. **Guia do Processo Penal Estratégico: de acordo com a Teoria dos Jogos**, 1ª ed., Santa Catarina: Emais, 2021.

SEGATO, Rita L. A estrutura de gênero e a injunção do estupro. In: SUARÉZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes (orgs). **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Paralelo 15 e UnB, 1999.

———. **La Guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de sueños, 2016.

SILVA, JÉSSICA VENANÇO. **O estupro contra as mulheres e as políticas públicas, programas e projetos em rio das ostras**. Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, 2017.

TARINI, Ana Maria de Fátima Leme. **Os efeitos de sentido da prática discursiva jurídica sobre a violência sexual contra as mulheres**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, 2017.

TAVARES, Daniela M. O discurso político. In: **Gêneros do Discurso na Escola: aprender e ensinar**. BRANDÃO, Helena. H. N. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

TEIXEIRA, Marlene. **Análise de discurso e Psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

VIGARELLO, G. **História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX**. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar. 1998.

ZOOPI, F. FERRARI, A. J. **Mulheres em discurso: gênero, linguagem e ideologia - volume 1**/Mônica G. Zoppi Fontana/Ana Josefina Ferrari (Orgs.) Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.